MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Planalto-Pr., 03 de setembro de 2026.

DE: Marcelo Felipe Schmitt - Secretário Municipal de Administração.

PARA: Luiz Carlos Boni – Prefeito Municipal

☐ CONVITE ☐ PREGÃO ☐ TP
LICITAÇÃO Nº: 89 / 2026
SOLICITAÇÃO: 171 / 2026
PROCESSO(S): 178 / 2026

Senhor Prefeito,

Pelo presente solicitamos a Vossa Excelência a competente autorização objetivando a alienação de bens móveis inservíveis do município de Planalto-PR, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a Portaria nº 304 de 2025, conforme Termo de Referência e Edital, conforme abaixo segue:

LOTE	DESCRIÇÃO DO BEM
1	FIAT/PALIO FIRE FLEX - Placas:AZP-2540
2	FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXK-3198
3	FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXH-7245
4	FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXO-2239
5	HYUNDAI/HB20S10TA PLATIN – PLACA:RHK7C19
6	CHEVROLET/SPIN 1.8L AT PREMIER – PLACA:RHV5H11
7	CREVROLET/ONIX 1.0MT JOYE – PLACA:BBT6362
8	/FORD TRANSIT TCA MIC – PLACA:SDV8A54
9	VW/CONSTELLATION 15.180 CNM – PLACA: MGV-4828
10	M.BENZ/ATRON 2729 K 6X4 – PLACA: AYG-6964
11	TRATOR CORTADOR DE GRAMA
12	POLIQUINDASTE SIMPLES (ENTULHO)
13	LOTE SUCATAS – TIPO: DIVERSOS
14	LOTE MAQUINAS DE COSTURA
15	EQUIPAMENTOS PANIFICAÇÃO
16	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES
17	ESTRUTURA DE MADEIRA DO TIPO (GALPÃO)
18	ESTRUTURA PRÉ MOLDADO

O leilão dos bens arrolados acima é necessário, tendo em vista que os mesmo são considerados inservíveis ou em desuso pelas Secretarias Municipais, logo, é plenamente cabível a realização de suas alienações.

Cordialmente,

Marcelo Felipe Schmitt
Secretário Municipal de Administração

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto

000001

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 074/2026

1. INTRODUÇÃO:

1.1. Este documento apresenta Estudo Técnico Preliminar, que constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar o termo de referência, conforme definido na Lei 14.133/21, art. 6°, inciso XX.

1.2. Considera-se boa prática a utilização deste documento para garantir os princípios da contratação pública, em especial do planejamento, da eficiência, do interesse público, da eficácia, entre outros.

2. OBJETO:

2.1. Alienação de bens móveis inservíveis do município de Planalto-PR, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a Portaria nº 304 de 2025, conforme Termo de Referência e Edital.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A administração pública adquire bens móveis permanentes, que são utilizados no desenvolvimento de suas atividades, bem como na prestação de serviços públicos à população. Com o decurso do tempo, referidos bens deixam de ser úteis ao órgão possuidor, tornando-se inservíveis, denominação genérica atribuída aos bens caracterizados como ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis. Por não mais servirem a finalidade para qual foram adquiridos, não há motivo para que tais bens permaneçam integrados ao patrimônio público, razão pela qual ocorre o desfazimento destes bens, que tem por objetivo principal angariar recursos para a aquisição de novos bens permanentes; bem como se justifica pela redução de custos administrativos para manutenção dos mesmos no acervo patrimonial.

3.2. Cabe ainda elucidar que, bens inservíveis para a administração, são aqueles de que a Administração Pública não mais necessita, ou seja, não tem mais utilidade para o Município, mas que tem ou poderão ter utilidade para particulares, razão por que serão alienados, o que significa que bens inservíveis, no contexto da Lei nº 14.133/21, não são bens imprestáveis, mas sim desnecessários para um ente determinado, qual seja, a Administração Pública.

3.3. Assim, os bens arrolados a baixo, foram considerados/declarados inservíveis ou em desuso pelas respectivas Secretarias Municipais, logo, é plenamente cabível a realização de leilão público para a sua alienação.

3.4. O Município não possui espaços adequados para recebimento e armazenamento de bens permanentes, sendo que, alguns encontram-se no Pátio da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, ocupando espaços e se tornando criadouros de insetos vindo a prejudicar os moradores próximos.

4. ÁREA REQUISITANTE:

4.1. Secretaria Municipal de Administração, Secretária Municipal de Indústria Comércio e Turismo, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Serviços Rodoviários, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria da Mulher e da Família.

5. ESTIMATIVA DE DEMANDA:

5.1. As estimativa e quantidades dos bens foram levantadas através das secretarias solicitantes com a relação dos itens inservíveis conforme segue abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO DO BEM
1	**FIAT/PALIO FIRE FLEX - Placas:AZP-2540** - Branca - ALCOOL/GASOLINA - Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL - Ano/Modelo:2015/2016 - Chassi: 9BD17122ZF7536964 - Renavam: 01048662206 - Categoria: Oficial - Vigente (Em Circulação) - Ar condicionado - Direção hidráulica - Veículo em regular estado de conservação - Funcionando - Podendo conter avarias
2	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXK-3198** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2013/2013 – Chassi: 9BD15844AD6873158 – Renavam: 00569246377 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Ar condicionado – Direção Hidráulica – Veiculo em regular estado de Conservação – Funcionando – Podendo conter avarias
3	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXH-7245** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2013/2013 - Chassi: 9BD15844AD6867047 – Renavam: 00565331280 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Ar Condicionado – Veiculo em regular estado de Conservação – Funcionando – Podendo conter avarias
4	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXO-2239** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2013/2013 – Chassi: 9BD15844AD6883532 – Renavam: 00586768289 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Ar Condicionado – Veiculo em regular estado de Conservação – Funcionando – Podendo conter avarias
5	**HYUNDAI/HB20S10TA PLATIN – PLACA:RHK7C19** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2021/2022 – Chassi: 9BHCP41BBNP243369 – Renavam: 01276410015 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Veiculo em bom estado de conservação – Funcionando- transmissão automática – Podendo conter avarias
6	**CHEVROLET/SPIN 1.8L AT PREMIER – PLACA:RHV5H11** – Branca-ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO/AUTOMOVEL/7lugares – Ano/modelo:2022/2022 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) - Veiculo em regular estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias

7	**CREVROLET/ONIX 1.0MT JOYE – PLACA:BBT6362 –** Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO/AUTOMOVEL – Ano/modelo: 2017/2018 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) - Veiculo em regular estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias
8	**/FORD TRANSIT TCA MIC – PLACA:SDV8A54 –** Branca – Diesel – Potencia: 170CV - Espécie: PASSAGEIRO / MICROONIBUS – Ano/Modelo:2022/2022 – Chassi: WF0GTTBE0NU001937 – Renavam: 01321292624 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Lotação: 16P – Veiculo em bom estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias
9	**VW/CONSTELLATION 15.180 CNM – PLACA: MGV-4828 –** Branca – Diesel – 4X2 – Espécie: CARGA/ 3 LUGARES/CARROC ABERTA – Ano/Modelo: 2010/2011 – Chassi: 953468235BR107626 - Renavam: 249976749 – Categoria: Particular – Vigente (Em Circulação) – Veiculo em regular estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias externas e mecânicas
10	**M.BENZ/ATRON 2729 K 6X4 – PLACA: AYG-6964 –** Branca – Diesel – Capacidade: 23T/286CV – Espécie: CARGA/CAMINHAO/BASCULANTE – Ano/Modelo: 2014/2014 – Chassi: 9BM693388EB954917 – Renavam: 01004619445 – Categoria: Oficial- Vigente (Em Circulação) – Veiculo em regular estado de conservação – Ar Condicionado - Funcionando – Podendo conter avarias externas e mecânicas
11	**TRATOR CORTADOR DE GRAMA –** Marca: TRAPP – Modelo: MURRAY SELECT – 42L15G60X8A – Ano: 2008 – Em mau estado de conservação – Podendo conter avarias
12	**POLIQUINDASTE SIMPLES (ENTULHO) –** Equipamento usado – Em funcionamento – Podendo conter avarias – Marca: LIBRELATO
13	**LOTE SUCATAS – TIPO: DIVERSOS –** Sucatas ferros diversos do tipo: parquinhos infantis, portões, distribuidor de resíduos, capa pé de carneiro de rolo compactador
14	**LOTE MAQUINAS DE COSTURA –** 11 Unidades – Marcas diversas – Lanmax, Singer, Sunstar, Sansei, Yamata, Luki, Silverstar, Siruba – Em regular estado de conservação – Podendo conter avarias
15	**EQUIPAMENTOS PANIFICAÇÃO –** Batedeira planetária MB BRAESI BP12 – Batedeira planetária Venancio VBP05 – Batedeira planetária MANÁ
16	**EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES –** Lote com itens variados – Podendo apresentar falta de partes, peças e componentes – Podendo apresentar avarias
17	**ESTRUTURA DE MADEIRA DO TIPO (GALPÃO) –** Vendida no estado que se encontra – Sendo 1 galpão em pé de aproximadamente 11x11 e 1 galpão já desmontado – Sendo um total aproximado de 25m³ de madeira -madeiras diversas – cabe ao arrematante a desmontagem e retirada do lote
18	**ESTRUTURA PRÉ MOLDADO –** Barracão de Estrutura pré moldado – Medindo aproximadamente 40x20 – Com pilares e Vigas de concreto armado – Terças Metálicas – Sendo um total de: 18 PILARES – 18 VIGAS – Telhado de fibrocimento danificado – Vendido no estado de construção em pé – Podendo conter avarias – Cabe ao arrematante a desmontagem e retirado do lote

006004

6. MODALIDADE:

6.1. O presente leilão deverá realizar-se nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, e demais legislações correlatas.

6.2. A Licitação será na modalidade LEILÃO e forma ELETRÔNICA, através da plataforma de transação via web, oriunda do Contrato nº 296/2025 da Concorrência Eletrônica nº 004/2025.

6.3. Conforme Portaria 304/2025, designa como Leiloeiro Oficial do Município de Planalto-PR, o Sr. AMAURI MACHADO DE MELLO.

6.4. A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente no âmbito das contratações públicas.

6.5. Todavia, no caso específico dos procedimentos de leilão previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, não se mostra possível a aplicação das disposições da referida Lei Complementar.

6.6. Contudo, em seu artigo 49, inciso III, a referida Lei Complementar dispõe expressamente que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não se aplica quando não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

6.7. Isso porque o leilão tem natureza distinta das licitações comuns, destinando-se à alienação de bens móveis, imóveis ou produtos legalmente apreendidos ou penhorados, observando o critério de maior lance ou oferta, conforme art. 6º, inciso XL, e art. 28, inciso V, da Lei 14.133/2021.

6.8. Portanto, a adoção do tratamento diferenciado previsto na LC nº 123/2006 – como preferência de contratação, empate ficto ou reserva de cota – não se aplica aos leilões, uma vez que não há disputa por menor preço ou condições contratuais, mas sim pela maior proposta apresentada, o que inviabiliza tecnicamente a aplicação das prerrogativas concedidas a microempresas e empresas de pequeno porte.

6.9. Dessa forma, fundamenta-se a presente justificativa pela inaplicabilidade da Lei Complementar nº 123/2006 aos leilões, em estrita observância ao princípio da legalidade administrativa e à natureza própria deste procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

6.10. A realização de novo Leilão Eletrônico de Bens Móveis Inservíveis tem por objetivo dar continuidade à alienação de bens públicos considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis, conforme previsto no art. 76, inciso II, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a venda de bens móveis por meio de leilão.

7. DOS BENS E DA VISITAÇÃO:

7.1. Os bens apregoados estão relacionados no **ANEXO I - RELAÇÃO DOS ITENS** e serão vendidos no estado de conservação em que se encontram e sem garantia, reservando-se ao Município de Planalto-PR, o direito de liberá-los, ou não, a quem maior lance oferecer bem como retirar, desdobrar ou reunir os bens em lotes, de acordo com o seu critério ou necessidade, por intermédio do servidor municipal designado.

7.2. As fotos divulgadas nas plataformas contratadas são meramente ilustrativas, não

servindo de parâmetro para demonstrar o estado dos bens ou influenciar a decisão de oferta de lances para arrematação de bens.

7.3. Ao participar do certame, o interessado declara ter pleno conhecimento do presente edital, sendo de sua responsabilidade a vistoria prévia dos lotes, isentando o Planalto-PR e a Eckert Tecnologia E Assessoria Ltda. e a Superbid Exchange por eventuais vícios existentes no bem adquirido.

7.4. Quando se tratar de lotes de sucata, estrutura de madeira/pré-moldado, materiais de informática e ferro velho, os bens constantes em cada lote serão apregoados em quantidades aproximadas, sendo possível margem de até 20% (vinte por cento) para mais ou para menos na quantidade dos referidos bens, sem que seja devido qualquer pagamento adicional e/ou reembolso do valor pago.

7.5. Os bens, objeto do presente leilão, poderão ser vistoriados e examinados entre os dias **.../.../2026 à .../.../2026** no horário das 08:00 horas às 11:00 horas e das 14:00 horas as 16:00 horas.

7.6. Tendo em vista que os itens objetos do presente leilão encontram-se depositados em locais distintos, os interessados na vistoria e exame dos referidos itens, devem entrar em contato com o responsável Sr. Jean Rafael Paulus Novello, para agendamento e posterior acompanhamento do servidor municipal do Município de Planalto-PR, responsável para a vistoria, pelo telefone (46)99922-4099, ou através do e-mail jeannovello3@gmail.com, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

7.7. É de responsabilidade dos interessados o deslocamento até o local onde estão depositados os bens para vistoria.

7.8. Para maiores informações, entrar em contato com o Setor de Licitação através do Telefone (46) 3555-8100 ou através do e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br.

8. DA RETIRADA DOS BENS:

8.1. Para efetuar a retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR, cujo contato será oportunamente informado.

8.2. No ato da retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá conferir o(s) referido(s) lote(s) (natureza, quantidade, estado ou condições em que o(s) mesmo(s) estiver (em)). Sendo constatada qualquer divergência e/ou irregularidade, o fato deverá ser imediatamente informado, por escrito, ao Município de Planalto-PR, ficando a retirada suspensa até que estejam solucionadas as eventuais dúvidas existentes.

8.3. Não poderá o arrematante alegar qualquer irregularidade e/ou divergência após a remoção do(s) bem(ns).

8.4. O arrematante deverá descaracterizar toda e qualquer identificação do Município de Planalto-PR, constante do bem arrematado.

8.5. Na retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá respeitar e cumprir todas as normas internas de segurança estabelecidas pelo Município de Planalto-PR no que se refere à utilização de veículo apropriado, pessoal devidamente identificado e portando todos os equipamentos obrigatórios de segurança estabelecidos pela legislação

em vigor, não cabendo ao Município de Planalto-PR, qualquer responsabilidade por acidentes que venham a ocorrer durante e em função das operações de carregamento e retirada.

8.6. Se o(s) bem(ns) arrematado(s) não for(em) retirado(s) no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de liberação de retirada, será cobrada pela guarda do(s) mesmo(s) uma taxa de 1% (um por cento) /dia, calculada sobre o valor da arrematação. Findo o prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data agendada para a retirada dos bens, os valores pagos pela arrematação serão revertidos para o município de Planalto-PR não cabendo ao arrematante qualquer indenização ou devolução da quantia paga em leilão inclusive encargos administrativos.

8.7. O arrematante assumirá o risco no carregamento e transporte dos bens arrematados, bem como as despesas decorrentes de sua retirada, assim como a verificação da necessidade de óleo lubrificante e de combustível dos veículos e máquinas arrematados.

8.8. Uma vez retirado o bem do pátio/depósito não serão aceitas devoluções, reembolsos, trocas e/ou compensações de qualquer natureza, muito menos qualquer tipo de reclamação com relação a qualidade do bem arrematado.

8.9. Ao arrematante caberá, as suas próprias expensas, inclusive em caso de judicialização, o direito de petição perante o órgão ou instancia administrativa ou judicial notificada, em virtude da informação da arrematação.

8.10. Para efetuar a retirada do(s) veículo(s) arrematado(s) e demais objetos, o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR com o responsável Sr. Jean Rafael Paulus Novello, para agendamento e posterior acompanhamento do servidor municipal do Município de Planalto-PR, responsável para a retirada dos bens, pelo telefone (46)99922-4099, ou através do e-mail jeannovello3@gmail.com.

9. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

9.1. Os bens serão vendidos em lotes, tendo como valor de avaliação, conforme TERMO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, realizado pela Comissão de Avaliação de Bens Móveis nomeada pela Portaria nº 486/2026, instituída pelo Município de Planalto-Pr.

9.2. Valor mínimo estimado, valor de lance inicial será conforme definido no Termo de Avaliação.

10. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO:

10.1. Conforme lei 14.133/2021 a solução para alienar bens móveis, será a realização de processo licitatório na modalidade Leilão Eletrônico, sendo essa a forma escolhida pra o presente objeto, considerando que o inciso XL, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, vincula a Administração Pública a realizar a contratação nessa modalidade quando o objeto for alienação de bens públicos. Sendo assim, será realizada leilão cujo critério de julgamento é o maior lance, da qual poderá participar qualquer pessoa dentro dos parâmetros legais e conforme estipulado as condições de participação.

000007

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

11.1. O Período de recebimento dos lances será das 10 horas do dia **.... de ..... de 2026** até às 10 horas do dia **.... de ..... de 2026**, por meio das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net). Art. 55 - Lei Federal n. 14.133/2021.

11.2. A Sessão de Disputa de Preços (lances) será a partir das 10 horas do dia **.... de ..... de 2026**, através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).Os interessados em participar do leilão, deverão realizar o credenciamento através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

11.3. Os interessados em participar do leilão, deverão realizar o credenciamento através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

11.4. Poderão participar do leilão pessoas físicas devidamente cadastradas em situação regular no cadastro de pessoa física – CPF, devendo apresentar documento de identificação pessoal com foto e comprovante de endereço.

11.5. Poderão participar do leilão pessoas jurídicas devidamente constituídas e inscritas no CNPJ, devendo ser representada por sócio administrador, o qual deverá apresentar cópia autenticada do contrato social e alterações se houver, ou por meio de procurador, desde que apresente instrumento de procuração com finalidade específica de participação no leilão, com firma reconhecida e apresente, igualmente, cópia autenticada do contrato social e alterações se houver.

11.6. A participação no Leilão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação do login e senha privativa do interessado, cabendo a ele a responsabilidade por qualquer transação efetuada, inclusive as realizadas por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

11.7. Após a efetivação do lance, não é permitida a alteração de dados cadastrais para o respectivo leilão objeto do presente edital.

11.8. Será admitida a oferta de lances por meio do sítio eletrônico plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

11.9. Para tanto os interessados deverão se cadastrar previamente, observando as regras estabelecidas e aceitando as condições de venda previstas para o certame.

11.10. A oferta de lances, implica de forma automática e irrevogável a aceitação de todas as condições previstas no presente edital, não podendo alegar desconhecimento.

11.11. Os lances recebidos poderão ser cobertos por lance imediatamente superior, conforme incremento e temporização mínima definido pelo leiloeiro durante o leilão, podendo ambos sofrerem alterações durante o ato, para eventual cobertura. Não havendo lance superior, o sistema/leiloeiro encerrará a contagem e será definido o arrematante.

11.12. Encerrada a regressiva, sem que haja novos lances, constará no sistema a informação de lote "arrematado", sendo considerado como vendido, com registro na plataforma sem possibilidade de reabertura.

11.13. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do interessado ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Leilão Eletrônico.

11.14. Durante a realização do leilão fica proibida a cessão, a qualquer título, dos direitos adquiridos pelo arrematante. Uma vez ofertado e aceito o lance, será irretratável e irrevogável, não se admitindo a sua desistência, sob pena de aplicação de multa e proibição de participação em outros leilões do mesmo leiloeiro.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

12.1. O objeto será parcelado em lotes, considerando as características, natureza, estado de conservação e valor de avaliação dos bens móveis inservíveis. O parcelamento permite que os interessados participem individualmente dos lotes de seu interesse, ampliando a competitividade e a possibilidade de obtenção de melhores resultados para o Município. A medida também evita o agrupamento indevido de bens de naturezas distintas, estando em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

13.1. A utilização de plataforma para a realização do Leilão eletrônico, permite que pessoas físicas e jurídicas em qualquer lugar que estejam, conheçam os lotes virtualmente, ampliando assim a participação e a quantidade de lances e, consequentemente, a possibilidade do bem leiloado atingir maior valor de arrematação.

13.2. Com os recursos provenientes da alienação dos bens móveis a administração municipal poderá promover investimentos que melhor atenda seus munícipes, aumento dos cofres públicos, trazendo mais impulso aos cofres, aumento de suas receitas para eventuais dificuldades, compra de novos veículos, máquinas e equipamentos mais vantajosos, melhorando desta forma a frota municipal e os equipamentos, dentre outros bens de uso comum da administração.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

14.1. Diante da própria natureza da contratação, é de se registrar que não existe contratações correlatas que possam interferir na execução deste objeto.

15. ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL:

15.1. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em seu artigo 12, inciso VII estabelece que cada ente federativo poderá elaborar plano anual de contratação. Dentro deste cenário, considerando que o Município de Planalto passou a instrumentalizar os processos com base na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 no ano de 2024, sendo assim, o Município de Planalto/PR encontra-se atualmente em processo de elaboração do Plano Anual de

006009

Contratação (PAC), que, embora não tenha sido concluído até a presente data, direcionará de maneira consistente a futura aquisição para atender plenamente às demandas destacadas anteriormente.

16. IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS:

16.1. Dada a natureza do objeto que se pretende alienar, não se verificam impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental.

17. CONCLUSÕES:

17.1. Conforme informações aqui expostas, a forma mais adequada encontrada para atender a necessidade do objeto será a realização de um processo licitatório na modalidade leilão eletrônico para alienar os bens móveis já mencionados no item 5 deste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

17.2. Diante de todo o exposto, entende-se fundamental a realização da licitação para leiloar os bens móveis conforme comissão de avaliação e por interesse público. Entende-se como viável e razoável a alienação dos bens por meio de processo licitatório.

Planalto – PR, 08 de setembro de 2026.

Marcelo Felipe Schmitt
Secretário Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 296/2025
CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 004/2025

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o MUNICÍPIO DE PLANALTO, com sede à Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.460.526/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor LUIZ CARLOS BONI, inscrito no CPF sob o nº 747.491.029-20 e abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro ECKERT TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.650.631/0001-06, com sede na cidade de Maravilha – SC, neste ato representada pela Sra Márcia Borba Eckert, portador do CPF nº 017.668.369-09, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 004/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto do presente termo é a Contratação de empresa para fornecimento de recursos de tecnologia da informação, visando à promoção e divulgação de leilão público por meio de plataforma de transação via web, para venda de bens do Município de Planalto – PR.

Lote	Item	Produto	UN	Quant	Preço	Preço total
01	01	Leilão com arrecadação entre: R$ 0,01 até R$ 49.999,99	UN	01	2.375,00	2.375,00
01	02	Leilão com arrecadação entre: R$ 50.000,00 até R$ 99.999,99	UN	01	4.750,00	4.750,00
01	03	Leilão com arrecadação entre: R$ 100.000,00 até R$ 149.999,99	UN	01	7.125,00	7.125,00
01	04	Leilão com arrecadação entre: R$ 150.000,00 até R$ 199.999,99	UN	01	9.500,00	9.500,00
01	05	Leilão com arrecadação entre: R$ 200.000,00 até R$ 299.999,99	UN	01	14.250,00	14.250,00
01	06	Leilão com arrecadação entre: R$ 300.000,00 até R$ 399.999,99	UN	01	19.000,00	19.000,00
01	07	Leilão com arrecadação entre: R$ 400.000,00 até R$ 499.999,99	UN	01	23.750,00	23.750,00
01	08	Leilão com arrecadação entre: R$ 500.000,00 até	UN	01	28.500,00	28.500,00

006011

		R$ 599.999,99				
01	09	Leilão com arrecadação entre: R$ 600.000,00 até R$ 699.999,99	UN	01	33.250,00	33.250,00
01	10	Leilão com arrecadação entre: R$ 700.000,00 até R$ 799.999,99	UN	01	38.000,00	38.000,00
01	11	Leilão com arrecadação entre: R$ 800.000,00 até R$ 899.999,99	UN	01	42.750,00	42.750,00
01	12	Leilão com arrecadação acima de R$ 900.000,00	UN	01	47.500,00	47.500,00
			TOTAL			**270.750,00**

PARÁGRAFO SEGUNDO - A execução deverá ser em estrita obediência ao presente Contrato, assim como ao Edital da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 004/2025**, observadas as especificações disponibilizadas no Anexo I do referido instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 004/2025**, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço ajustado ao qual o CONTRATANTE se obriga a adimplir e o CONTRATADO concorda em receber é de R$ 270.750,00 (duzentos e setenta mil e setecentos e cinquenta reais).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

1) Para mais, na hipótese de sobreviver fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado alea econômica (probabilidade de perda concomitante a probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.
2) Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar superior ao valor de mercado.

PARÁGRAFO QUARTO - Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA

deverá apresentar no setor de Contratos, a documentação que comprove o pedido de reequilíbrio.

PARÁGRAFO QUINTO - A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo o MUNICIPIO a análise e deliberação a respeito do pedido.

PARÁGRAFO SEXTO - A contratatda fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pelo Município e a Contratada continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedores(es).

PARÁGRAFO NONO - O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação confortável, através da troca de fornecedores por parte da empresa, será considerado justificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagira a ordens de fornecimento já emitidas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através de juntada de planilha de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O reajustamento dos preços praticados no contrato utilizará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, acompanha das CND's FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL e após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônico para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O respectivo pagamento somente será efetuado após efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação, em especial ao Art. 92º, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/21.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, em 01(uma) via, devidamente regularizada nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO – Nenhum pagamento pelo CONTRATANTE isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, independentemente de sua natureza, nem implicará na aprovação definitiva.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso seja apurada alguma irregularidade na fatura apresentada ao CONTRATANTE, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA, para o saneamento da irregularidade.

PARÁGRAFO SEXTO – Caso na data prevista para pagamento não haja expediente no MUNICÍPIO, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente a esta.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, são oriundos de Recursos Livres do Município de Planalto. O recurso orçamentário correrá por conta da seguinte dotação:

DOTAÇÃO		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00310	02.103.04.122.0402.2007	3.3.90.39.00.00.00000

PARÁGRAFO NONO - A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões comprovando a sua situação regular perante à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. A CONTRATADA deverá ainda, manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação especificadas no edital

(Fazendas: Federal, Estadual e Municipal e Justiça do Trabalho).

PARÁGRAFO DÉCIMO - Durante a vigência do contrato, os valores registrados não serão reajustados.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Licitação do Município de Planalto.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto nos Art. 134 e 135, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A plataforma de transmissão dos leilões deverá ter as funcionalidades mínimas, que permita:

a) cadastramento on-line e gratuito de pessoas físicas e jurídicas,

b) inclusão de informações do leilão (Edital, fotos, valor mínimo de venda e informações gerais do bem).

c) certificação de informações cadastrais permitindo integração eletrônica com Órgãos de proteção de crédito, para certificação das informações prestadas pelos interessados

d) meios de pagamentos como emissão de boletos bancários, pix ou transferências para pagamento do preço do bem vendido, sendo realizada a cobrança diretamente na conta indicada pela Administração Pública

e) bloqueio do cadastro dos arrematantes inadimplentes e que, automaticamente, impeça a participação dos mesmos em outros certames promovidos pelo órgão licitante. Justificativa: Conferir moralidade ética aos certames.

f) geração de relatório ao final de cada certame, contendo a relação de participantes, histórico de lances ofertados por lote e por participante, valor de venda de cada lote dados dos arrematantes e desempenho das vendas, com estatísticas e projeções a serem discutidas e estabelecidas conforme a necessidade de cada leilão

g) mecanismos da disputa em TEMPO REAL. permitindo a captação de lances e acompanhamento on-line dos certames, com visualização da evolução das ofertas de modo que o processo de alienação dos bens seja totalmente público e transparente: TEMPO EXTRA, concedendo 'tempo extra" toda vez que um lance é ofertado nos últimos minutos de apregoamento do lote para que todos os interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances e seja estimulada a concorrência entre os participantes, e LANCES AUTOMÁTICOS, proporcionando a programação de "lances automáticos" até um limite máximo pré-determinado pelos ofertantes, uma vez estabelecido o "lance automático", caso outro participante oferte um lance superior, a plataforma deverá gerar novo lance, acrescido do incremento mínimo exigido para aquele lote, até o limite máximo definido pelo ofertante sem a necessidade de acompanhamento do certame

h) a contratada deverá disponibilizar no mínimo um profissional para realizar treinamento ao Leiloeiro e equipe de apoio designados para conduzir os leilões, devendo ainda acompanhar os certames na sede da contratante, nos dias indicados para a realização dos leilões, devendo prestar todos os esclarecimentos e dúvidas necessárias;

i) Suporte técnico para solução de problemas eventuais

PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente processo licitatório terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo de vigência e de execução do contrato poderá ser prorrogado por igual período, deste que haja interesse da administração, nos termos do Artigo 107 da Lei Federal nº14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO / OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Agir de modo idôneo;

PARÁGRAFO SEGUNDO - O serviço será executado com qualidade adequada e de acordo com as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações, devendo a CONTRATADA estar devidamente registrada nos órgãos competentes e possuir autorização para uso da plataforma de leilões;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Comprometer-se a executar os serviços de acordo com as especificações contidas no Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Não alegar incapacidade de execução de parte ou todo do objeto contratado, bem como impossibilidade de ajuste e ou adequação de performance técnica, qualquer que sejam os empecilhos, estando obrigada à execução dos ajustes e adequações necessárias.

PARÁGRAFO QUINTO - Responsabilizar-se pelos danos causados na execução do contrato, por sua culpa ou dolo, diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

PARÁGRAFO SEXTO - Responder pela correção e qualidade do serviço, observando as normas éticas e técnicas aplicáveis, reparando, corrigindo, removendo, reconstruindo ou substituindo as suas expensas, no total ou em parte, esse serviço, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e a qualificação exigida no contrato, apresentando à CONTRATANTE, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

PARÁGRAFO OITAVO - Prestar os serviços objeto deste Contrato sempre que solicitada, salvaguardados os casos de interrupções programadas e devidamente autorizadas pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO NONO - Dar ciência imediata e por escrito à Secretaria de Administração, sobre qualquer anormalidade como a constatação de falhas, defeitos e ou vulnerabilidades técnicas, ocorrentes e verificadas na execução dos serviços, quer de sua responsabilidade, quer de terceiros, assumindo paralelamente a obrigação de adotar todas as medidas adequadas que se tornem necessárias à plena correção das referidas anormalidades;

PARÁGRAFO DÉCIMO - Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência do serviço que efetuará, pelas despesas de anúncios, reclamos e propaganda dos leilões, fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização deste serviço, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Facilitar todas as atividades de fiscalização do serviço que será feita por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Providenciar toda a documentação necessária para a execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município, quitada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Todos os custos necessários a execução do objeto ficará a cargo das expensas da contratada, isentando-se a contratante de quaisquer eventuais prejuízos durante a execução do objeto contratual;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A contratada deverá dispor de e-mail e telefone para que a contratante solicite a execução dos serviços conforme a demanda;

006017

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Dar treinamento ao servidor municipal nomeado nos termos do art. 31 da Lei Federal 14.133/2021, para operacionalizar a plataforma, a ser realizado in loco no Município de Planalto – PR.

PARÁGRAFO DÉCIMO SETIMO - Garantir que o sistema funcione corretamente, sem falhas que prejudiquem os participantes do leilão, bem como deve proteger os dados dos usuários e das transações contra fraudes e acessos indevidos.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - A CONTRATADA deverá oferecer suporte contínuo e ilimitado através de canais eletrônicos, como e-mail, telefone e acesso remoto. Este atendimento estará disponível de segunda a sexta-feira, visando garantir que os servidores possam obter assistência técnica e administrativa de maneira ágil e eficaz, conforme suas necessidades diárias.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Oferecer atendimento eficiente para resolver problemas e dúvidas dos participantes, assegurando que todos tenham igualdade de condições no processo de leilão.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - A CONTRATADA deverá manter registros detalhados das transações e disponibilizar informações para fiscalização, bem como orientará o Município sobre as publicações a serem efetuadas.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais referentes aos seus empregados decorrentes da execução do serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

PARÁGRAFO QUARTO - Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

PARÁGRAFO QUINTO - Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água

PARÁGRAFO SEXTO – Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução do serviço.

006018

PARÁGRAFO SÉTIMO - Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

PARÁGRAFO OITAVO - Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

PARÁGRAFO NONO - Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação do serviço, como exige a Lei nº 9.985/00.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A contratada deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;

a) Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função "duplex" (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
b) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

006019

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENAS PELA INADIMPLÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa a inexecução parcial do contrato;

b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa a inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que na o se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SÉTIMO - Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO - Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

PARÁGRAFO NONO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstancias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela proviserem para o CONTRATANTE;

000021

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a pra tica dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusa o patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica previa (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme Art. 125 da lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficara prorrogada até a conclusa o do objeto, caso em que devera o CONTRATANTE

006022

providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a não conclusão do contrato referida no Parágrafo anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:
a) Ficara ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
b) Poderá o CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotara as medidas admitidas em Lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO - Para a extinção contratual, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO SEXTO - Se houver alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa sem restringir sua capacidade de concluir o contrato, deverá ser realizado termo aditivo para formalizar a alteração.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021), sendo que o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº. 14.133, de 2021

PARÁGRAFO SÉTIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, no Código Comercial Brasileiro e em outros referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

006023

PARÁGRAFO ÚNICO - Incumbira ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as Normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

PARÁGRAFO QUARTO - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

PARÁGRAFO QUINTO - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PARÁGRAFO SEXTO - Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

PARÁGRAFO SÉTIMO - Gestor do Contrato:
O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o

006025

aprimoramento das atividades da Administração.
O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21, e Decreto Municipal 5584/2024:
GESTORA DO CONTRATO: Carla Fatima Mombach Sturm.
FISCAL DO CONTRATO: Marcelo Felipe Schmitt.

PARÁGRAFO NONO - Caberá aos gestores e fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do contrato ou da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei n°14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:
a) Em ocorrendo a rescisão do presente contrato, em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com o CONTRATANTE, bem como sofrerá as penalidades previstas no Artigo n° 156 da Lei 14.133/2021.
b) A CONTRATADA assume exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil, penal ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.
c) O presente Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.**
d) A via deste instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.
e) Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital

006026

ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SUCESSÃO E DO FORO

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02(duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Capanema, estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.

Planalto - PR, 16 de setembro de 2025.

Luiz C. Boni
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MARCIA BORBA ECKERT:01766836909
Assinado de forma digital por MARCIA BORBA ECKERT:01766836909
Dados: 2025.09.18 10:29:34 -03'00'
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Diego Vinicius Ruckhaber
Diego Vinicius Ruckhaber
CPF: 113.472.119-69
RG: 12.685.090-5

Carla F. M. Sturm
Carla F. Mombach Sturm
RG: 6.772.151-9
CPF: 027.056.719-43

006027

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 296/2025

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 296/2025
CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 004/2025

DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2025.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: ECKERT TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de recursos de tecnologia da informação, visando à promoção e divulgação de leilão público por meio de plataforma de transação via web, para venda de bens do Município de Planalto – PR.
VALOR TOTAL: R$ 270.750,00 (duzentos e setenta mil e setecentos e cinquenta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:1DAEE9CF

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 22/09/2025. Edição 3368
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

000028

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

PORTARIA Nº 304 DE 25 DE SETEMBRO DE 2025

Designa Leiloeiro Oficial do Município de Planalto.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar a alienação de bens móveis, imóveis e veículos de propriedade do Município, por meio de leilão público;

R E S O L V E

Art. 1° NOMEAR o Sr. **AMAURI MACHADO DE MELLO**, portador do CPF nº **063.775.849-89** e do RG nº **9.622.404-4**, para atuar como **Leiloeiro Oficial do Município de Planalto**, para a realização dos leilões a serem realizados nos anos de 2025, 2026, 2027 e 2028.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

Luiz C. Boni

LUIZ CARLOS BONI

PREFEITO MUNICIPAL

006029

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

PORTARIA Nº 486 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Institui Comissão de Avaliação de Bens Móveis inservíveis para Leilão.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e;

RESOLVE

Art. 1° Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para comporem, sob a presidência do primeiro, a Comissão de Avaliação de Bens Móveis inservíveis para Leilão;
- ANDERSON DELARES - Técnico Agrícola.
- JEAN RAFAEL PAULUS NOVELLO - Fiscal de Frotas.
- LUÍS FERNANDO PAULUS - Fiscal de Frotas.

Art. 2° Compete à Comissão instituída por esta portaria realizar avaliação de bens móveis que serão leiloados pelo Município de Planalto.
Art. 3° Os bens móveis a serem avaliados e posteriormente leiloados estão relacionados na tabela abaixo:

1	**FIAT/PALIO FIRE FLEX - Placas:AZP-2540** - Branca - ALCOOL/GASOLINA - Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL - Ano/Modelo:2015/2016 - Chassi: 9BD17122ZF7536964 - Renavam: 01048662206 - Categoria: Oficial - Vigente (Em Circulação) - Ar condicionado - Direção hidráulica - Veículo em regular estado de conservação - Funcionando - Podendo conter avarias
2	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXK-3198** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2013/2013 – Chassi: 9BD15844AD6873158 – Renavam: 00569246377 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Ar condicionado – Direção Hidráulica – Veiculo em regular estado de Conservação – Funcionando – Podendo conter avarias
3	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXH-7245** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2013/2013 - Chassi: 9BD15844AD6867047 – Renavam: 00565331280 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Ar Condicionado – Veiculo em regular estado de Conservação – Funcionando – Podendo conter avarias
4	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXO-2239** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2013/2013 – Chassi: 9BD15844AD6883532 – Renavam: 00586768289 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Ar Condicionado – Veiculo em regular estado de Conservação – Funcionando – Podendo conter avarias

Boni

006030

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

5	**HYUNDAI/HB20S10TA PLATIN – PLACA:RHK7C19** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2021/2022 – Chassi: 9BHCP41BBNP243369 – Renavam: 01276410015 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Veiculo em bom estado de conservação – Funcionando- transmissão automática – Podendo conter avarias
6	**CHEVROLET/SPIN 1.8L AT PREMIER – PLACA:RHV5H11** – Branca- ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO/AUTOMOVEL/7lugares – Ano/modelo:2022/2022 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) - Veiculo em regular estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias
7	**CREVROLET/ONIX 1.0MT JOYE – PLACA:BBT6362** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO/AUTOMOVEL – Ano/modelo: 2017/2018 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) - Veiculo em regular estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias
8	**/FORD TRANSIT TCA MIC – PLACA:SDV8A54** – Branca – Diesel – Potencia: 170CV - Espécie: PASSAGEIRO / MICROONIBUS – Ano/Modelo:2022/2022 – Chassi: WF0GTTBE0NU001937 – Renavam: 01321292624 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Lotação: 16P – Veiculo em bom estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias
9	**VW/CONSTELLATION 15.180 CNM – PLACA: MGV-4828** – Branca – Diesel – 4X2 – Espécie: CARGA/ 3 LUGARES/CARROC ABERTA – Ano/Modelo: 2010/2011 – Chassi: 953468235BR107626 - Renavam: 249976749 – Categoria: Particular – Vigente (Em Circulação) – Veiculo em regular estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias externas e mecânicas
10	**M.BENZ/ATRON 2729 K 6X4 – PLACA: AYG-6964** – Branca – Diesel – Capacidade: 23T/286CV – Espécie: CARGA/CAMINHAO/BASCULANTE – Ano/Modelo: 2014/2014 – Chassi: 9BM693388EB954917 – Renavam: 01004619445 – Categoria: Oficial- Vigente (Em Circulação) – Veiculo em regular estado de conservação – Ar Condicionado - Funcionando – Podendo conter avarias externas e mecânicas
11	**TRATOR CORTADOR DE GRAMA** – Marca: TRAPP – Modelo: MURRAY SELECT – 42L15G60X8A – Ano: 2008 – Em mau estado de conservação – Podendo conter avarias
12	**POLIQUINDASTE SIMPLES (ENTULHO)** – Equipamento usado – Em funcionamento – Podendo conter avarias – Marca: LIBRELATO
13	**LOTE SUCATAS – TIPO: DIVERSOS** – Sucatas ferros diversos do tipo: parquinhos infantis, portões, distribuidor de resíduos, capa pé de carneiro de rolo compactador
14	**LOTE MAQUINAS DE COSTURA** – 11 Unidades – Marcas diversas – Lanmax, Singer, Sunstar, Sansei, Yamata, Luki, Silverstar, Siruba – Em regular estado de conservação – Podendo conter avarias
15	**EQUIPAMENTOS PANIFICAÇÃO** – Batedeira planetária MB BRAESI BP12 – Batedeira planetária Venancio VBP05 – Batedeira planetária MANÁ
16	**EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES** – Lote com itens variados – Podendo apresentar falta de partes, peças e componentes – Podendo apresentar avarias
17	**ESTRUTURA DE MADEIRA DO TIPO (GALPÃO)** – Vendida no estado que se encontra – Sendo 1 galpão em pé de aproximadamente 11x11 e 1 galpão já desmontado – Sendo um total aproximado de 25m³ de madeira -madeiras diversas – cabe ao arrematante a desmontagem e retirada do lote

Boni

006031

18	**ESTRUTURA PRÉ MOLDADO** – Barracão de Estrutura pré moldado – Medindo aproximadamente 40x20 – Com pilares e Vigas de concreto armado – Terças Metálicas – Sendo um total de: 18 PILARES – 18 VIGAS – Telhado de fibrocimento danificado – Vendido no estado de construção em pé – Podendo conter avarias – Cabe ao arrematante a desmontagem e retirado do lote

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos 03 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Luiz C. Boni

LUIZ CARLOS BONI
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

TERMO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS

A Comissão Específica nomeada pela Portaria nº 486/2026, e composta pelos membros abaixo assinados, reuniu-se na sala de Reuniões desta Prefeitura Municipal de Planalto, Estado do Paraná, para proceder a avaliação de veículos, máquinas, equipamentos e sucatas. Analisando-se as características dos objetos, estado de conservação, bem como pesquisa de mercado, esta comissão optou pelos seguintes valores de avaliação:

LOTE	DESCRIÇÃO DO BEM	LANCE INICIAL
1	**FIAT/PALIO FIRE FLEX - Placas:AZP-2540** - Branca - ALCOOL/GASOLINA - Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL - Ano/Modelo:2015/2016 - Chassi: 9BD17122ZF7536964 - Renavam: 01048662206 - Categoria: Oficial - Vigente (Em Circulação) - Ar condicionado - Direção hidráulica - Veículo em regular estado de conservação - Funcionando - Podendo conter avarias	R$ 12.000,00
2	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXK-3198** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2013/2013 – Chassi: 9BD15844AD6873158 – Renavam: 00569246377 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Ar condicionado – Direção Hidráulica – Veiculo em regular estado de Conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 10.000,00
3	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXH-7245** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2013/2013 - Chassi: 9BD15844AD6867047 – Renavam: 00565331280 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Ar Condicionado – Veiculo em regular estado de Conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 9.000,00
4	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXO-2239** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2013/2013 – Chassi: 9BD15844AD6883532 – Renavam: 00586768289 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Ar Condicionado – Veiculo em regular estado de Conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 9.000,00
5	**HYUNDAI/HB20S10TA PLATIN – PLACA:RHK7C19** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2021/2022 – Chassi: 9BHCP41BBNP243369 – Renavam: 01276410015 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Veiculo em bom estado de conservação – Funcionando- transmissão automática – Podendo conter avarias	R$ 35.000,00
6	**CHEVROLET/SPIN 1.8L AT PREMIER – PLACA:RHV5H11** – Branca- ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO/AUTOMOVEL/7lugares –	R$ 35.000,00

Anderson Jean

	Ano/modelo:2022/2022 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) - Veiculo em regular estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	
7	**CREVROLET/ONIX 1.0MT JOYE – PLACA:BBT6362 –** Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO/AUTOMOVEL – Ano/modelo: 2017/2018 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) - Veiculo em regular estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 22.000,00
8	**/FORD TRANSIT TCA MIC – PLACA:SDV8A54 –** Branca – Diesel – Potencia: 170CV - Espécie: PASSAGEIRO / MICROONIBUS – Ano/Modelo:2022/2022 – Chassi: WF0GTTBE0NU001937 – Renavam: 01321292624 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Lotação: 16P – Veiculo em bom estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 90.000,00
9	**VW/CONSTELLATION 15.180 CNM – PLACA: MGV-4828 –** Branca – Diesel – 4X2 – Espécie: CARGA/ 3 LUGARES/CARROC ABERTA – Ano/Modelo: 2010/2011 – Chassi: 953468235BR107626 - Renavam: 249976749 – Categoria: Particular – Vigente (Em Circulação) – Veiculo em regular estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias externas e mecânicas	R$ 60.000,00
10	**M.BENZ/ATRON 2729 K 6X4 – PLACA: AYG-6964 –** Branca – Diesel – Capacidade: 23T/286CV – Espécie: CARGA/CAMINHAO/BASCULANTE – Ano/Modelo: 2014/2014 – Chassi: 9BM693388EB954917 – Renavam: 01004619445 – Categoria: Oficial- Vigente (Em Circulação) – Veiculo em regular estado de conservação – Ar Condicionado - Funcionando – Podendo conter avarias externas e mecânicas	R$ 110.000,00
11	**TRATOR CORTADOR DE GRAMA –** Marca: TRAPP – Modelo: MURRAY SELECT – 42L15G60X8A – Ano: 2008 – Em mau estado de conservação – Podendo conter avarias	R$ 100,00
12	**POLIQUINDASTE SIMPLES (ENTULHO) –** Equipamento usado – Em funcionamento – Podendo conter avarias – Marca: LIBRELATO	R$ 5.000,00
13	**LOTE SUCATAS – TIPO: DIVERSOS –** Sucatas ferros diversos do tipo: parquinhos infantis, portões, distribuidor de resíduos, capa pé de carneiro de rolo compactador	R$ 1.200,00
14	**LOTE MAQUINAS DE COSTURA –** 11 Unidades – Marcas diversas – Lanmax, Singer, Sunstar, Sansei, Yamata, Luki, Silverstar, Siruba – Em regular estado de conservação – Podendo conter avarias	R$ 1.000,00
15	**EQUIPAMENTOS PANIFICAÇÃO –** Batedeira planetária MB BRAESI BP12 – Batedeira planetária Venancio VBP05 – Batedeira planetária MANÁ	R$ 1.000,00

Anderson Jean

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

16	**EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES** – Lote com itens variados – Podendo apresentar falta de partes, peças e componentes – Podendo apresentar avarias	R$ 1.000,00
17	**ESTRUTURA DE MADEIRA DO TIPO (GALPÃO)** – Vendida no estado que se encontra – Sendo 1 galpão em pé de aproximadamente 11x11 e 1 galpão já desmontado – Sendo um total aproximado de 25m³ de madeira -madeiras diversas – cabe ao arrematante a desmontagem e retirada do lote	R$ 5.000,00
18	**ESTRUTURA PRÉ MOLDADO** – Barracão de Estrutura pré moldado – Medindo aproximadamente 40x20 – Com pilares e Vigas de concreto armado – Terças Metálicas – Sendo um total de: 18 PILARES – 18 VIGAS – Telhado de fibrocimento danificado – Vendido no estado de construção em pé – Podendo conter avarias – Cabe ao arrematante a desmontagem e retirado do lote	R$ 10.000,00

Planalto-Pr., 08 de setembro de 2026.

ANDERSON DELARES
Técnico Agrícola

JEAN RAFAEL PAULUS NOVELLO
Fiscal de Frotas

LUIS FERNANDO PAULUS
Fiscal de Frotas

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ORGÃO INTERESSADO:

1.1. Secretaria Municipal de Administração, Secretária Municipal de Indústria Comércio e Turismo, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Serviços Rodoviários, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria da Mulher e da Família.

2. OBJETO:

2.1. Alienação de bens móveis inservíveis do município de Planalto-PR, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a Portaria nº 304 de 2025 conforme Termo de Referência e Edital;

3. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA:

3.1. Marcelo Felipe Schmitt, Marlise Diefembach, Marli Salete Dieckel de Lima, Leonir Bianchi, Michel Junior Diesel, Angela Regina Garcia Caneppa, Lizandra Cristina Boni, Dione Junior Helfer, Gilmar da Silva, Monica Andreia Back e Simone Raquel Baldissera Dresch.

4. DA MODALIDADE:

4.1. O presente leilão deverá realizar-se nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, e demais legislações correlatas.

4.2. A Licitação será na modalidade LEILÃO e forma ELETRÔNICA, através da plataforma de transação via web, oriunda do Contrato nº 296/2025 da Concorrência Eletrônica nº 004/2025.

4.3. Conforme Portaria 304/2025, designa como Leiloeiro Oficial do Município de Planalto-PR, o Sr. AMAURI MACHADO DE MELLO.

4.4. A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente no âmbito das contratações públicas.

4.5. Todavia, no caso específico dos procedimentos de leilão previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, não se mostra possível a aplicação das disposições da referida Lei Complementar.

4.6. Contudo, em seu artigo 49, inciso III, a referida Lei Complementar dispõe expressamente que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não se aplica quando não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

4.7. Isso porque o leilão tem natureza distinta das licitações comuns, destinando-se à alienação de bens móveis, imóveis ou produtos legalmente apreendidos ou penhorados, observando o critério de maior lance ou oferta, conforme art. 6º, inciso XL, e art. 28, inciso V, da Lei 14.133/2021.

4.8. Portanto, a adoção do tratamento diferenciado previsto na LC nº 123/2006 – como

preferência de contratação, empate ficto ou reserva de cota – não se aplica aos leilões, uma vez que não há disputa por menor preço ou condições contratuais, mas sim pela maior proposta apresentada, o que inviabiliza tecnicamente a aplicação das prerrogativas concedidas a microempresas e empresas de pequeno porte.

4.9. Dessa forma, fundamenta-se a presente justificativa pela inaplicabilidade da Lei Complementar nº 123/2006 aos leilões, em estrita observância ao princípio da legalidade administrativa e à natureza própria deste procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

4.10. A realização de novo Leilão Eletrônico de Bens Móveis Inservíveis tem por objetivo dar continuidade à alienação de bens públicos considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis, conforme previsto no art. 76, inciso II, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a venda de bens móveis por meio de leilão.

5. DA JUSTIFICATIVA:

5.1. A administração pública adquire bens móveis permanentes, que são utilizados no desenvolvimento de suas atividades, bem como na prestação de serviços públicos à população. Com o decurso do tempo, referidos bens deixam de ser úteis ao órgão possuidor, tornando-se inservíveis, denominação genérica atribuída aos bens caracterizados como ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis. Por não mais servirem a finalidade para qual foram adquiridos, não há motivo para que tais bens permaneçam integrados ao patrimônio público, razão pela qual ocorre o desfazimento destes bens, que tem por objetivo principal angariar recursos para a aquisição de novos bens permanentes; bem como se justifica pela redução de custos administrativos para manutenção dos mesmos no acervo patrimonial.

5.2. Cabe ainda elucidar que, bens inservíveis para a administração, são aqueles de que a Administração Pública não mais necessita, ou seja, não tem mais utilidade para o Município, mas que tem ou poderão ter utilidade para particulares, razão por que serão alienados, o que significa que bens inservíveis, no contexto da Lei nº 14.133/21, não são bens imprestáveis, mas sim desnecessários para um ente determinado, qual seja, a Administração Pública.

5.3. Assim, os bens arrolados a baixo, foram considerados/declarados inservíveis ou em desuso pelas respectivas Secretarias Municipais, logo, é plenamente cabível a realização de leilão público para a sua alienação.

5.4. O Município não possui espaços adequados para recebimento e armazenamento de bens permanentes, sendo que, alguns encontram-se no Pátio da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, ocupando espaços e se tornando criadouros de insetos vindo a prejudicar os moradores próximos.

6. DA ESPECIFICAÇÃO DOS BENS:

LOTE	DESCRIÇÃO DO BEM	LANCE INICIAL
1	**FIAT/PALIO FIRE FLEX - Placas:AZP-2540** - Branca - ALCOOL/GASOLINA - Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL - Ano/Modelo:2015/2016 - Chassi: 9BD17122ZF7536964 - Renavam: 01048662206 - Categoria: Oficial - Vigente (Em Circulação) - Ar condicionado - Direção hidráulica - Veículo em	R$ 12.000,00

000037

	regular estado de conservação - Funcionando - Podendo conter avarias	
2	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXK-3198** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2013/2013 – Chassi: 9BD15844AD6873158 – Renavam: 00569246377 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Ar condicionado – Direção Hidráulica – Veiculo em regular estado de Conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 10.000,00
3	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXH-7245** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2013/2013 - Chassi: 9BD15844AD6867047 – Renavam: 00565331280 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Ar Condicionado – Veiculo em regular estado de Conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 9.000,00
4	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXO-2239** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2013/2013 – Chassi: 9BD15844AD6883532 – Renavam: 00586768289 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Ar Condicionado – Veiculo em regular estado de Conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 9.000,00
5	**HYUNDAI/HB20S10TA PLATIN – PLACA:RHK7C19** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2021/2022 – Chassi: 9BHCP41BBNP243369 – Renavam: 01276410015 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Veiculo em bom estado de conservação – Funcionando- transmissão automática – Podendo conter avarias	R$ 35.000,00
6	**CHEVROLET/SPIN 1.8L AT PREMIER – PLACA:RHV5H11** – Branca- ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO/AUTOMOVEL/7lugares – Ano/modelo:2022/2022 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) - Veiculo em regular estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 35.000,00
7	**CREVROLET/ONIX 1.0MT JOYE – PLACA:BBT6362** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO/AUTOMOVEL – Ano/modelo: 2017/2018 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) - Veiculo em regular estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 22.000,00
8	**/FORD TRANSIT TCA MIC – PLACA:SDV8A54** – Branca – Diesel – Potencia: 170CV - Espécie: PASSAGEIRO / MICROONIBUS – Ano/Modelo:2022/2022 – Chassi: WF0GTTBE0NU001937 – Renavam: 01321292624 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Lotação: 16P – Veiculo em bom estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 90.000,00
9	**VW/CONSTELLATION 15.180 CNM – PLACA: MGV-4828** – Branca – Diesel – 4X2 – Espécie: CARGA/ 3 LUGARES/CARROC ABERTA – Ano/Modelo: 2010/2011 –	R$ 60.000,00

	Chassi: 953468235BR107626 - Renavam: 249976749 – Categoria: Particular – Vigente (Em Circulação) – Veiculo em regular estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias externas e mecânicas	
10	**M.BENZ/ATRON 2729 K 6X4 – PLACA: AYG-6964** – Branca – Diesel – Capacidade: 23T/286CV – Espécie: CARGA/CAMINHAO/BASCULANTE – Ano/Modelo: 2014/2014 – Chassi: 9BM693388EB954917 – Renavam: 01004619445 – Categoria: Oficial- Vigente (Em Circulação) – Veiculo em regular estado de conservação – Ar Condicionado - Funcionando – Podendo conter avarias externas e mecânicas	R$ 110.000,00
11	**TRATOR CORTADOR DE GRAMA** – Marca: TRAPP – Modelo: MURRAY SELECT – 42L15G60X8A – Ano: 2008 – Em mau estado de conservação – Podendo conter avarias	R$ 100,00
12	**POLIQUINDASTE SIMPLES (ENTULHO)** – Equipamento usado – Em funcionamento – Podendo conter avarias – Marca: LIBRELATO	R$ 5.000,00
13	**LOTE SUCATAS – TIPO: DIVERSOS** – Sucatas ferros diversos do tipo: parquinhos infantis, portões, distribuidor de resíduos, capa pé de carneiro de rolo compactador	R$ 1.200,00
14	**LOTE MAQUINAS DE COSTURA** – 11 Unidades – Marcas diversas – Lanmax, Singer, Sunstar, Sansei, Yamata, Luki, Silverstar, Siruba – Em regular estado de conservação – Podendo conter avarias	R$ 1.000,00
15	**EQUIPAMENTOS PANIFICAÇÃO** – Batedeira planetária MB BRAESI BP12 – Batedeira planetária Venancio VBP05 – Batedeira planetária MANÁ	R$ 1.000,00
16	**EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES** – Lote com itens variados – Podendo apresentar falta de partes, peças e componentes – Podendo apresentar avarias	R$ 1.000,00
17	**ESTRUTURA DE MADEIRA DO TIPO (GALPÃO)** – Vendida no estado que se encontra – Sendo 1 galpão em pé de aproximadamente 11x11 e 1 galpão já desmontado – Sendo um total aproximado de 25m³ de madeira -madeiras diversas – cabe ao arrematante a desmontagem e retirada do lote	R$ 5.000,00
18	**ESTRUTURA PRÉ MOLDADO** – Barracão de Estrutura pré moldado – Medindo aproximadamente 40x20 – Com pilares e Vigas de concreto armado – Terças Metálicas – Sendo um total de: 18 PILARES – 18 VIGAS – Telhado de fibrocimento danificado – Vendido no estado de construção em pé – Podendo conter avarias – Cabe ao arrematante a desmontagem e retirado do lote	R$ 10.000,00
	TOTAL:	**R$ 416.300,00**

7. DOS BENS E DA VISITAÇÃO:

7.1. Os bens apregoados estão relacionados no **ANEXO I - RELAÇÃO DOS ITENS** e serão vendidos no estado de conservação em que se encontram e sem garantia, reservando-se ao Município de Planalto-PR, o direito de liberá-los, ou não, a quem maior

006039

lance oferecer bem como retirar, desdobrar ou reunir os bens em lotes, de acordo com o seu critério ou necessidade, por intermédio do servidor municipal designado.

7.2. As fotos divulgadas nas plataformas contratadas são meramente ilustrativas, não servindo de parâmetro para demonstrar o estado dos bens ou influenciar a decisão de oferta de lances para arrematação de bens.

7.3. Ao participar do certame, o interessado declara ter pleno conhecimento do presente edital, sendo de sua responsabilidade a vistoria prévia dos lotes, isentando o Planalto-PR e a Eckert Tecnologia E Assessoria Ltda. e a Superbid Exchange por eventuais vícios existentes no bem adquirido.

7.4. Quando se tratar de lotes de sucata, estrutura de madeira/pré-moldado, materiais de informática e ferro velho, os bens constantes em cada lote serão apregoados em quantidades aproximadas, sendo possível margem de até 20% (vinte por cento) para mais ou para menos na quantidade dos referidos bens, sem que seja devido qualquer pagamento adicional e/ou reembolso do valor pago.

7.5. Os bens, objeto do presente leilão, poderão ser vistoriados e examinados entre os dias **.../.../2026 à .../.../2026,** de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08h00 às 11h00 e das 14h00 às 16h00.

7.6. Tendo em vista que os itens objetos do presente leilão encontram-se depositados em locais distintos, os interessados na vistoria e exame dos referidos itens, devem entrar em contato com o responsável Sr. Jean Rafael Paulus Novello, para agendamento e posterior acompanhamento do servidor municipal do Município de Planalto-PR, responsável para a vistoria, pelo telefone (46)99922-4099, ou através do e-mail jeannovello3@gmail.com, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

7.7. É de responsabilidade dos interessados o deslocamento até o local onde estão depositados os bens para vistoria.

7.8. Para maiores informações, entrar em contato com o Setor de Licitação através do Telefone (46) 3555-8100 ou através do e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br.

8. DO VALOR:

8.1. Os bens serão vendidos em lotes, tendo como valor de avaliação, conforme TERMO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, realizado pela Comissão de Avaliação de Bens Móveis nomeada pela Portaria nº 486/2026, instituída pelo Município de Planalto-Pr.

8.2. Valor mínimo estimado, valor de lance inicial será conforme definido no Termo de Avaliação.

8.3. De acordo com a Avaliação dos bens, chegou-se ao valor de lance inicial dos bens móveis inservíveis, totalizando **R$ 416.300,00 (quatrocentos e dezesseis mil e trezentos reais).**

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE:

9.1. Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e impostos incidentes sobre os bens arrematados, sendo que as plataformas contratadas não tem qualquer responsabilidade pela entrega do(s) bem(s)

arrematado(s) ao(s) arrematante(s).

9.2. Após 10 (dez) dias úteis a contar da data da efetivação do pagamento (crédito/compensação de remessa em conta corrente) do valor do lance ofertado, o(s) bem(ns), será(ão) disponibilizado(s) pelo Município de Planalto-PR, para ser (em) retirado(s) pelo(s) arrematante(s)/ procurador(es), mediante a entrega de Procuração com firma reconhecida, se for o caso.

9.3. Para efetuar a retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR, cujo contato será oportunamente informado.

9.4. No ato da retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá conferir o(s) referido(s) lote(s) (natureza, quantidade, estado ou condições em que o(s) mesmo(s) estiver (em). Sendo constatada qualquer divergência e/ou irregularidade, o fato deverá ser imediatamente informado, por escrito, ao Município de Planalto-PR, ficando a retirada suspensa até que estejam solucionadas as eventuais dúvidas existentes.

9.5. Não poderá o arrematante alegar qualquer irregularidade e/ou divergência após a remoção do(s) bem(ns).

9.6. O arrematante deverá descaracterizar toda e qualquer identificação do Município de Planalto-PR, constante do bem arrematado.

9.7. Na retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá respeitar e cumprir todas as normas internas de segurança estabelecidas pelo Município de Planalto-PR no que se refere à utilização de veículo apropriado, pessoal devidamente identificado e portando todos os equipamentos obrigatórios de segurança estabelecidos pela legislação em vigor, não cabendo ao Município de Planalto-PR, qualquer responsabilidade por acidentes que venham a ocorrer durante e em função das operações de carregamento e retirada.

9.8. Se o(s) bem(ns) arrematado(s) não for(em) retirado(s) no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de liberação de retirada, será cobrada pela guarda do(s) mesmo(s) uma taxa de 1% (um por cento)/dia, calculada sobre o valor da arrematação. Findo o prazo de trinta dias úteis contados da data agendada para a retirada dos bens, os valores pagos pela arrematação serão revertidos para o município de Planalto-PR não cabendo ao arrematante qualquer indenização ou devolução da quantia paga em leilão inclusive encargos administrativos.

9.9. Após 10 (dez) dias a contar da data da efetivação do pagamento (crédito/compensação de remessa em conta corrente) do valor do lance ofertado, os veículos arrematados e a respectiva documentação de transferência (DUT) serão disponibilizados pelo Município de Planalto-PR para serem retirados pelo(s) arrematante(s)/ procurador(es) mediante o fornecimento de cópia da Cédula de Identidade, CPF e Carteira Nacional de Habilitação, no caso de Pessoa Física, e Contrato Social ou Estatuto Social acompanhado de Ata de Eleição da Diretoria, no caso de Pessoa Jurídica, bem como de Procuração com firma reconhecida, se o caso.

9.10. A disponibilização dos veículos e respectiva documentação, no prazo acima estabelecido, fica condicionada à comprovação, pelos arrematantes, da quitação da integralidade dos débitos que eventualmente recaiam sobre os veículos arrematados.

9.11. Para efetuar a retirada do(s) veículo(s) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR cujo contato será oportunamente informado.

9.12. Correrão por conta dos arrematantes todas as despesas de transferência do(s) veículo(s) para o seu nome, inclusive despesas com serviços de terceiros, despachantes, taxas, vistorias e quaisquer outras necessárias, como emissão de segunda via de documentos, mesmo que decorrentes da indisponibilidade, perda ou extravio do DUT na Prefeitura.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

10.1. Fornecer à licitante todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital.

10.2. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora.

10.3. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

10.4. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATANTE com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.

10.5. A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares, pessoas naturais vinculadas à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas no inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

10.6. Será de responsabilidade do município o pagamento dos débitos de eventuais multas de trânsito e débitos de IPVA relativos do período ainda que anterior a data do leilão. Débitos em aberto: Sujeito a alterações de acordo com os cadastros dos órgãos públicos até a data da transferência do veículo.

11. DA RETIRADA DOS BENS:

11.1. Para efetuar a retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR, cujo contato será oportunamente informado.

11.2. No ato da retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá conferir o(s) referido(s) lote(s) (natureza, quantidade, estado ou condições em que o(s) mesmo(s) estiver (em)). Sendo constatada qualquer divergência e/ou irregularidade, o fato deverá ser imediatamente informado, por escrito, ao Município de Planalto-PR, ficando a retirada suspensa até que estejam solucionadas as eventuais dúvidas existentes.

11.3. Não poderá o arrematante alegar qualquer irregularidade e/ou divergência após a remoção do(s) bem(ns).

11.4. O arrematante deverá descaracterizar toda e qualquer identificação do Município de Planalto-PR, constante do bem arrematado.

11.5. Na retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá respeitar e cumprir todas as normas internas de segurança estabelecidas pelo Município de Planalto-PR no que se refere à utilização de veículo apropriado, pessoal devidamente identificado e portando todos os equipamentos obrigatórios de segurança estabelecidos pela legislação em vigor, não cabendo ao Município de Planalto-PR, qualquer responsabilidade por acidentes que venham a ocorrer durante e em função das operações de carregamento e retirada.

11.6. Se o(s) bem(ns) arrematado(s) não for(em) retirado(s) no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de liberação de retirada, será cobrada pela guarda do(s) mesmo(s) uma taxa de 1% (um por cento)/dia, calculada sobre o valor da arrematação. Findo o prazo de trinta dias úteis contados da data agendada para a retirada dos bens, os valores pagos pela arrematação serão revertidos para o município de Planalto-PR não cabendo ao arrematante qualquer indenização ou devolução da quantia paga em leilão inclusive encargos administrativos.

11.7. O arrematante assumirá o risco no carregamento e transporte dos bens arrematados, bem como as despesas decorrentes de sua retirada, assim como a verificação da necessidade de óleo lubrificante e de combustível dos veículos e máquinas arrematados.

11.8. Uma vez retirado o bem do pátio/depósito não serão aceitas devoluções, reembolsos, trocas e/ou compensações de qualquer natureza, muito menos qualquer tipo de reclamação com relação a qualidade do bem arrematado.

11.9. Ao arrematante caberá, as suas próprias expensas, inclusive em caso de judicialização, o direito de petição perante o órgão ou instancia administrativa ou judicial notificada, em virtude da informação da arrematação.

11.10. Para efetuar a retirada do(s) veículo(s) arrematado(s) e demais objetos, o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR com o responsável Sr. Jean Rafael Paulus Novello, para agendamento e posterior acompanhamento do servidor municipal do Município de Planalto-PR, responsável para a retirada dos bens, pelo telefone (46)99922-4099, ou através do e-mail jeannovello3@gmail.com.

12. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

12.1. O Período de recebimento dos lances será das 10 horas do dia **.... de ..... de 2026** até às 10 horas do dia **.... de ..... de 2026**, por meio das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net). Art. 55 - Lei Federal n. 14.133/2021.

12.2. A Sessão de Disputa de Preços (lances) será a partir das 10 horas do dia **.... de ..... de 2026**, através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).Os interessados em participar do leilão, deverão realizar o credenciamento através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange

(www.superbid.net).

12.3. Os interessados em participar do leilão, deverão realizar o credenciamento através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

12.4. Poderão participar do leilão pessoas físicas devidamente cadastradas em situação regular no cadastro de pessoa física – CPF, devendo apresentar documento de identificação pessoal com foto e comprovante de endereço.

12.5. Poderão participar do leilão pessoas jurídicas devidamente constituídas e inscritas no CNPJ, devendo ser representada por sócio administrador, o qual deverá apresentar cópia autenticada do contrato social e alterações se houver, ou por meio de procurador, desde que apresente instrumento de procuração com finalidade específica de participação no leilão, com firma reconhecida e apresente, igualmente, cópia autenticada do contrato social e alterações se houver.

12.6. A participação no Leilão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação do login e senha privativa do interessado, cabendo a ele a responsabilidade por qualquer transação efetuada, inclusive as realizadas por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

12.7. Após a efetivação do lance, não é permitida a alteração de dados cadastrais para o respectivo leilão objeto do presente edital.

12.8. Será admitida a oferta de lances por meio do sítio eletrônico plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

12.9. Para tanto os interessados deverão se cadastrar previamente, observando as regras estabelecidas e aceitando as condições de venda previstas para o certame.

12.10. A oferta de lances, implica de forma automática e irrevogável a aceitação de todas as condições previstas no presente edital, não podendo alegar desconhecimento.

12.11. Os lances recebidos poderão ser cobertos por lance imediatamente superior, conforme incremento e temporização mínima definido pelo leiloeiro durante o leilão, podendo ambos sofrerem alterações durante o ato, para eventual cobertura. Não havendo lance superior, o sistema/leiloeiro encerrará a contagem e será definido o arrematante.

12.12. Encerrada a regressiva, sem que haja novos lances, constará no sistema a informação de lote "arrematado", sendo considerado como vendido, com registro na plataforma sem possibilidade de reabertura.

12.13. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do interessado ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Leilão Eletrônico.

12.14. Durante a realização do leilão fica proibida a cessão, a qualquer título, dos direitos adquiridos pelo arrematante. Uma vez ofertado e aceito o lance, será irretratável e irrevogável, não se admitindo a sua desistência, sob pena de aplicação de multa e proibição de participação em outros leilões do mesmo leiloeiro.

006044

13. DA FORMA DE PAGAMENTO:

13.1. Não sendo realizado o pagamento pelo arrematante, facultar-se-á ao Leiloeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 9, o Leiloeiro, observado o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado o bem ou desde que maior que o mínimo estipulado pelo Município para arrematação, poderá:

13.2.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que abaixo do preço do arrematante vencedor;

13.2.2. Aceitar as condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.3. O arrematante deverá efetuar o pagamento dos valores devidos pela arrematação dos bens através de sua Conta Digital Superbid Pay em até 03 (três) dias úteis a contar do encerramento do leilão.

13.3.1. O arrematante deverá acessar a seção "Minhas Compras" da Superbid Exchange, clicar no botão "Continuar para Pagamento" e selecionar, na tela seguinte, a Forma de Pagamento de sua preferência (Utilizar Saldo Superbid Pay, Boleto Bancário, Transferência Bancária ou via PIX, conforme disponível).

13.3.2. O arrematante poderá utilizar saldo previamente disponível em sua Conta Digital Superbid Pay para pagar os valores devidos pela arrematação, sendo que caso o saldo na Conta Digital Superbid Pay seja insuficiente para pagamento dos valores devidos pela arrematação, o arrematante deverá complementá-lo pagando um boleto bancário no valor da diferença.

13.3.3. A Superbid Exchange disponibiliza acesso a uma conta de pagamento na modalidade pré-paga, de titularidade única e exclusiva do usuário, a qual é utilizada para realizar os pagamentos devidos ("Conta Digital Superbid Pay").

13.3.4. A Conta Digital Superbid Pay é emitida e gerenciada pela Superbid Pay, Instituição de Pagamento Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.084.163/0001-84 ("Superbid Pay").

13.3.5. O usuário poderá aportar recursos em reais na sua Conta Digital Superbid Pay, independentemente da realização de compras na Superbid Exchange. Para tanto, deverá acessar a seção "Minha Conta" da Superbid Exchange, clicar no botão "Adicionar Dinheiro" dentro da seção "Conta Digital" e selecionar uma das formas disponíveis: (i) Boleto Bancário ou (ii) Transferência Bancária.

13.4. Não será aceito pagamento via depósito bancário em espécie ou cheque.

13.5. Não é necessário o envio dos boletos bancários para comprovação dos pagamentos efetuados.

13.6. O ICMS, quando devido, deverá ser pago diretamente pelo(s) arrematante(s), o(s) qual(is) deverá(ão) apresentar ao Município de Planalto-PR a guia comprobatória do recolhimento, para liberação do bem arrematado.

13.7. O pagamento dos valores devidos à empresa contratada "Eckert Tecnologia e Assessoria LTDA" será por parte deste Município, e se darão na forma prevista conforme

Contrato nº 296/2025 da Concorrência Eletrônica nº 004/2025.

13.8. Caso o arrematante não pague o preço do bem arrematado no prazo de 03 (três) dias úteis, a arrematação ficará cancelada. Fica facultado à administração Municipal conceder novo prazo para efetivação do pagamento, mediante interesse público.

14. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

14.1. O objeto será parcelado em lotes, considerando as características, natureza, estado de conservação e valor de avaliação dos bens móveis inservíveis. O parcelamento permite que os interessados participem individualmente dos lotes de seu interesse, ampliando a competitividade e a possibilidade de obtenção de melhores resultados para o Município. A medida também evita o agrupamento indevido de bens de naturezas distintas, estando em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Uma vez aceitas as regras estabelecidas neste edital, o usuário autoriza o respectivo registro perante Cartório de Registro de Títulos e Documentos, para que produza todos os efeitos legais.

15.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as disposições contidas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.3. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.4. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente edital.

15.5. Correrão por conta e risco da adjudicatária todas as despesas, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

15.6. Os licitantes responderão pela veracidade dos dados e declarações por elas fornecidas, sob as penas da lei.

15.7. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão.

15.8. A apresentação da proposta implicará a aceitação das regras do presente edital por parte do licitante.

15.9. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente este edital e seus anexos, além de todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

15.10. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, além da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

15.11. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

15.12. Para as questões que se suscitarem entre os eventuais interessados e a Administração Municipal de Planalto-PR, na interpretação das cláusulas do presente edital e que não forem resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Capanema-PR, para a solução judicial, desistindo os interessados de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.13. O resultado desta licitação será lavrado em ata eletrônica, a qual ficará disponível no Portal da Transparência/Licitações **www.planalto.pr.gov.br/licitacoes**.

15.14. As omissões do presente edital serão preenchidas pelos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Planalto - PR, 09 de setembro de 2026.

Angela Regina Garcia Caneppa
Secretária Municipal de Saúde

Dione Junior Helfer
Secretário Municipal de Cultura

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Esportes

Leonir Bianchi
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Lizandra Cristina Boni
Secretária Municipal de Assistência Social

Marli Salete Dieckel de Lima
Secretária Municipal de Educação

Marlise Diefembach
Secretária Municipal de Industria, Comercio e Turismo

006047

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Marcelo Felipe Schmitt
Secretário Municipal de Administração

Michel Junior Diesel
Secretário Municipal de Serviços Rodoviários

Mônica Andreia Back.
Monica Andreia Back
Secretária Municipal de Agricultura

Juliane R. Baldissera Dresch
Simone Raquel Baldissera Dresch
Secretária Municipal da Mulher e Familia

Luiz C. Boni
Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Planalto-Pr., 10 de setembro de 2026.

DE: Luiz Carlos Boni – Prefeito Municipal

Preliminarmente para a autorização objetivando a venda por licitação, na modalidade LEILÃO ELETRÔNICO, alienação de bens móveis inservíveis do município de Planalto-PR, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a Portaria nº 304 de 2025, conforme Termo de Referência e Edital, encaminhamos:

PARA: Secretaria de Finanças;
- à fins de indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer frente à receita;

PARA: Departamento de Licitações e Compras;
- à fins de elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação;

PARA: Departamento Jurídico;
- à fins de análise e indicação da modalidade a ser adotada.

PARA: Secretaria de Administração;
- à fins de expedição das Portarias 304/2025, 320/2025 e Contrato nº 296/2025 da Concorrência Eletrônica nº 004/2025.

Cordialmente,

Luiz C. Boni

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal.

006049

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Planalto-Pr., 10 de setembro de 2026.

DE: Secretaria de Finanças / Contabilidade

PARA: Prefeito Municipal

Senhor Prefeito,

Em atenção à solicitação visando a Prestação dos serviços técnicos de fornecimento de recursos de tecnologia da informação, visando à promoção e divulgação de leilão público por meio de plataforma de transação via web, expedido por Vossa Excelência na data de 09/09/2026, informamos a existência de Dotação Orçamentária para recebimento das receitas provenientes do resultado final do leilão, sendo através da seguinte dotação:

221301010000000000 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL

Cordialmente,

JONES ROBERTO KINNER
CONTADOR - C.I. RG Nº 3.654.820-7 – PR

ENSON ELEMAR SCHABO
Secretário de Finanças

006050

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

MINUTA EDITAL DE LEILÃO Nº. ..../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ..../2026
LEILÃO ELETRÔNICO Nº ..../2026

1. PREÂMBULO:

1.1. O Município de Planalto, através da Comissão Permanente de Licitação, em conformidade com Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna pública a realização de **LEILÃO ELETRÔNICO**, em tempo real, para **alienação de bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Planalto-PR**, do tipo maior lance de cada lote, por meio das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net), sendo a presente licitação do tipo **"MAIOR LANCE"**, de cada **LOTE** objetivando a venda de bens inservíveis para a Administração.

1.2. O presente edital encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações, conforme endereço no preâmbulo, e será retirado no site do Município de Planalto, ou ainda solicitado pelo e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br, assim como se encontra disponíveis na página inicial do site do Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

1.3. Município de Planalto, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sito na Praça São Francisco de Assis n° 1583, centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 76.460.526/0001-16, neste ato representado pelo (a) Sr. Luiz Carlos Boni, Excelentíssimo Prefeito Municipal, torna público, através do Leiloeiro (a), servidor municipal Sr. Amauri Machado De Mello, nomeado pela Portaria 304/2025, realizará a alienação de bens móveis inservíveis, ao final deste edital discriminados, através de leilão público oficial on-line, devidamente assessorado pela empresa Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda, contratada para prestar serviços de tecnologia para vendas de ativos considerados inservíveis, conforme Contrato nº 296/2025 da Concorrência Eletrônica nº 004/2025.

1.4. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial do município, no Portal Transparência do Município de Planalto-PR, em jornal de grande circulação diária, no Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e da Superbid Exchange (www.superbid.net).

1.5. O leilão será cometido por servidor designado pela autoridade competente da Administração, em conformidade com o que dispõe o art. 31, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. OBJETO:

2.1. O presente edital tem por objeto a alienação de bens móveis inservíveis do município de Planalto-PR, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a Portaria nº 304 de 2025, conforme Termo de Referência e Edital, na modalidade **LEILÃO ELETRÔNICO**.

30

006051

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1. O Período de recebimento dos lances será das 10 horas do dia **.... de ..... de 2026** até às 10 horas do dia **.... de ..... de 2026**, por meio das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net). Art. 55 - Lei Federal n. 14.133/2021.

3.2. A Sessão de Disputa de Preços (lances) será a partir das 10 horas do dia **.... de ..... de 2026**, através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

3.3. Os interessados em participar do leilão, deverão realizar o credenciamento através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

3.4. Poderão participar do leilão pessoas físicas devidamente cadastradas em situação regular no cadastro de pessoa física – CPF, devendo apresentar documento de identificação pessoal com foto e comprovante de endereço.

3.5. Poderão participar do leilão pessoas jurídicas devidamente constituídas e inscritas no CNPJ, devendo ser representada por sócio administrador, o qual deverá apresentar cópia autenticada do contrato social e alterações se houver, ou por meio de procurador, desde que apresente instrumento de procuração com finalidade específica de participação no leilão, com firma reconhecida e apresente, igualmente, cópia autenticada do contrato social e alterações se houver.

3.6. A participação no Leilão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação do login e senha privativa do interessado, cabendo a ele a responsabilidade por qualquer transação efetuada, inclusive as realizadas por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.7. Após a efetivação do lance, não é permitida a alteração de dados cadastrais para o respectivo leilão objeto do presente edital.

3.8. Será admitida a oferta de lances por meio do sítio eletrônico plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

3.9. Para tanto os interessados deverão se cadastrar previamente, observando as regras estabelecidas e aceitando as condições de venda previstas para o certame.

3.10. A oferta de lances, implica de forma automática e irrevogável a aceitação de todas as condições previstas no presente edital, não podendo alegar desconhecimento.

3.11. Os lances recebidos poderão ser cobertos por lance imediatamente superior, conforme incremento e temporização mínima definido pelo leiloeiro durante o leilão, podendo ambos sofrerem alterações durante o ato, para eventual cobertura. Não havendo lance superior, o sistema/leiloeiro encerrará a contagem e será definido o arrematante.

3.12. Encerrada a regressiva, sem que haja novos lances, constará no sistema a informação de lote "arrematado", sendo considerado como vendido, com registro na plataforma sem possibilidade de reabertura.

3.13. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do

Boni

006052

interessado ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Leilão Eletrônico.

3.14. Durante a realização do leilão fica proibida a cessão, a qualquer título, dos direitos adquiridos pelo arrematante. Uma vez ofertado e aceito o lance, será irretratável e irrevogável, não se admitindo a sua desistência, sob pena de aplicação de multa e proibição de participação em outros leilões do mesmo leiloeiro.

4. DOS BENS E DA VISITAÇÃO:

4.1. Os bens apregoados estão relacionados no **ANEXO I - RELAÇÃO DOS ITENS** e serão vendidos no estado de conservação em que se encontram e sem garantia, reservando-se ao Município de Planalto-PR, o direito de liberá-los, ou não, a quem maior lance oferecer bem como retirar, desdobrar ou reunir os bens em lotes, de acordo com o seu critério ou necessidade, por intermédio do servidor municipal designado.

4.2. As fotos divulgadas nas plataformas contratadas são meramente ilustrativas, não servindo de parâmetro para demonstrar o estado dos bens ou influenciar a decisão de oferta de lances para arrematação de bens.

4.3. Ao participar do certame, o interessado declara ter pleno conhecimento do presente edital, sendo de sua responsabilidade a vistoria prévia dos lotes, isentando o Planalto-PR e a Eckert Tecnologia E Assessoria Ltda. e a Superbid Exchange por eventuais vícios existentes no bem adquirido.

4.4. Quando se tratar de lotes de sucata, estrutura de madeira/pré-moldado e ferro velho, os bens constantes em cada lote serão apregoados em quantidades aproximadas, sendo possível margem de até 20% (vinte por cento) para mais ou para menos na quantidade dos referidos bens, sem que seja devido qualquer pagamento adicional e/ou reembolso do valor pago.

4.5. Os bens, objeto do presente leilão, poderão ser vistoriados e examinados entre os dias **.../.../2026 à .../.../2026**, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08h00 às 11h00 e das 14h00 às 16h00.

4.6. Tendo em vista que os itens objetos do presente leilão encontram-se depositados em locais distintos, os interessados na vistoria e exame dos referidos itens, devem entrar em contato com o responsável Sr. Jean Rafael Paulus Novello, para agendamento e posterior acompanhamento do servidor municipal do Município de Planalto-PR, responsável para a vistoria, pelo telefone (46) 99922-4099, ou através do e-mail jeannovello3@gmail.com, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

4.7. É de responsabilidade dos interessados o deslocamento até o local onde estão depositados os bens para vistoria.

4.8. Para maiores informações, entrar em contato com o Setor de Licitação através do Telefone (46) 3555-8100 ou através do e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br.

5. DA RETIRADA DOS BENS:

5.1. Para efetuar a retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá agendar

Doni 006053

data e horário junto ao Município de Planalto-PR, cujo contato será oportunamente informado.

5.2. No ato da retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá conferir o(s) referido(s) lote(s) (natureza, quantidade, estado ou condições em que o(s) mesmo(s) estiver (em)). Sendo constatada qualquer divergência e/ou irregularidade, o fato deverá ser imediatamente informado, por escrito, ao Município de Planalto-PR, ficando a retirada suspensa até que estejam solucionadas as eventuais dúvidas existentes.

5.3. Não poderá o arrematante alegar qualquer irregularidade e/ou divergência após a remoção do(s) bem(ns).

5.4. O arrematante deverá descaracterizar toda e qualquer identificação do Município de Planalto-PR, constante do bem arrematado.

5.5. Na retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá respeitar e cumprir todas as normas internas de segurança estabelecidas pelo Município de Planalto-PR no que se refere à utilização de veículo apropriado, pessoal devidamente identificado e portando todos os equipamentos obrigatórios de segurança estabelecidos pela legislação em vigor, não cabendo ao Município de Planalto-PR, qualquer responsabilidade por acidentes que venham a ocorrer durante e em função das operações de carregamento e retirada.

5.6. Se o(s) bem(ns) arrematado(s) não for(em) retirado(s) no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de liberação de retirada, será cobrada pela guarda do(s) mesmo(s) uma taxa de 1% (um por cento)/dia, calculada sobre o valor da arrematação. Findo o prazo de trinta dias úteis contados da data agendada para a retirada dos bens, os valores pagos pela arrematação serão revertidos para o município de Planalto-PR não cabendo ao arrematante qualquer indenização ou devolução da quantia paga em leilão inclusive encargos administrativos.

5.7. O arrematante assumirá o risco no carregamento e transporte dos bens arrematados, bem como as despesas decorrentes de sua retirada, assim como a verificação da necessidade de óleo lubrificante e de combustível dos veículos e máquinas arrematados.

5.8. Uma vez retirado o bem do pátio/depósito não serão aceitas devoluções, reembolsos, trocas e/ou compensações de qualquer natureza, muito menos qualquer tipo de reclamação com relação a qualidade do bem arrematado.

5.9. Ao arrematante caberá, as suas próprias expensas, inclusive em caso de judicialização, o direito de petição perante o órgão ou instancia administrativa ou judicial notificada, em virtude da informação da arrematação.

5.10. Para efetuar a retirada do(s) veículo(s) arrematado(s) e demais objetos, o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR com o responsável Sr. Jean Rafael Paulus Novello, para agendamento e posterior acompanhamento do servidor municipal do Município de Planalto-PR, responsável para a retirada dos bens, pelo telefone (46)99922-4099, ou através do e-mail jeannovello3@gmail.com.

6. DOS LANCES:

6.1. Os lances poderão ser ofertados através dos portais eletrônicos

Boni 000054

www.eckertleilões.com.br e www.superbid.net.

6.2. Os lances ofertados são irrevogáveis e irretratáveis.

6.3. O usuário é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, pelo que os lances não podem ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese.

6.4. O usuário poderá ofertar mais de um lance para um mesmo bem, prevalecendo sempre o maior lance ofertado.

6.5. Caso algum lance seja recebido nos 03 (três) últimos minutos do fechamento do lote, o cronômetro retroagirá a 03 (três) minutos do encerramento do lote e assim sucessivamente a cada lance efetuado nos últimos 03 (três) minutos, para que todos os usuários interessados tenham a oportunidade de efetuar novos lances.

6.6. O servidor municipal encarregado do Leilão poderá, conforme Portaria nº 304 de 2025, no interesse do Município de Planalto-PR, conciliar (sincronizar) o horário previsto para o encerramento de lotes com características iguais ou semelhantes, com observância da regra prevista no item anterior.

6.7. O preço mínimo de venda do bem ou preço de reserva é o valor mínimo estipulado pelo Município de Planalto-PR para a venda do bem.

6.7.1. O valor atribuído para o lance inicial exibido na plataforma contratada ("valor inicial do leilão" ou "valor de abertura") é o preço mínimo de venda do bem ("valor reservado" ou "preço de reserva").

6.8. O usuário poderá programar lances automáticos, de forma que, se outro usuário cobrir seu lance, o sistema automaticamente gerará um novo lance para aquele usuário, acrescido de um incremento fixo e pré-determinado, até um limite máximo definido pelo usuário, com o objetivo de que o mesmo tenha certeza de que até o valor estipulado o seu lance será o vencedor.

6.8.1. Os lances automáticos ficarão registrados no sistema com a data em que forem programados.

6.9. A Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda e a Superbid Exchange, a seu exclusivo critério, poderá cancelar qualquer lance, sempre que não for possível autenticar a identidade do interessado, ou caso este venha a descumprir as regras estabelecidas neste Edital.

6.10. A Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda e a Superbid Exchange não serão responsáveis por qualquer prejuízo eventualmente acarretado aos interessados por dificuldades técnicas ou falhas no sistema da Internet.

6.11. A Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda e a Superbid Exchange não garantem o acesso contínuo de seus serviços, uma vez que a operação poderá sofrer interferências acarretadas por diversos fatores fora do seu controle.

6.12. A Eckert Tecnologia E Assessoria Ltda e a Superbid Exchange poderão, a qualquer momento e a seu livre arbítrio, acrescentar, extinguir ou alterar alguns ou todos os serviços disponíveis nelas.

7. DO ENCERRAMENTO DA LEILÃO:

7.1. O leilão não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a

Boni

006055

fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.

7.2. Exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

7.3. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

7.4. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

7.5. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

7.6. O Município de Planalto-PR, através de seu representante, se reserva no direito de revogar, adiar ou anular o presente leilão, total ou parcialmente, desde que haja a devolução dos recursos comprovadamente empregados na arrematação do lote.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE:

8.1. Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e impostos incidentes sobre os bens arrematados, sendo que as plataformas contratadas não tem qualquer responsabilidade pela entrega do(s) bem(s) arrematado(s) ao(s) arrematante(s).

8.2. Após 10 (dez) dias úteis a contar da data da efetivação do pagamento (crédito/compensação de remessa em conta corrente) do valor do lance ofertado, o(s) bem(ns), será(ão) disponibilizado(s) pelo Município de Planalto-PR, para ser (em) retirado(s) pelo(s) arrematante(s)/ procurador(es), mediante a entrega de Procuração com firma reconhecida, se for o caso.

8.3. Para efetuar a retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR, cujo contato será oportunamente informado.

8.4. No ato da retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá conferir o(s) referido(s) lote(s) (natureza, quantidade, estado ou condições em que o(s) mesmo(s) estiver (em). Sendo constatada qualquer divergência e/ou irregularidade, o fato deverá ser imediatamente informado, por escrito, ao Município de Planalto-PR, ficando a retirada suspensa até que estejam solucionadas as eventuais dúvidas existentes.

8.5. Não poderá o arrematante alegar qualquer irregularidade e/ou divergência após a remoção do(s) bem(ns).

8.6. O arrematante deverá descaracterizar toda e qualquer identificação do Município de Planalto-PR, constante do bem arrematado.

Boni

000056

8.7. Na retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá respeitar e cumprir todas as normas internas de segurança estabelecidas pelo Município de Planalto-PR no que se refere à utilização de veículo apropriado, pessoal devidamente identificado e portando todos os equipamentos obrigatórios de segurança estabelecidos pela legislação em vigor, não cabendo ao Município de Planalto-PR, qualquer responsabilidade por acidentes que venham a ocorrer durante e em função das operações de carregamento e retirada.

8.8. Se o(s) bem(ns) arrematado(s) não for(em) retirado(s) no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de liberação de retirada, será cobrada pela guarda do(s) mesmo(s) uma taxa de 1% (um por cento)/dia, calculada sobre o valor da arrematação. Findo o prazo de trinta dias úteis contados da data agendada para a retirada dos bens, os valores pagos pela arrematação serão revertidos para o município de Planalto-PR não cabendo ao arrematante qualquer indenização ou devolução da quantia paga em leilão inclusive encargos administrativos.

8.9. Após 10 (dez) dias a contar da data da efetivação do pagamento (crédito/compensação de remessa em conta corrente) do valor do lance ofertado, os veículos/objetos arrematados e a respectiva documentação de transferência (DUT) serão disponibilizados pelo Município de Planalto-PR para serem retirados pelo(s) arrematante(s)/ procurador(es) mediante o fornecimento de cópia da Cédula de Identidade, CPF e Carteira Nacional de Habilitação, no caso de Pessoa Física, e Contrato Social ou Estatuto Social acompanhado de Ata de Eleição da Diretoria, no caso de Pessoa Jurídica, bem como de Procuração com firma reconhecida, se o caso.

8.10. A disponibilização dos veículos e respectiva documentação, no prazo acima estabelecido, fica condicionada à comprovação, pelos arrematantes, da quitação da integralidade dos débitos que eventualmente recaiam sobre os veículos arrematados.

8.11. Para efetuar a retirada do(s) veículo(s) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR cujo contato será oportunamente informado.

8.12. Correrão por conta dos arrematantes todas as despesas de transferência do(s) veículo(s) para o seu nome, inclusive despesas com serviços de terceiros, despachantes, taxas, vistorias e quaisquer outras necessárias, como emissão de segunda via de documentos, mesmo que decorrentes da indisponibilidade, perda ou extravio do DUT na Prefeitura

8.13. Demais obrigações devem ser observadas junto ao **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

9.1. Fornecer à licitante todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital.

9.2. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela arrematante.

9.3. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à

00057

ARREMATANTE quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

9.4. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATANTE com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.

9.5. A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares, pessoas naturais vinculadas à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas no inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

9.6. Será de responsabilidade do município o pagamento dos débitos de eventuais multas de trânsito e débitos de IPVA relativos até a data do leilão.

10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1. Não sendo realizado o pagamento pelo arrematante, facultar-se-á ao Leiloeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

10.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 10, o Leiloeiro, observado o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado o bem ou desde que maior que o mínimo estipulado pelo Município para arrematação, poderá:

10.2.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que abaixo do preço do arrematante vencedor;

10.2.2. Aceitar as condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10.3. O arrematante deverá efetuar o pagamento dos valores devidos pela arrematação dos bens através de sua Conta Digital Superbid Pay em até 03 (três) dias úteis a contar do encerramento do leilão.

10.3.1. O arrematante deverá acessar a seção "Minhas Compras" da Superbid Exchange, clicar no botão "Continuar para Pagamento" e selecionar, na tela seguinte, a Forma de Pagamento de sua preferência (Utilizar Saldo Superbid Pay, Boleto Bancário, Transferência Bancária ou via PIX, conforme disponível).

10.3.2. O arrematante poderá utilizar saldo previamente disponível em sua Conta Digital Superbid Pay para pagar os valores devidos pela arrematação, sendo que caso o saldo na Conta Digital Superbid Pay seja insuficiente para pagamento dos valores devidos pela arrematação, o arrematante deverá complementá-lo pagando um boleto bancário no valor da diferença.

10.3.3. A Superbid Exchange disponibiliza acesso a uma conta de pagamento na modalidade pré-paga, de titularidade única e exclusiva do usuário, a qual é utilizada para realizar os pagamentos devidos ("Conta Digital Superbid Pay").

10.3.4. A Conta Digital Superbid Pay é emitida e gerenciada pela Superbid Pay, Instituição

de Pagamento Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.084.163/0001-84 ("Superbid Pay").

10.3.5. O usuário poderá aportar recursos em reais na sua Conta Digital Superbid Pay, independentemente da realização de compras na Superbid Exchange. Para tanto, deverá acessar a seção "Minha Conta" da Superbid Exchange, clicar no botão "Adicionar Dinheiro" dentro da seção "Conta Digital" e selecionar uma das formas disponíveis: (i) Boleto Bancário ou (ii) Transferência Bancária.

10.4. Não será aceito pagamento via depósito bancário em espécie ou cheque.

10.5. Não é necessário o envio dos boletos bancários para comprovação dos pagamentos efetuados.

10.6. O ICMS, quando devido, deverá ser pago diretamente pelo(s) arrematante(s), o(s) qual(is) deverá(ão) apresentar ao Município de Planalto-PR a guia comprobatória do recolhimento, para liberação do bem arrematado.

10.7. O pagamento dos valores devidos à empresa contratada "Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda" será por parte deste Município, e se darão na forma prevista conforme Contrato nº 296/2025 da Concorrência Eletrônica nº 004/2025.

10.8. Caso o arrematante não pague o preço do bem arrematado no prazo de 03 (três) dias úteis, a arrematação ficará cancelada. Fica facultado à administração Municipal conceder novo prazo para efetivação do pagamento, mediante interesse público.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do objeto contratado/arrematado;

b) dar causa à inexecução parcial objeto contratado/arrematado que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do objeto contratado;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a arrematação;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na arrematação;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 12.1, deste edital as seguintes sanções:

a) advertência;

006059

b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto licitado/arrematado.
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 13.1. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

11.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 11.2 do presente Edital.

11.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado/arrematado, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da ARREMATANTE, em razão da Lei Federal nº 13709/18.

11.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado/arrematado, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da ARREMATANTE, em virtude da em razão da Lei Federal nº 13.709/18.

11.7. O licitante vencedor estará sujeito também:

11.8. Revertendo o bem a novo leilão, não será admitida a participação do licitante vencedor, conforme disposto no art. 897 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui o Código de Processo Civil.

11.9. Além das multas já disciplinas nos itens acima, o arrematante/comprador responderá também por despesas administrativas e/ou judiciais, inclusive honorários advocatícios, estes desde já estabelecidos no percentual de 20% (vinte por cento) sobre os valores que forem objeto de exigência administrativa ou judicial, além de eventuais perdas e danos que seu inadimplemento ocasionar. Ocorrendo o inadimplemento, os dados cadastrais do arrematante poderão ser incluídos nos órgãos de proteção ao crédito.

11.10. O arrematante inadimplente não será admitido a participar de qualquer outro leilão divulgado no SUPERBID EXCHANGE, pelo que seu cadastro ficará bloqueado. Caso sejam identificados cadastros vinculados a este cadastro bloqueado, os mesmos serão igualmente bloqueados.

12. DOS RECURSOS, IMPUGNAÇÕES E DOS ESCLARECIMENTOS:

12.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
d) anulação ou revogação da licitação.

12.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto do item 6.1. do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
b) a apreciação dar-se-á em fase única.

12.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7. O recurso, as contrarrazões de recurso, impugnação e pedidos de esclarecimentos deverão ser realizados exclusivamente por meio de protocolo geral no endereço da sede da Prefeitura do Município de Planalto-PR ou através do e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br.

12.8. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento às interessadas, através de publicação no Portal da Transparência do Município de Planalto-PR.

12.9. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais.

12.10. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, a licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12.11. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este Edital poderão ser consultados no Portal da Transparência do Município de Planalto-PR, que será atualizado a cada nova etapa do certame.

12.12. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados à Comissão de Leilão em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

12.13. O horário limite para recebimento das impugnações é às 23h59min.

12.14. Acolhida a impugnação que implique na alteração do Edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame, quando será novamente publicado pelos mesmos meios inicialmente divulgados.

12.15. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste leilão até o trânsito em julgado pertinente à decisão.

30 2

006061

12.16. Em qualquer ocasião antecedente à data de entrega das propostas, o leiloeiro poderá, por iniciativa própria ou em consequência de manifestação ou solicitação de esclarecimento das licitantes, realizar modificações nos termos do edital que não influenciem na elaboração das propostas de preços.
12.17. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas através do Portal da Transparência do Município e vincularão os participantes e a administração.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1. Uma vez aceitas as regras estabelecidas neste edital, o usuário autoriza o respectivo registro perante Cartório de Registro de Títulos e Documentos, para que produza todos os efeitos legais.
13.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as disposições contidas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.
13.3. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.
13.4. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente edital.
13.5. Correrão por conta e risco da arrematante todas as despesas, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da arrematação.
13.6. Os licitantes responderão pela veracidade dos dados e declarações por elas fornecidas, sob as penas da lei.
13.7. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão.
13.8. A apresentação da proposta implicará a aceitação das regras do presente edital por parte do licitante.
13.9. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente este edital e seus anexos, além de todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.
13.10. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, além da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.
13.11. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
13.12. Para as questões que se suscitarem entre os eventuais interessados e a Administração Municipal de Planalto-PR, na interpretação das cláusulas do presente edital e que não forem resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Capanema-PR, para a solução judicial, desistindo os interessados de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
13.13. O resultado desta licitação será lavrado em ata eletrônica, a qual ficará disponível no Portal da Transparência/Licitações **www.planalto.pr.gov.br/licitacoes**.

Doc. 006062

13.14. As omissões do presente edital serão preenchidas pelos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

14. DOS ANEXOS:

14.1. Fazem parte do presente Edital:

a) Anexo I – Relação dos itens;

b) Anexo II – Termo de Referência;

c) Anexo III – Minuta da Carta de Arrematação.

Planalto – Pr, ... de ..... de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
PREFEITO MUNICIPAL

006063

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

ANEXO I - RELAÇÃO DOS ITENS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ..../2026
LEILÃO ELETRÔNICO Nº ..../2026

LOTE	VALOR MÍNIMO PARA VENDA	DESCRIÇÃO DO LOTES	DESCRIÇÃO DETALHADA
1	R$ 12.000,00	PALIO FIRE FLEX - 2015/2016	**FIAT/PALIO FIRE FLEX** **Placas:AZP-2540** Branca ALCOOL/GASOLINA Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL - Ano/Modelo:2015/2016 Chassi: 9BD17122ZF7536964 Renavam: 01048662206 Categoria: Oficial - Vigente (Em Circulação) Ar condicionado Direção hidráulica Veículo em regular estado de conservação Funcionando Podendo conter avarias
2	R$ 10.000,00	UNO MILLE WAY ECON - 2013/2013	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON** **PLACA:AXK-3198** Branca ALCOOL/GASOLINA Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL Ano/Modelo:2013/2013 Chassi: 9BD15844AD6873158 Renavam: 00569246377 Categoria: Oficial Vigente (Em Circulação) Ar condicionado Direção Hidráulica Veículo em regular estado de Conservação Funcionando Podendo conter avarias
3	R$ 9.000,00	UNO MILLE WAY ECON - 2013/2013	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON** **PLACA: AXH-7245** Branca ALCOOL/GASOLINA Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL Ano/Modelo:2013/2013 Chassi: 9BD15844AD6867047 Renavam: 00565331280 Categoria: Oficial

Boni 000064

			Vigente (Em Circulação) Ar condicionado Direção Hidráulica Veículo em regular estado de Conservação Funcionando Podendo conter avarias
4	R$ 9.000,00	UNO MILLE WAY ECON - 2013/2013	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON** **PLACA:AXO-2239** Branca ALCOOL/GASOLINA Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL Ano/Modelo:2013/2013 Chassi: 9BD15844AD6883532 Renavam: 00586768289 Categoria: Oficial Vigente (Em Circulação) Ar Condicionado Veículo em regular estado de Conservação Funcionando Podendo conter avarias
5	R$ 35.000,00	HB20S10TA PLATIN - 2021/2022	**HYUNDAI/HB20S10TA PLATIN** **PLACA:RHK7C19** Branca ALCOOL/GASOLINA Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL Ano/Modelo:2021/2022 Chassi: 9BHCP41BBNP243369 Renavam: 01276410015 Categoria: Oficial Vigente (Em Circulação) Veículo em bom estado de conservação Funcionando- transmissão automática Podendo conter avarias
6	R$ 35.000,00	SPIN 1.8L AT PREMIER - 2022/2022	**CHEVROLET/SPIN 1.8L AT PREMIER** **PLACA:RHV5H11** Branca ALCOOL/GASOLINA Espécie: PASSAGEIRO/AUTOMOVEL/7lugares Ano/modelo:2022/2022 Categoria: Oficial Vigente (Em Circulação) Veículo em regular estado de conservação Funcionando Podendo conter avarias

Doc. 000065

7	R$ 22.000,00	ONIX 1.0MT JOYE - 2017/2018	**CREVROLET/ONIX 1.0MT JOYE** **PLACA:BBT6362** Branca ALCOOL/GASOLINA Espécie: PASSAGEIRO/AUTOMOVEL Ano/modelo: 2017/2018 Categoria: Oficial Vigente (Em Circulação) Veículo em regular estado de conservação Funcionando Podendo conter avarias
8	R$ 90.000,00	VAN FORD TRANSIT TCA MIC - 2022/2022	**FORD TRANSIT TCA MIC** **PLACA:SDV8A54** Branca Diesel Potência: 170CV Espécie: PASSAGEIRO / MICROONIBUS Ano/Modelo:2022/2022 Chassi: WF0GTTBE0NU001937 Renavam: 01321292624 Categoria: Oficial Vigente (Em Circulação) Lotação: 16P Veículo em bom estado de conservação Funcionando Podendo conter avarias
9	R$ 60.000,00	VW CONSTELLATION 15.180 CNM - 2010/2011	**VW/CONSTELLATION 15.180 CNM** **PLACA: MGV-4828** Branca Diesel 4X2 Espécie: CARGA/ 3 LUGARES/CARROC ABERTA Ano/Modelo: 2010/2011 Chassi: 953468235BR107626 Renavam: 249976749 Categoria: Particular Vigente (Em Circulação) Veículo em regular estado de conservação Funcionando Podendo conter avarias externas e mecânicas
10	R$ 110.000,00	M.BENZ ATRON 2729 K 6X4 - 2014/2014	**M.BENZ/ATRON 2729 K 6X4** **PLACA: AYG-6964** Branca Diesel Capacidade: 23T/286CV

Doc. 006066

			Espécie: CARGA/CAMINHAO/BASCULANTE Ano/Modelo: 2014/2014 Chassi: 9BM693388EB954917 Renavam: 01004619445 Categoria: Oficial Vigente (Em Circulação) Veículo em regular estado de conservação Ar Condicionado Funcionando Podendo conter avarias externas e mecânicas
11	R$ 100,00	TRATOR CORTADOR DE GRAMA - 2008	**TRATOR CORTADOR DE GRAMA** Marca: TRAPP Modelo: MURRAY SELECT 42L15G60X8A Ano: 2008 Em mau estado de conservação Podendo conter avarias
12	R$ 5.000,00	POLIQUINDASTE SIMPLES (ENTULHO)	**POLIQUINDASTE SIMPLES (ENTULHO)** Equipamento usado Em funcionamento Podendo conter avarias Marca: LIBRELATO
13	R$ 1.200,00	SUCATAS FERROS DIVERSOS	**LOTE SUCATAS** **TIPO: DIVERSOS** Sucatas ferros diversos do tipo: parquinhos infantis, portões, distribuidor de resíduos, capa pé de carneiro de rolo compactador
14	R$ 1.000,00	MAQUINAS DE COSTURA	**LOTE MAQUINAS DE COSTURA** 11 Unidades Marcas diversas: Lanmax, Singer, Sunstar, Sansei, Yamata, Luki, Silverstar, Siruba Em regular estado de conservação Podendo conter avarias
15	R$ 1.000,00	EQUIPAMENTOS PANIFICAÇÃO	**EQUIPAMENTOS PANIFICAÇÃO** Batedeira planetária MB BRAESI BP12 Batedeira planetária Venancio VBP05 Batedeira planetária MANÁ
16	R$ 1.000,00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES	**EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES** Lote com itens variados Podendo apresentar falta de partes, peças e componentes Podendo apresentar avarias

DOM 006067

17	R$ 5.000,00	ESTRUTURA DE MADEIRA DO TIPO (GALPÃO)	**ESTRUTURA DE MADEIRA DO TIPO (GALPÃO)** Vendida no estado que se encontra Sendo 1 galpão em pé de aproximadamente 11x11 1 galpão já desmontado sendo um total aproximado de 25m³ de madeira madeiras diversas Cabe ao arrematante a desmontagem e retirada do lote
18	R$ 10.000,00	ESTRUTURA PRÉ MOLDADO	**ESTRUTURA PRÉ MOLDADO** Barracão de Estrutura pré moldado Medindo aproximadamente 40x20 Com pilares e Vigas de concreto armado Terças Metálicas Sendo um total de: 18 PILARES e 18 VIGAS Telhado de fibrocimento danificado Vendido no estado de construção em pé Podendo conter avarias Cabe ao arrematante a desmontagem e retirado do lote

Doc: 000058

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ..../2026
LEILÃO ELETRÔNICO Nº ..../2026

1. ORGÃO INTERESSADO:

1.1. Secretaria Municipal de Administração, Secretária Municipal de Indústria Comércio e Turismo, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Serviços Rodoviários, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria da Mulher e da Família.

2. OBJETO:

2.1. Alienação de bens móveis inservíveis do município de Planalto-PR, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a Portaria nº 304 de 2025, conforme Termo de Referência e Edital;

3. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA:

3.1. Marcelo Felipe Schmitt, Marlise Diefembach, Marli Salete Dieckel de Lima, Leonir Bianchi, Michel Junior Diesel, Angela Regina Garcia Caneppa, Lizandra Cristina Boni, Dione Junior Helfer, Gilmar da Silva, Monica Andreia Back e Simone Raquel Baldissera Dresch.

4. DA MODALIDADE:

4.1. O presente leilão deverá realizar-se nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, e demais legislações correlatas.

4.2. A Licitação será na modalidade LEILÃO e forma ELETRÔNICA, através da plataforma de transação via web, oriunda do Contrato nº 296/2025 da Concorrência Eletrônica nº 004/2025.

4.3. Conforme Portaria 304/2025, designa como Leiloeiro Oficial do Município de Planalto-PR, o Sr. AMAURI MACHADO DE MELLO.

4.4. A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente no âmbito das contratações públicas.

4.5. Todavia, no caso específico dos procedimentos de leilão previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, não se mostra possível a aplicação das disposições da referida Lei Complementar.

4.6. Contudo, em seu artigo 49, inciso III, a referida Lei Complementar dispõe expressamente que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não se aplica quando não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

4.7. Isso porque o leilão tem natureza distinta das licitações comuns, destinando-se à

Boni

006069

alienação de bens móveis, imóveis ou produtos legalmente apreendidos ou penhorados, observando o critério de maior lance ou oferta, conforme art. 6º, inciso XL, e art. 28, inciso V, da Lei 14.133/2021.

4.8. Portanto, a adoção do tratamento diferenciado previsto na LC nº 123/2006 – como preferência de contratação, empate ficto ou reserva de cota – não se aplica aos leilões, uma vez que não há disputa por menor preço ou condições contratuais, mas sim pela maior proposta apresentada, o que inviabiliza tecnicamente a aplicação das prerrogativas concedidas a microempresas e empresas de pequeno porte.

4.9. Dessa forma, fundamenta-se a presente justificativa pela inaplicabilidade da Lei Complementar nº 123/2006 aos leilões, em estrita observância ao princípio da legalidade administrativa e à natureza própria deste procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

4.10. A realização de novo Leilão Eletrônico de Bens Móveis Inservíveis tem por objetivo dar continuidade à alienação de bens públicos considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis, conforme previsto no art. 76, inciso II, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a venda de bens móveis por meio de leilão.

5. DA JUSTIFICATIVA:

5.1. A administração pública adquire bens móveis permanentes, que são utilizados no desenvolvimento de suas atividades, bem como na prestação de serviços públicos à população. Com o decurso do tempo, referidos bens deixam de ser úteis ao órgão possuidor, tornando-se inservíveis, denominação genérica atribuída aos bens caracterizados como ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis. Por não mais servirem a finalidade para qual foram adquiridos, não há motivo para que tais bens permaneçam integrados ao patrimônio público, razão pela qual ocorre o desfazimento destes bens, que tem por objetivo principal angariar recursos para a aquisição de novos bens permanentes; bem como se justifica pela redução de custos administrativos para manutenção dos mesmos no acervo patrimonial.

5.2. Cabe ainda elucidar que, bens inservíveis para a administração, são aqueles de que a Administração Pública não mais necessita, ou seja, não tem mais utilidade para o Município, mas que tem ou poderão ter utilidade para particulares, razão por que serão alienados, o que significa que bens inservíveis, no contexto da Lei nº 14.133/21, não são bens imprestáveis, mas sim desnecessários para um ente determinado, qual seja, a Administração Pública.

5.3. Assim, os bens arrolados a baixo, foram considerados/declarados inservíveis ou em desuso pelas respectivas Secretarias Municipais, logo, é plenamente cabível a realização de leilão público para a sua alienação.

5.4. O Município não possui espaços adequados para recebimento e armazenamento de bens permanentes, sendo que, alguns encontram-se no Pátio da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, ocupando espaços e se tornando criadouros de insetos vindo a prejudicar os moradores próximos.

006070

6. DA ESPECIFICAÇÃO DOS BENS:

LOTE	DESCRIÇÃO DO BEM	LANCE INICIAL
1	**FIAT/PALIO FIRE FLEX - Placas:AZP-2540** - Branca - ALCOOL/GASOLINA - Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL - Ano/Modelo:2015/2016 - Chassi: 9BD17122ZF7536964 - Renavam: 01048662206 - Categoria: Oficial - Vigente (Em Circulação) - Ar condicionado - Direção hidráulica - Veículo em regular estado de conservação - Funcionando - Podendo conter avarias	R$ 12.000,00
2	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXK-3198** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2013/2013 – Chassi: 9BD15844AD6873158 – Renavam: 00569246377 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Ar condicionado – Direção Hidráulica – Veiculo em regular estado de Conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 10.000,00
3	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXH-7245** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2013/2013 - Chassi: 9BD15844AD6867047 – Renavam: 00565331280 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Ar Condicionado – Veiculo em regular estado de Conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 9.000,00
4	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXO-2239** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2013/2013 – Chassi: 9BD15844AD6883532 – Renavam: 00586768289 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Ar Condicionado – Veiculo em regular estado de Conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 9.000,00
5	**HYUNDAI/HB20S10TA PLATIN – PLACA:RHK7C19** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2021/2022 – Chassi: 9BHCP41BBNP243369 – Renavam: 01276410015 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Veiculo em bom estado de conservação – Funcionando- transmissão automática – Podendo conter avarias	R$ 35.000,00
6	**CHEVROLET/SPIN 1.8L AT PREMIER – PLACA:RHV5H11** – Branca- ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO/AUTOMOVEL/7lugares – Ano/modelo:2022/2022 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) - Veiculo em regular estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 35.000,00

Boni

000071

7	**CREVROLET/ONIX 1.0MT JOYE – PLACA:BBT6362** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO/AUTOMOVEL – Ano/modelo: 2017/2018 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) - Veiculo em regular estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 22.000,00
8	**/FORD TRANSIT TCA MIC – PLACA:SDV8A54** – Branca – Diesel – Potencia: 170CV - Espécie: PASSAGEIRO / MICROONIBUS – Ano/Modelo:2022/2022 – Chassi: WF0GTTBE0NU001937 – Renavam: 01321292624 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Lotação: 16P – Veiculo em bom estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 90.000,00
9	**VW/CONSTELLATION 15.180 CNM – PLACA: MGV-4828** – Branca – Diesel – 4X2 – Espécie: CARGA/ 3 LUGARES/CARROC ABERTA – Ano/Modelo: 2010/2011 – Chassi: 953468235BR107626 - Renavam: 249976749 – Categoria: Particular – Vigente (Em Circulação) – Veiculo em regular estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias externas e mecânicas	R$ 60.000,00
10	**M.BENZ/ATRON 2729 K 6X4 – PLACA: AYG-6964** – Branca – Diesel – Capacidade: 23T/286CV – Espécie: CARGA/CAMINHAO/BASCULANTE – Ano/Modelo: 2014/2014 – Chassi: 9BM693388EB954917 – Renavam: 01004619445 – Categoria: Oficial- Vigente (Em Circulação) – Veiculo em regular estado de conservação – Ar Condicionado - Funcionando – Podendo conter avarias externas e mecânicas	R$ 110.000,00
11	**TRATOR CORTADOR DE GRAMA** – Marca: TRAPP – Modelo: MURRAY SELECT – 42L15G60X8A – Ano: 2008 – Em mau estado de conservação – Podendo conter avarias	R$ 100,00
12	**POLIQUINDASTE SIMPLES (ENTULHO)** – Equipamento usado – Em funcionamento – Podendo conter avarias – Marca: LIBRELATO	R$ 5.000,00
13	**LOTE SUCATAS – TIPO: DIVERSOS** – Sucatas ferros diversos do tipo: parquinhos infantis, portões, distribuidor de resíduos, capa pé de carneiro de rolo compactador	R$ 1.200,00
14	**LOTE MAQUINAS DE COSTURA** – 11 Unidades – Marcas diversas – Lanmax, Singer, Sunstar, Sansei, Yamata, Luki, Silverstar, Siruba – Em regular estado de conservação – Podendo conter avarias	R$ 1.000,00
15	**EQUIPAMENTOS PANIFICAÇÃO** – Batedeira planetária MB BRAESI BP12 – Batedeira planetária Venancio VBP05 – Batedeira planetária MANÁ	R$ 1.000,00

3021 000072

16	**EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES** – Lote com itens variados – Podendo apresentar falta de partes, peças e componentes – Podendo apresentar avarias	R$ 1.000,00
17	**ESTRUTURA DE MADEIRA DO TIPO (GALPÃO)** – Vendida no estado que se encontra – Sendo 1 galpão em pé de aproximadamente 11x11 e 1 galpão já desmontado – Sendo um total aproximado de 25m³ de madeira -madeiras diversas – cabe ao arrematante a desmontagem e retirada do lote	R$ 5.000,00
18	**ESTRUTURA PRÉ MOLDADO** – Barracão de Estrutura pré moldado – Medindo aproximadamente 40x20 – Com pilares e Vigas de concreto armado – Terças Metálicas – Sendo um total de: 18 PILARES – 18 VIGAS – Telhado de fibrocimento danificado – Vendido no estado de construção em pé – Podendo conter avarias – Cabe ao arrematante a desmontagem e retirado do lote	R$ 10.000,00
	TOTAL:	**R$ 416.300,00**

7. DOS BENS E DA VISITAÇÃO:

7.1. Os bens apregoados estão relacionados no **ANEXO I - RELAÇÃO DOS ITENS** e serão vendidos no estado de conservação em que se encontram e sem garantia, reservando-se ao Município de Planalto-PR, o direito de liberá-los, ou não, a quem maior lance oferecer bem como retirar, desdobrar ou reunir os bens em lotes, de acordo com o seu critério ou necessidade, por intermédio do servidor municipal designado.

7.2. As fotos divulgadas nas plataformas contratadas são meramente ilustrativas, não servindo de parâmetro para demonstrar o estado dos bens ou influenciar a decisão de oferta de lances para arrematação de bens.

7.3. Ao participar do certame, o interessado declara ter pleno conhecimento do presente edital, sendo de sua responsabilidade a vistoria prévia dos lotes, isentando o Planalto-PR e a Eckert Tecnologia E Assessoria Ltda. e a Superbid Exchange por eventuais vícios existentes no bem adquirido.

7.4. Quando se tratar de lotes de sucata, estrutura de madeira/pré-moldado e ferro velho, os bens constantes em cada lote serão apregoados em quantidades aproximadas, sendo possível margem de até 20% (vinte por cento) para mais ou para menos na quantidade dos referidos bens, sem que seja devido qualquer pagamento adicional e/ou reembolso do valor pago.

7.5. Os bens, objeto do presente leilão, poderão ser vistoriados e examinados entre os dias **.../.../2026 à .../.../2026,** de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08h00 às 11h00 e das 14h00 às 16h00.

7.6. Tendo em vista que os itens objetos do presente leilão encontram-se depositados em locais distintos, os interessados na vistoria e exame dos referidos itens, devem entrar em contato com o responsável Sr. Jean Rafael Paulus Novello, para agendamento e posterior acompanhamento do servidor municipal do Município de Planalto-PR, responsável para a

Bom 006073

vistoria, pelo telefone (46)99922-4099, ou através do e-mail jeannovello3@gmail.com, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

7.7. É de responsabilidade dos interessados o deslocamento até o local onde estão depositados os bens para vistoria.

7.8. Para maiores informações, entrar em contato com o Setor de Licitação através do Telefone (46) 3555-8100 ou através do e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br.

8. DO VALOR:

8.1. Os bens serão vendidos em lotes, tendo como valor de avaliação, conforme TERMO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, realizado pela Comissão de Avaliação de Bens Móveis nomeada pela Portaria nº 486/2026, instituída pelo Município de Planalto-Pr.

8.2. Valor mínimo estimado, valor de lance inicial será conforme definido no Termo de Avaliação.

8.3. De acordo com a Avaliação dos bens, chegou-se ao valor de lance inicial dos bens móveis inservíveis, totalizando **R$ 416.300,00 (quatrocentos e dezesseis mil e trezentos reais).**

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE:

9.1. Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e impostos incidentes sobre os bens arrematados, sendo que as plataformas contratadas não tem qualquer responsabilidade pela entrega do(s) bem(s) arrematado(s) ao(s) arrematante(s).

9.2. Após 10 (dez) dias úteis a contar da data da efetivação do pagamento (crédito/compensação de remessa em conta corrente) do valor do lance ofertado, o(s) bem(ns), será(ão) disponibilizado(s) pelo Município de Planalto-PR, para ser (em) retirado(s) pelo(s) arrematante(s)/ procurador(es), mediante a entrega de Procuração com firma reconhecida, se for o caso.

9.3. Para efetuar a retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR, cujo contato será oportunamente informado.

9.4. No ato da retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá conferir o(s) referido(s) lote(s) (natureza, quantidade, estado ou condições em que o(s) mesmo(s) estiver (em). Sendo constatada qualquer divergência e/ou irregularidade, o fato deverá ser imediatamente informado, por escrito, ao Município de Planalto-PR, ficando a retirada suspensa até que estejam solucionadas as eventuais dúvidas existentes.

9.5. Não poderá o arrematante alegar qualquer irregularidade e/ou divergência após a remoção do(s) bem(ns).

9.6. O arrematante deverá descaracterizar toda e qualquer identificação do Município de Planalto-PR, constante do bem arrematado.

9.7. Na retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá respeitar e cumprir todas as normas internas de segurança estabelecidas pelo Município de Planalto-PR no

Boni

006074

que se refere à utilização de veículo apropriado, pessoal devidamente identificado e portando todos os equipamentos obrigatórios de segurança estabelecidos pela legislação em vigor, não cabendo ao Município de Planalto-PR, qualquer responsabilidade por acidentes que venham a ocorrer durante e em função das operações de carregamento e retirada.

9.8. Se o(s) bem(ns) arrematado(s) não for(em) retirado(s) no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de liberação de retirada, será cobrada pela guarda do(s) mesmo(s) uma taxa de 1% (um por cento)/dia, calculada sobre o valor da arrematação. Findo o prazo de trinta dias úteis contados da data agendada para a retirada dos bens, os valores pagos pela arrematação serão revertidos para o município de Planalto-PR não cabendo ao arrematante qualquer indenização ou devolução da quantia paga em leilão inclusive encargos administrativos.

9.9. Após 10 (dez) dias a contar da data da efetivação do pagamento (crédito/compensação de remessa em conta corrente) do valor do lance ofertado, os veículos arrematados e a respectiva documentação de transferência (DUT) serão disponibilizados pelo Município de Planalto-PR para serem retirados pelo(s) arrematante(s)/ procurador(es) mediante o fornecimento de cópia da Cédula de Identidade, CPF e Carteira Nacional de Habilitação, no caso de Pessoa Física, e Contrato Social ou Estatuto Social acompanhado de Ata de Eleição da Diretoria, no caso de Pessoa Jurídica, bem como de Procuração com firma reconhecida, se o caso.

9.10. A disponibilização dos veículos e respectiva documentação, no prazo acima estabelecido, fica condicionada à comprovação, pelos arrematantes, da quitação da integralidade dos débitos que eventualmente recaiam sobre os veículos arrematados.

9.11. Para efetuar a retirada do(s) veículo(s) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR cujo contato será oportunamente informado.

9.12. Correrão por conta dos arrematantes todas as despesas de transferência do(s) veículo(s) para o seu nome, inclusive despesas com serviços de terceiros, despachantes, taxas, vistorias e quaisquer outras necessárias, como emissão de segunda via de documentos, mesmo que decorrentes da indisponibilidade, perda ou extravio do DUT na Prefeitura.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

10.1. Fornecer à licitante todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital.

10.2. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela arrematante.

10.3. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à ARREMATANTE quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

10.4. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATANTE

Doc: 000075

com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.

10.5. A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares, pessoas naturais vinculadas à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas no inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

10.6. Será de responsabilidade do município o pagamento dos débitos de eventuais multas de trânsito e débitos de IPVA relativos do período ainda que anterior a data do leilão. Débitos em aberto: Sujeito a alterações de acordo com os cadastros dos órgãos públicos até a data da transferência do veículo.

11. DA RETIRADA DOS BENS:

11.1. Para efetuar a retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR, cujo contato será oportunamente informado.

11.2. No ato da retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá conferir o(s) referido(s) lote(s) (natureza, quantidade, estado ou condições em que o(s) mesmo(s) estiver (em)). Sendo constatada qualquer divergência e/ou irregularidade, o fato deverá ser imediatamente informado, por escrito, ao Município de Planalto-PR, ficando a retirada suspensa até que estejam solucionadas as eventuais dúvidas existentes.

11.3. Não poderá o arrematante alegar qualquer irregularidade e/ou divergência após a remoção do(s) bem(ns).

11.4. O arrematante deverá descaracterizar toda e qualquer identificação do Município de Planalto-PR, constante do bem arrematado.

11.5. Na retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá respeitar e cumprir todas as normas internas de segurança estabelecidas pelo Município de Planalto-PR no que se refere à utilização de veículo apropriado, pessoal devidamente identificado e portando todos os equipamentos obrigatórios de segurança estabelecidos pela legislação em vigor, não cabendo ao Município de Planalto-PR, qualquer responsabilidade por acidentes que venham a ocorrer durante e em função das operações de carregamento e retirada.

11.6. Se o(s) bem(ns) arrematado(s) não for(em) retirado(s) no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de liberação de retirada, será cobrada pela guarda do(s) mesmo(s) uma taxa de 1% (um por cento)/dia, calculada sobre o valor da arrematação. Findo o prazo de trinta dias úteis contados da data agendada para a retirada dos bens, os valores pagos pela arrematação serão revertidos para o município de Planalto-PR não cabendo ao arrematante qualquer indenização ou devolução da quantia paga em leilão inclusive encargos administrativos.

11.7. O arrematante assumirá o risco no carregamento e transporte dos bens arrematados, bem como as despesas decorrentes de sua retirada, assim como a verificação da necessidade de óleo lubrificante e de combustível dos veículos e máquinas arrematados.

Bodi 006076

11.8. Uma vez retirado o bem do pátio/depósito não serão aceitas devoluções, reembolsos, trocas e/ou compensações de qualquer natureza, muito menos qualquer tipo de reclamação com relação a qualidade do bem arrematado.

11.9. Ao arrematante caberá, as suas próprias expensas, inclusive em caso de judicialização, o direito de petição perante o órgão ou instancia administrativa ou judicial notificada, em virtude da informação da arrematação.

11.10. Para efetuar a retirada do(s) veículo(s) arrematado(s) e demais objetos, o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR com o responsável Sr. Jean Rafael Paulus Novello, para agendamento e posterior acompanhamento do servidor municipal do Município de Planalto-PR, responsável para a retirada dos bens, pelo telefone (46)99922-4099, ou através do e-mail jeannovello3@gmail.com.

12. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

12.1. O Período de recebimento dos lances será das 10 horas do dia **.... de ..... de 2026** até às 10 horas do dia **.... de ..... de 2026**, por meio das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net). Art. 55 - Lei Federal n. 14.133/2021.

12.2. A Sessão de Disputa de Preços (lances) será a partir das 10 horas do dia **.... de ..... de 2026**, através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).Os interessados em participar do leilão, deverão realizar o credenciamento através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

12.3. Os interessados em participar do leilão, deverão realizar o credenciamento através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

12.4. Poderão participar do leilão pessoas físicas devidamente cadastradas em situação regular no cadastro de pessoa física – CPF, devendo apresentar documento de identificação pessoal com foto e comprovante de endereço.

12.5. Poderão participar do leilão pessoas jurídicas devidamente constituídas e inscritas no CNPJ, devendo ser representada por sócio administrador, o qual deverá apresentar cópia autenticada do contrato social e alterações se houver, ou por meio de procurador, desde que apresente instrumento de procuração com finalidade específica de participação no leilão, com firma reconhecida e apresente, igualmente, cópia autenticada do contrato social e alterações se houver.

12.6. A participação no Leilão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação do login e senha privativa do interessado, cabendo a ele a responsabilidade por qualquer transação efetuada, inclusive as realizadas por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

12.7. Após a efetivação do lance, não é permitida a alteração de dados cadastrais para o

Doc: 006077

respectivo leilão objeto do presente edital.

12.8. Será admitida a oferta de lances por meio do sítio eletrônico plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

12.9. Para tanto os interessados deverão se cadastrar previamente, observando as regras estabelecidas e aceitando as condições de venda previstas para o certame.

12.10. A oferta de lances, implica de forma automática e irrevogável a aceitação de todas as condições previstas no presente edital, não podendo alegar desconhecimento.

12.11. Os lances recebidos poderão ser cobertos por lance imediatamente superior, conforme incremento e temporização mínima definido pelo leiloeiro durante o leilão, podendo ambos sofrerem alterações durante o ato, para eventual cobertura. Não havendo lance superior, o sistema/leiloeiro encerrará a contagem e será definido o arrematante.

12.12. Encerrada a regressiva, sem que haja novos lances, constará no sistema a informação de lote "arrematado", sendo considerado como vendido, com registro na plataforma sem possibilidade de reabertura.

12.13. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do interessado ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Leilão Eletrônico.

12.14. Durante a realização do leilão fica proibida a cessão, a qualquer título, dos direitos adquiridos pelo arrematante. Uma vez ofertado e aceito o lance, será irretratável e irrevogável, não se admitindo a sua desistência, sob pena de aplicação de multa e proibição de participação em outros leilões do mesmo leiloeiro.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO:

13.1. Não sendo realizado o pagamento pelo arrematante, facultar-se-á ao Leiloeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 9, o Leiloeiro, observado o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado o bem ou desde que maior que o mínimo estipulado pelo Município para arrematação, poderá:

13.2.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que abaixo do preço do arrematante vencedor;

13.2.2. Aceitar as condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.3. O arrematante deverá efetuar o pagamento dos valores devidos pela arrematação dos bens através de sua Conta Digital Superbid Pay em até 03 (três) dias úteis a contar do encerramento do leilão.

13.3.1. O arrematante deverá acessar a seção "Minhas Compras" da Superbid Exchange, clicar no botão "Continuar para Pagamento" e selecionar, na tela seguinte, a Forma de Pagamento de sua preferência (Utilizar Saldo Superbid Pay, Boleto Bancário, Transferência Bancária ou via PIX, conforme disponível).

Boni

006078

13.3.2. O arrematante poderá utilizar saldo previamente disponível em sua Conta Digital Superbid Pay para pagar os valores devidos pela arrematação, sendo que caso o saldo na Conta Digital Superbid Pay seja insuficiente para pagamento dos valores devidos pela arrematação, o arrematante deverá complementá-lo pagando um boleto bancário no valor da diferença.

13.3.3. A Superbid Exchange disponibiliza acesso a uma conta de pagamento na modalidade pré-paga, de titularidade única e exclusiva do usuário, a qual é utilizada para realizar os pagamentos devidos ("Conta Digital Superbid Pay").

13.3.4. A Conta Digital Superbid Pay é emitida e gerenciada pela Superbid Pay, Instituição de Pagamento Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.084.163/0001-84 ("Superbid Pay").

13.3.5. O usuário poderá aportar recursos em reais na sua Conta Digital Superbid Pay, independentemente da realização de compras na Superbid Exchange. Para tanto, deverá acessar a seção "Minha Conta" da Superbid Exchange, clicar no botão "Adicionar Dinheiro" dentro da seção "Conta Digital" e selecionar uma das formas disponíveis: (i) Boleto Bancário ou (ii) Transferência Bancária.

13.4. Não será aceito pagamento via depósito bancário em espécie ou cheque.

13.5. Não é necessário o envio dos boletos bancários para comprovação dos pagamentos efetuados.

13.6. O ICMS, quando devido, deverá ser pago diretamente pelo(s) arrematante(s), o(s) qual(is) deverá(ão) apresentar ao Município de Planalto-PR a guia comprobatória do recolhimento, para liberação do bem arrematado.

13.7. O pagamento dos valores devidos à empresa contratada "Eckert Tecnologia e Assessoria LTDA" será por parte deste Município, e se darão na forma prevista conforme Contrato nº 296/2025 da Concorrência Eletrônica nº 004/2025.

13.8. Caso o arrematante não pague o preço do bem arrematado no prazo de 03 (três) dias úteis, a arrematação ficará cancelada. Fica facultado à administração Municipal conceder novo prazo para efetivação do pagamento, mediante interesse público.

14. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

14.1. O objeto será parcelado em lotes, considerando as características, natureza, estado de conservação e valor de avaliação dos bens móveis inservíveis. O parcelamento permite que os interessados participem individualmente dos lotes de seu interesse, ampliando a competitividade e a possibilidade de obtenção de melhores resultados para o Município. A medida também evita o agrupamento indevido de bens de naturezas distintas, estando em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Uma vez aceitas as regras estabelecidas neste edital, o usuário autoriza o respectivo registro perante Cartório de Registro de Títulos e Documentos, para que produza todos os efeitos legais.

15.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-

se o do vencimento, observadas as disposições contidas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.3. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.4. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente edital.

15.5. Correrão por conta e risco da arrematante todas as despesas, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da arrematação.

15.6. Os licitantes responderão pela veracidade dos dados e declarações por elas fornecidas, sob as penas da lei.

15.7. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão.

15.8. A apresentação da proposta implicará a aceitação das regras do presente edital por parte do licitante.

15.9. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente este edital e seus anexos, além de todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

15.10. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, além da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

15.11. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

15.12. Para as questões que se suscitarem entre os eventuais interessados e a Administração Municipal de Planalto-PR, na interpretação das cláusulas do presente edital e que não forem resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Capanema-PR, para a solução judicial, desistindo os interessados de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.13. O resultado desta licitação será lavrado em ata eletrônica, a qual ficará disponível no Portal da Transparência/Licitações **www.planalto.pr.gov.br/licitacoes**.

15.14. As omissões do presente edital serão preenchidas pelos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Planalto - PR, 09 de setembro de 2026.

Angela Regina Garcia Caneppa
Secretária Municipal de Saúde

Dione Junior Helfer
Secretário Municipal de Cultura

Bozi 006080

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Esportes

Leonir Bianchi
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Lizandra Cristina Boni
Secretária Municipal de Assistência Social

Marli Salete Dieckel de Lima
Secretária Municipal de Educação

Marlise Diefembach
Secretária Municipal de Industria, Comercio e Turismo

Marcelo Felipe Schmitt
Secretário Municipal de Administração

Michel Junior Diesel
Secretário Municipal de Serviços Rodoviários

Monica Andreia Back
Secretária Municipal de Agricultura

Simone Raquel Baldissera Dresch
Secretária Municipal da Mulher e Familia

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto

Boni

006081

ANEXO III - MINUTA DA CARTA DE ARREMATAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ..../2026
LEILÃO ELETRÔNICO Nº ..../2026

No dia ____ do mês de _____ do ano de **2026,** compareceram, de um lado o Município de XXX, Estado de XX, pessoa jurídica de direito público, situado na XXXX, nº XX, XXX, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, neste ato, representado pelo **Sr. (a). [autoridade competente], [cargo],** doravante denominada **CONTRATANTE** e _____, com endereço na Rua _____ nº ____, Cidade de _____, Estado de _____, inscrita no **[CNPJ ou CPF]** sob o nº _____, neste ato representado por seu representante legal, o Sr. _____, a seguir denominada **ARREMATANTE**, tem entre si justo e acordado celebrar a presente carta de arrematação que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores vigentes, e preceitos do Edital de Licitação na Modalidade de **LEILÃO ELETRÔNICO nº .../2026 de dia, mês e ano**, e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Esta carta de arrematação tem como origem o **Leilão nº .../2026**, instaurado pela CONTRATANTE, objetivando **Alienação de bens móveis inservíveis do município de Planalto-PR, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a Portaria nº 304 de 2025, conforme Termo de Referência e Edital.**

1.2. O bem móvel [descrição] [ano fabricação/ ano modelo], [placas], [chassi], Planalto/PR, em conformidade com edital do leilão inscrito como **lote [nº],** fora arrematado pelo **Sr. (a) [arrematante],** inscrito no **CPF [nº], RG [nº],** residente **no [endereço, nº, bairro, cidade, estado e CEP nº]** pelo valor de **R$ [numeral e extenso],** em leilão público realizado na data supracitada, promovidos pelo Leiloeiro, nomeado pela **Portaria nº 304 de 2025,** intermediado pela empresa **Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda.**

1.3. Integram e completam o presente Carta de arrematação para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital de **LEILÃO ELETRÔNICO nº .../ 2026**, bem como a proposta do arrematante.

1.4. Mediante retirada do lote o arrematante concorda com o estado do bem e não terá mais direito a reclamações e devoluções posteriores.

Planalto-PR, ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE:

_____
Nome:

ARREMATANTE:

_____
Nome:

LEILOEIRO (A):

Boni 000082

Nome:

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Bol. 000083

PARECER JURÍDICO Nº 123/2026

Processo Administrativo: *nº 089/2026 – Leilão Eletrônico*

Interessadas: *Secretarias Municipais de Administração; Indústria, Comércio e Turismo; Educação; Obras e Serviços Urbanos; Serviços Rodoviários; Saúde; Assistência Social; Cultura; Esportes; Agricultura; e Mulher e Família*

Assunto: *Análise jurídica da fase preparatória (ETP nº 074/2026, Termo de Referência e minuta de edital) para alienação de bens móveis inservíveis por leilão eletrônico*

ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS. LEILÃO ELETRÔNICO. ARTS. 6º, XL; 31; 33, V; 55, III; E 76, II, DA LEI Nº 14.133/2021. INTERESSE PÚBLICO, AVALIAÇÃO PRÉVIA E PUBLICIDADE COMO CONDIÇÕES DE VALIDADE. BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. VIABILIDADE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO. PARECER FAVORÁVEL, CONDICIONADO AOS AJUSTES INDICADOS.

1. EM RESUMO

O que se pretende: vender, por leilão eletrônico, 18 lotes de bens que as Secretarias declararam inservíveis (10 veículos, equipamentos, sucatas e duas estruturas de barracão), com lance mínimo total de R$ 416.300,00.

A resposta desta Procuradoria: o caminho escolhido é o correto. A Lei nº 14.133/2021 manda vender bens móveis inservíveis por leilão, e a forma eletrônica, em duas plataformas, amplia a disputa e favorece o melhor preço.

Mas há ajustes a fazer antes de publicar: a) justificativa reforçada para os veículos 2021/2022; (b) indicar no edital o local de cada bem e os ônus que recaem sobre eles; (c) tratar com cuidado especial os lotes 16 (material hospitalar) e 18 (barracão com telhas de fibrocimento); (d) garantir que o dinheiro pago pelos arrematantes chegue integralmente à conta do Município; e (e) corrigir cláusulas de sanção, recurso e retirada que estão em desacordo com a Lei.

Conclusão: parecer **FAVORÁVEL**, desde que atendidas as condições do item 6.

2. DOCUMENTOS DA FASE INTERNA

Recebemos para exame: (i) o Estudo Técnico Preliminar nº 074/2026, assinado pelo Secretário Municipal de Administração em 08/09/2026; (ii) o Termo de Referência, assinado pelos Secretários das áreas e pelo Prefeito em 09/09/2026; e (iii) a minuta do Edital de Leilão Eletrônico, com seus anexos (I – Relação dos Itens; II – Termo de Referência; III – Minuta da Carta de Arrematação), iv) Termo de Avaliação elaborado pela Comissão nomeada pela Portaria nº 486/2026; v) as declarações de inservibilidade de cada Secretaria; vi) a Portaria nº 304/2025 (designação do servidor que conduzirá o leilão); e vi) o Contrato nº 296/2025 (Concorrência Eletrônica nº 004/2025), que dá suporte ao uso da plataforma eletrônica.

3. LIMITES DESTE PARECER

O parecer jurídico serve para verificar se o procedimento respeita a lei. Ele não substitui as decisões técnicas e de gestão, que cabem às Secretarias e ao Prefeito – por exemplo, dizer se um veículo ainda é útil ou quanto ele vale. Esta manifestação é opinativa e foi redigida em linguagem simples, como determina o art. 53, § 1º, II, da Lei nº 14.133/2021, sem deixar de expor os fundamentos de fato e de direito considerados.

4. O QUE A LEI EXIGE PARA VENDER BENS PÚBLICOS MÓVEIS

A regra está no art. 76[1] da Lei nº 14.133/2021. Para vender um bem móvel, o Município precisa cumprir **três condições**:

---

[1] **Art. 76.** A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:
I - tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:
a) dação em pagamento;
b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas "f", "g" e "h" deste inciso;
c) permuta por outros imóveis que atendam aos requisitos relacionados às finalidades precípuas da Administração, desde que a diferença apurada não ultrapasse a metade do valor do imóvel que será ofertado pela União, segundo avaliação prévia, e ocorra a torna de valores, sempre que for o caso;
d) investidura;
e) venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo;
f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação e permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente usados em programas de habitação ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgão ou entidade da Administração Pública;
g) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação e permissão de uso de bens imóveis comerciais de âmbito local, com área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e destinados a programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgão ou entidade da Administração Pública;
h) alienação e concessão de direito real de uso, gratuita ou onerosa, de terras públicas rurais da União e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) onde incidam ocupações até o limite de que trata o § 1º do art. 6º da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para fins de regularização fundiária, atendidos os requisitos legais;
i) legitimação de posse de que trata o art. 29 da Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976, mediante iniciativa e deliberação dos órgãos da Administração Pública competentes;
j) legitimação fundiária e legitimação de posse de que trata a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017;
II - tratando-se de bens móveis, dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:
a) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de oportunidade e conveniência socioeconômica em relação à escolha de outra forma de alienação;
b) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;
c) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica;
d) venda de títulos, observada a legislação pertinente;
e) venda de bens produzidos ou comercializados por entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades;
f) venda de materiais e equipamentos sem utilização previsível por quem deles dispõe para outros órgãos ou entidades da Administração Pública.
§ 1º A alienação de bens imóveis da Administração Pública cuja aquisição tenha sido derivada de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento dispensará autorização legislativa e exigirá apenas avaliação prévia e licitação na modalidade leilão.
§ 2º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I do *caput* deste artigo, cessadas as razões que justificaram sua doação, serão revertidos ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada sua alienação pelo beneficiário.
§ 3º A Administração poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóvel, admitida a dispensa de licitação, quando o uso destinar-se a:
I - outro órgão ou entidade da Administração Pública, qualquer que seja a localização do imóvel;
II - pessoa natural que, nos termos de lei, regulamento ou ato normativo do órgão competente, haja implementado os requisitos mínimos de cultura, de ocupação mansa e pacífica e de exploração direta sobre área rural, observado o limite de que trata o § 1º do art. 6º da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009.
§ 4º A aplicação do disposto no inciso II do § 3º deste artigo será dispensada de autorização legislativa e submeter-se-á aos seguintes condicionamentos:
I - aplicação exclusiva às áreas em que a detenção por particular seja comprovadamente anterior a 1º de dezembro de 2004;

006085

a) **Interesse público justificado** – é preciso explicar por que o bem não serve mais à Administração e por que vendê-lo é melhor do que mantê-lo (art. 76, caput);

b) **Avaliação prévia** – antes de ir a leilão, o bem deve ser avaliado, e esse valor serve de piso para a venda (art. 76, caput, e art. 31, § 2º, II);

c) **Leilão** – a modalidade obrigatória para bens móveis inservíveis é o leilão (art. 76, II, c/c art. 6º, XL, e art. 28, IV), julgado pelo **maior lance** (art. 33, V).

Para bens móveis, **não é necessária autorização da Câmara Municipal** – essa exigência vale só para imóveis (art. 76, I). O leilão pode ser conduzido por leiloeiro oficial ou por servidor designado (art. 31, caput); não tem fase de habilitação e só é homologado depois dos lances, do prazo de recurso e do pagamento (art. 31, § 4º).

O edital deve informar, entre outros pontos, a descrição dos bens, o valor de avaliação e o preço mínimo, as condições de pagamento, o local onde os bens estão e os ônus ou pendências que recaem sobre eles (art. 31, § 2º, I a V). A divulgação deve ocorrer no PNCP, por extrato no diário oficial e em jornal de grande circulação (art. 54), além de afixação em local de grande circulação na sede da Prefeitura (art. 31, § 3º), respeitado o prazo mínimo de **15 dias úteis** entre a publicação e a disputa (art. 55, III).

Em linguagem direta: a lei quer que o Município venda **pelo maior valor possível**, para **o maior número de interessados**, com **regras claras** e **sem surpresas** para quem compra.

É isso que se entende por vantajosidade no leilão.

II - submissão aos demais requisitos e impedimentos do regime legal e administrativo de destinação e de regularização fundiária de terras públicas;
III - vedação de concessão para exploração não contemplada na lei agrária, nas leis de destinação de terras públicas ou nas normas legais ou administrativas de zoneamento ecológico-econômico;
IV - previsão de extinção automática da concessão, dispensada notificação, em caso de declaração de utilidade pública, de necessidade pública ou de interesse social;
V - aplicação exclusiva a imóvel situado em zona rural e não sujeito a vedação, impedimento ou inconveniente à exploração mediante atividade agropecuária;
VI - limitação a áreas de que trata o § 1º do art. 6º da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, vedada a dispensa de licitação para áreas superiores;
VII - acúmulo com o quantitativo de área decorrente do caso previsto na alínea "i" do inciso I do *caput* deste artigo até o limite previsto no inciso VI deste parágrafo.
§ 5º Entende-se por investidura, para os fins desta Lei, a:
I - alienação, ao proprietário de imóvel lindeiro, de área remanescente ou resultante de obra pública que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço que não seja inferior ao da avaliação nem superior a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo permitido para dispensa de licitação de bens e serviços previstos nesta Lei;
II - alienação, ao legítimo possuidor direto ou, na falta dele, ao poder público, de imóvel para fins residenciais construídos em núcleo urbano anexo a usina hidrelétrica, desde que considerado dispensável na fase de operação da usina e que não integre a categoria de bens reversíveis ao final da concessão.
§ 6º A doação com encargo será licitada e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente, os encargos, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, dispensada a licitação em caso de interesse público devidamente justificado.
§ 7º Na hipótese do § 6º deste artigo, caso o donatário necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e as demais obrigações serão garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do doador.

006086

5. ANÁLISE DO CASO

5.1. Interesse público e inservibilidade dos bens

O ETP explica bem a razão geral da venda: os bens não atendem mais às Secretarias, ocupam espaço, geram custo de guarda e, no pátio de Obras, viraram foco de insetos. O dinheiro arrecadado poderá ser aplicado em novos bens. A justificativa geral é adequada.

Porém, a justificativa precisa estar **bem amarrada a cada bem**, por meio de declaração ou laudo de cada Secretaria que indique em qual situação o bem se enquadra. Como referência, pode-se usar a classificação do Decreto federal nº 9.373/2018 (art. 3º): **ocioso** (em condições de uso, mas sem aproveitamento), **recuperável**, **antieconômico** (manutenção cara ou rendimento ruim) ou **irrecuperável**.

Merecem atenção especial os veículos mais novos: o **HB20S 2021/2022** (lote 5), a **Spin 2022** (lote 6) e a **van Ford Transit 2022** (lote 8), descrita como em "bom estado". Vender bens quase novos não é ilegal, mas exige explicação convincente – por exemplo, substituição da frota por locação, mudança no serviço, custo de manutenção ou outro motivo concreto. Sem isso, um órgão de controle pode questionar se houve real interesse público.

Também é preciso verificar **como esses bens foram comprados**. Se algum veículo ou equipamento foi adquirido com recursos de convênio, transferência estadual ou federal, emenda parlamentar ou fundo vinculado (saúde, educação, assistência social), o instrumento de origem pode impor restrições à venda ou exigir que o dinheiro obtido volte para a mesma finalidade. Essa conferência deve constar dos autos.

Por fim, o **lote 9** (VW Constellation) aparece na categoria "Particular", e não "Oficial". É necessário confirmar, pelo CRLV, que o caminhão está registrado em nome do Município. Se não estiver, a situação deve ser regularizada antes do leilão.

5.2. Avaliação e preço mínimo: o coração da vantajosidade

O Termo de Referência informa que os lances iniciais (soma de R$ 416.300,00) vieram do Termo de Avaliação feito pela Comissão nomeada pela Portaria nº 486/2026. Não cabe a esta Procuradoria dizer quanto valem os bens, mas cabe alertar: se o valor mínimo for baixo demais e houver pouca disputa, o Município pode vender por menos do que o bem vale, e quem fixou o valor sem justificativa pode ser responsabilizado. Recomenda-se que a Comissão **revise e fundamente** os valores dos lotes antes da publicação.

O edital acerta ao dizer que o lance inicial é o **preço mínimo** e que nenhum bem será vendido abaixo dele (item 6.7). Recomenda-se apenas que o Anexo I traga, de forma expressa, as colunas "valor de avaliação" e "preço mínimo", como manda o art. 31, § 2º, II.

fl. 087

Além do preço mínimo, alguns cuidados práticos aumentam a disputa e, por consequência, o valor final. A minuta já adota boas práticas: forma eletrônica, duas plataformas, divisão em lotes e prorrogação automática de 3 minutos quando há lance no final (o que evita o "lance surpresa" de último segundo).

Sugerimos ainda: (a) **fotos reais, atuais e em boa quantidade** de cada lote – a cláusula de que as fotos são *"meramente ilustrativas"* pode ser mantida, mas fotos fiéis geram confiança e mais lances; (b) período de visitação razoável, dentro do prazo de publicação; (c) divulgação também nas redes oficiais do Município e junto a revendedores e sucateiros da região; e (d) uso de **e-mail institucional** para agendamento de vistoria e retirada, no lugar do e-mail pessoal hoje indicado.

5.3. Quem conduz o leilão e o uso da plataforma

O edital deixa claro que o leilão será conduzido por **servidor municipal designado** (Sr. Amauri Machado de Mello, Portaria nº 304/2025), o que a lei permite (art. 31, caput). No entanto, o ETP e o TR o chamam de "*Leiloeiro Oficial*". A expressão deve ser corrigida, porque "leiloeiro oficial" é profissão regulada, com matrícula na Junta Comercial, e sua contratação exigiria credenciamento ou pregão (art. 31, § 1º). Sugere-se usar "*servidor designado para conduzir o leilão*". Recomenda-se também confirmar que a designação observa o art. 7º da Lei (preferência por servidor efetivo, com capacitação compatível) e a segregação de funções.

O art. 31, caput, prevê que um **regulamento** discipline os procedimentos do leilão. Uma portaria de designação não cumpre esse papel. Se o Município ainda não tem decreto próprio, pode adotar expressamente o Decreto federal nº 11.461/2023, que regulamenta o leilão eletrônico de bens móveis inservíveis, como autoriza o art. 187 da Lei nº 14.133/2021. Basta citar essa adoção no preâmbulo do edital.

Quanto à plataforma, deve-se conferir se o Contrato nº 296/2025 está vigente, se abrange também a Superbid Exchange (que aparece no edital ao lado da Eckert) e se há saldo e dotação orçamentária para pagar a remuneração da contratada, já que o edital diz que esse custo é do Município (item 10.7). O edital também precisa dizer, com todas as letras, se o arrematante pagará alguma **comissão ou taxa** à plataforma além do lance. Se pagar, o percentual deve constar do edital (art. 31, § 2º, II); se não pagar, isso deve ser afirmado, para evitar cobranças surpresa que afastam interessados.

5.4. Como o dinheiro chega ao Município

Pela minuta, o arrematante paga pela "*Conta Digital Superbid Pay*", uma instituição de pagamento privada. O modelo é usado no mercado e pode ser aceito, mas é preciso lembrar que o dinheiro da venda é **receita pública** e deve ficar depositado em instituição financeira oficial (art. 164,

380088

§ 3º, da Constituição). Por isso, o edital e o contrato com a plataforma devem garantir: (a) **repasse integral** do valor à conta do Município, em prazo curto e definido; (b) que a liberação do bem e dos documentos só ocorra após o crédito na conta municipal; e (c) prestação de contas de cada lote vendido.

Lembramos ainda que o dinheiro da venda de bens é **receita de capital** e não pode pagar despesas correntes, como folha ou custeio (art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal). O ETP, no item 13.2, fala em *"aumento de receitas para eventuais dificuldades"*; recomenda-se ajustar o texto para deixar claro que os recursos serão aplicados em investimentos, como a compra de novos bens.

5.5. Lotes que pedem cuidado especial

Lotes 17 e 18 – estruturas de barracão. Em regra, uma construção presa ao solo é bem imóvel (art. 79 do Código Civil), e imóveis só podem ser vendidos com autorização legislativa. No entanto, quando a estrutura é vendida para **demolição e retirada**, os materiais que dela resultam passam a ser tratados como móveis (art. 84 do Código Civil). Para que o leilão desses lotes seja seguro, recomenda-se: (a) ato formal da autoridade decidindo pela desmontagem, com breve laudo técnico atestando que as estruturas não têm mais utilidade; (b) deixar expresso no edital que o **terreno não está sendo vendido** e que nenhum direito sobre ele é transferido; (c) prazo de desmontagem compatível com o porte da obra (o barracão tem cerca de 40 x 20 metros), com cronograma; (d) exigência de responsável técnico com ART, isolamento da área e cumprimento das normas de segurança do trabalho; e (e) obrigação de entregar o terreno limpo.

O lote 18 tem **telhado de fibrocimento danificado**. Se as telhas forem antigas, podem conter amianto, cujo uso foi banido pelo STF e cujos resíduos são classificados como perigosos (Resolução CONAMA nº 307/2002, com a redação da Resolução nº 348/2004). Como o Município pode responder por dano ambiental causado por material que saiu do seu patrimônio, o edital deve exigir que o arrematante dê **destinação ambientalmente adequada** aos resíduos e comprove isso (por exemplo, com o Manifesto de Transporte de Resíduos). O item 16 do ETP, que diz não haver impacto ambiental relevante, deve ser revisto para tratar desse ponto.

Lote 16 – equipamentos e materiais médico-hospitalares. A descrição é genérica ("itens variados"), o que dificulta a avaliação e a formação do preço. Recomenda-se listar os itens, ao menos por tipo e quantidade. Além disso, a Secretaria de Saúde deve atestar que os itens foram higienizados ou descontaminados e que nenhum deles é **resíduo de serviço de saúde** – que não pode ser vendido, mas sim descartado conforme a RDC ANVISA nº 222/2018.

Se houver equipamento com fonte de radiação, a venda depende das regras próprias da CNEN.

006089

5.6. Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência

Os dois documentos trazem os elementos essenciais: necessidade, relação dos bens, estimativa de valores, justificativa da modalidade, divisão em lotes e conclusão sobre a viabilidade (art. 18, § 1º e § 2º). Estão, no geral, adequados. Pedem os seguintes ajustes:

a) corrigir a citação "art. 28, inciso V" – o leilão está no **art. 28, IV**, e o critério de maior lance no **art. 33, V**;

b) Quanto ao Plano de Contratações Anual, o fato de ainda estar em elaboração não impede o leilão, que é uma venda, e não uma contratação. Recomenda-se, de todo modo, que o Município conclua o plano.

5.7. Minuta do edital: pontos a corrigir

Na minuta do edital, poucos ajustes são de fato indispensáveis para proteger o interesse público. São os que afetam a legalidade do certame, a competitividade (e, por consequência, o preço obtido) ou a segurança do dinheiro arrecadado.

O primeiro ponto é a **publicidade e a informação ao interessado**. Entre a publicação e o início da disputa deve haver no mínimo 15 dias úteis (art. 55, III), com o período de visitação dentro desse prazo. O edital também precisa indicar o endereço onde está cada lote e informar os ônus, gravames ou pendências dos bens, especialmente débitos e restrições dos veículos, ou declarar que não existem (art. 31, § 2º, III e V). Sem isso, o comprador oferece menos, por incerteza, ou desiste, e o Município perde preço.

O segundo ponto é a **garantia de que o maior lance vence**. O item 4.1 permite ao Município "*liberar ou não*" o bem a quem oferecer o maior lance, e os itens 6.9 e 6.12 deixam as plataformas privadas cancelar lances e alterar serviços "a *seu exclusivo critério*". As duas previsões devem sair. O maior lance válido gera direito ao bem. O leilão só pode ser desfeito por revogação ou anulação motivadas (art. 71). O cancelamento de lance cabe apenas ao servidor designado, em decisão fundamentada registrada em ata.

Pela mesma lógica, alterações no edital competem à autoridade competente, com nova divulgação e reabertura do prazo quando afetarem as propostas (art. 55, § 1º), e não ao leiloeiro, como prevê o item 12.16.

O terceiro ponto é a **retirada dos bens**. A cláusula que impõe a perda integral do valor pago após 30 dias úteis sem retirada (itens 5.6 e 8.8) funciona, na prática, como multa de 100%. Isso ultrapassa o teto legal de 30% (art. 156, § 3º) e dispensa a defesa prévia. Deve ser substituída por um

006099

fluxo de notificação, prazo de defesa (art. 157), multa dentro do limite e taxa de guarda com teto, seguido de novo leilão do bem e devolução do saldo. Do jeito que está, a cláusula expõe o Município a ações judiciais e afasta compradores.

O quarto ponto é o **dinheiro da venda**. Como o pagamento passa pela conta digital da Superbid Pay, o edital, amparado no Contrato nº 296/2025, deve assegurar o repasse integral à conta do Município em prazo certo. O bem e seus documentos só devem ser liberados depois do crédito na conta municipal, em respeito ao art. 164, § 3º, da Constituição. O edital deve dizer ainda, com clareza, se o arrematante paga alguma comissão ou taxa além do lance (art. 31, § 2º, II).

Também precisa ser resolvida a contradição sobre os débitos dos veículos: o item 8.10 manda o arrematante quitar tudo, e o item 9.6 atribui ao Município multas e IPVA anteriores ao leilão. A regra clara é que o fato gerador anterior ao leilão fica com o Município e o posterior, com o arrematante.

O quinto ponto são as **sanções**. O capítulo 11 deve ser adaptado ao leilão, com infrações próprias desse tipo de certame: desistir do lance, não pagar, não retirar o bem e fraudar. Precisa prever o processo dos arts. 157 e 158 e corrigir o alcance do impedimento para o âmbito do ente federativo (art. 156, § 4º). Devem sair três previsões. A primeira é a remissão ao art. 897 do CPC, próprio do leilão judicial. A segunda são os honorários de 20% prefixados, pois a cobrança se faz por dívida ativa. A terceira é o bloqueio de cadastro na Superbid como se fosse penalidade do Município.

6. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria Jurídica entende que a alienação dos bens móveis inservíveis por **leilão eletrônico** é juridicamente **viável** e é o meio adequado para buscar a proposta mais vantajosa para o Município, nos termos dos arts. 6º, XL, 31, 33, V, e 76, II, da Lei nº 14.133/2021.

Opinamos, assim, **FAVORAVELMENTE** ao prosseguimento do processo, **condicionado** ao cumprimento das providências abaixo **antes da publicação do edital**:

1) juntar justificativa específica para os veículos 2021/2022;

3) juntar os CRLVs e as consultas de débitos e restrições dos veículos, regularizando o registro do lote 9, se necessário;

4) juntar a Portaria nº 304/2025, o Contrato nº 296/2025 (com prova de vigência, cobertura da Superbid e dotação para a remuneração da plataforma) e indicar o regulamento aplicável ao leilão;

006091

5) para os lotes 17 e 18, juntar o ato que decide pela desmontagem e incluir no edital as exigências de segurança, prazo, ART e destinação ambiental dos resíduos; para o lote 16, juntar a declaração de higienização e a lista dos itens;

6) corrigir o ETP, o TR e a minuta do edital conforme os itens 5.6 e 5.7, em especial as cláusulas de perda integral do valor pago, liberação discricionária do bem, sanções, recursos, local dos bens, ônus e repasse dos valores;

7) observar o prazo mínimo de 15 dias úteis e a divulgação no PNCP, no diário oficial, em jornal de grande circulação e por afixação na sede da Prefeitura.

As recomendações do item 5.2 sobre fotos, divulgação e e-mail institucional não são condição de validade, mas são fortemente recomendadas para ampliar a disputa e o valor arrecadado.

Não é necessário retorno dos autos a esta Procuradoria se as correções forem feitas conforme indicado, cabendo ao setor de licitações certificar o atendimento. Caso a Administração opte por não acolher alguma recomendação, deverá motivar a decisão nos autos.

É o parecer, que se submete à consideração superior.

Planalto/PR, 7 de outubro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
PATRIQUE MATTOS DREY
Data: 07/10/2026 18:55:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PATRIQUE MATTOS DREY
Procurador Jurídico do Município de Planalto/PR
OAB/PR 40.209

006092

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

JUSTIFICATIVA PARA A ALIENAÇÃO DOS VEÍCULOS E ESTRUTURAS DE BARRACÕES

A presente alienação tem por finalidade a venda, mediante processo de leilão, de bens pertencentes ao patrimônio do Município que, após avaliação da Administração, foram considerados antieconômicos, inservíveis ou sem utilidade adequada para a continuidade de sua utilização, mostrando-se conveniente e oportuno o seu desfazimento.

No que se refere aos veículos, a alienação decorre, principalmente, do processo de renovação e modernização da frota municipal, com a substituição dos veículos atualmente utilizados por unidades mais novas e adequadas às necessidades dos serviços públicos.

Embora alguns dos veículos relacionados sejam relativamente novos, a Administração verificou que a sua permanência na frota municipal deixou de apresentar a mesma relação custo-benefício, especialmente em razão da elevada frequência de manutenções preventivas e corretivas, necessidade de substituição de peças e ocorrência de reparos mecânicos, gerando despesas significativas para sua manutenção e períodos de indisponibilidade para utilização nos serviços públicos.

Dessa forma, a alienação não se fundamenta exclusivamente na idade dos veículos, mas na análise conjunta de sua condição de utilização, custos de manutenção, frequência de reparos, economicidade e existência de veículos mais novos destinados à substituição da frota.

A medida possibilitará ao Município reduzir despesas futuras com manutenção, racionalizar a utilização dos recursos públicos e manter uma frota mais adequada e eficiente para o atendimento das demandas da Administração Pública.

Quanto às estruturas de barracões relacionadas no processo de leilão, esclarece-se que a alienação não compreenderá os terrenos onde as referidas estruturas estão instaladas. Os imóveis e respectivos terrenos permanecerão pertencentes ao patrimônio do Município, não sendo objeto de venda, transferência ou qualquer forma de alienação no presente procedimento.

O objeto da alienação ficará restrito às estruturas e materiais existentes nos barracões que foram classificados pela Administração como sucata ou sem utilidade para o Município, especialmente materiais metálicos e demais componentes passíveis de aproveitamento pelo arrematante. Assim, o arrematante adquirirá exclusivamente os materiais e estruturas expressamente descritos no edital e nos respectivos lotes, não adquirindo qualquer direito de propriedade ou posse sobre o terreno onde os bens se encontram.

A retirada, desmontagem, carregamento, transporte e demais providências necessárias ao recolhimento das estruturas e materiais arrematados deverão ser

realizadas por conta e responsabilidade do arrematante, observadas as condições estabelecidas no edital e as normas de segurança aplicáveis.

O arrematante deverá, ainda, responsabilizar-se pela correta destinação dos materiais retirados, observando a legislação ambiental, as normas de gerenciamento e destinação de resíduos e demais exigências dos órgãos competentes. Eventuais impactos ambientais, danos, derramamentos, geração ou disposição inadequada de resíduos que decorram das atividades de desmontagem, retirada, transporte ou destinação realizadas pelo arrematante serão de sua responsabilidade, sem prejuízo das demais responsabilidades legais aplicáveis.

A retirada das estruturas deverá ser realizada de forma a não causar danos ao imóvel, às instalações remanescentes, ao solo, às redes de água, energia elétrica ou demais estruturas existentes, ficando o arrematante responsável pela reparação de eventuais danos que venha a causar durante a execução dos serviços de desmontagem e retirada.

Ressalta-se, portanto, que a inclusão das estruturas no processo de leilão não tem por finalidade a alienação dos imóveis ou terrenos municipais, mas tão somente o desfazimento de materiais e estruturas que perderam sua utilidade para a Administração, permitindo a adequada destinação dos bens e evitando a manutenção de estruturas sem utilização e sem interesse público.

Diante do exposto, considerando a renovação da frota municipal, os elevados custos e a frequência das manutenções dos veículos, a existência de bens que não apresentam mais utilidade ou economicidade para a Administração, bem como a necessidade de promover a adequada destinação das estruturas classificadas como sucata, entende-se que a alienação por meio de leilão se apresenta como medida conveniente, oportuna e compatível com o interesse público, possibilitando a racionalização do patrimônio municipal e a obtenção de recursos decorrentes da alienação dos bens.

ANDERSON DELARES
Técnico Agrícola

JEAN RAFAEL PAULUS NOVELLO
Fiscal de Frotas

LUIS FERNANDO PAULUS
Fiscal de Frotas

006094

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAÇÃO

Planalto-Pr., 15 de outubro de 2026.

DE: Luiz Carlos Boni

PARA: Pregoeira/Comissão de Licitações/ Leiloeiro

Considerando as informações e pareceres contidos no presente Processo, **Autorizo** a Licitação sob a Modalidade ***LEILÃO, objetivando a venda por licitação, na modalidade LEILÃO ELETRÔNICO, alienação de bens móveis inservíveis do município de Planalto-PR, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a Portaria nº 304 de 2025,*** nos termos da Lei da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, Portaria 304/2025, Portaria 486/2026 e Contrato nº 296/2025 e demais disposições legais.

Encaminhe-se ao Departamento de Compras e Licitações para as providências necessárias.

Luiz C. Boni

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

006095

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 178/2026

1. PREÂMBULO:

1.1. O Município de Planalto, através da Comissão Permanente de Licitação, em conformidade com Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna pública a realização de **LEILÃO ELETRÔNICO**, em tempo real, para **alienação de bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Planalto-PR**, do tipo maior lance de cada lote, por meio das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net), sendo a presente licitação do tipo **"MAIOR LANCE"**, de cada **LOTE** objetivando a venda de bens inservíveis para a Administração.

1.2. O presente edital encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações, conforme endereço no preâmbulo, e será retirado no site do Município de Planalto, ou ainda solicitado pelo e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br, assim como se encontra disponíveis na página inicial do site do Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

1.3. Município de Planalto, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sito na Praça São Francisco de Assis n° 1583, centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 76.460.526/0001-16, neste ato representado pelo (a) Sr. Luiz Carlos Boni, Excelentíssimo Prefeito Municipal, torna público, através do Leiloeiro (a), servidor municipal Sr. Amauri Machado De Mello, nomeado pela Portaria 304/2025, realizará a alienação de bens móveis inservíveis, ao final deste edital discriminados, através de leilão público oficial on-line, devidamente assessorado pela empresa Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda, contratada para prestar serviços de tecnologia para vendas de ativos considerados inservíveis, conforme Contrato nº 296/2025 da Concorrência Eletrônica nº 004/2025.

1.4. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial do município, no Portal Transparência do Município de Planalto-PR, em jornal de grande circulação diária, no Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e da Superbid Exchange (www.superbid.net).

1.5. O leilão será cometido por servidor designado pela autoridade competente da Administração, em conformidade com o que dispõe o art. 31, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. OBJETO:

2.1. O presente edital tem por objeto a alienação de bens móveis inservíveis do município de Planalto-PR, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a Portaria nº 304 de 2025, conforme Termo de Referência e Edital, na modalidade **LEILÃO ELETRÔNICO**.

Boni

006096

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1. O Período de recebimento dos lances será das 10 horas do dia **19 de outubro de 2026** até às 10 horas do dia **25 de novembro de 2026**, por meio das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net). Art. 55 - Lei Federal n. 14.133/2021.

3.2. A Sessão de Disputa de Preços (lances) será a partir das 10 horas do dia **25 de novembro de 2026**, através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

3.3. Os interessados em participar do leilão, deverão realizar o credenciamento através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

3.4. Poderão participar do leilão pessoas físicas devidamente cadastradas em situação regular no cadastro de pessoa física – CPF, devendo apresentar documento de identificação pessoal com foto e comprovante de endereço.

3.5. Poderão participar do leilão pessoas jurídicas devidamente constituídas e inscritas no CNPJ, devendo ser representada por sócio administrador, o qual deverá apresentar cópia autenticada do contrato social e alterações se houver, ou por meio de procurador, desde que apresente instrumento de procuração com finalidade específica de participação no leilão, com firma reconhecida e apresente, igualmente, cópia autenticada do contrato social e alterações se houver.

3.6. A participação no Leilão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação do login e senha privativa do interessado, cabendo a ele a responsabilidade por qualquer transação efetuada, inclusive as realizadas por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.7. Após a efetivação do lance, não é permitida a alteração de dados cadastrais para o respectivo leilão objeto do presente edital.

3.8. Será admitida a oferta de lances por meio do sítio eletrônico plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

3.9. Para tanto os interessados deverão se cadastrar previamente, observando as regras estabelecidas e aceitando as condições de venda previstas para o certame.

3.10. A oferta de lances, implica de forma automática e irrevogável a aceitação de todas as condições previstas no presente edital, não podendo alegar desconhecimento.

3.11. Os lances recebidos poderão ser cobertos por lance imediatamente superior, conforme incremento e temporização mínima definido pelo leiloeiro durante o leilão, podendo ambos sofrerem alterações durante o ato, para eventual cobertura. Não havendo lance superior, o sistema/leiloeiro encerrará a contagem e será definido o arrematante.

3.12. Encerrada a regressiva, sem que haja novos lances, constará no sistema a informação de lote "arrematado", sendo considerado como vendido, com registro na plataforma sem possibilidade de reabertura.

3.13. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do

Bom 006097

interessado ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Leilão Eletrônico.

3.14. Durante a realização do leilão fica proibida a cessão, a qualquer título, dos direitos adquiridos pelo arrematante. Uma vez ofertado e aceito o lance, será irretratável e irrevogável, não se admitindo a sua desistência, sob pena de aplicação de multa e proibição de participação em outros leilões do mesmo leiloeiro.

4. DOS BENS E DA VISITAÇÃO:

4.1. Os bens apregoados estão relacionados no **ANEXO I - RELAÇÃO DOS ITENS** e serão vendidos no estado de conservação em que se encontram e sem garantia, reservando-se ao Município de Planalto-PR, o direito de liberá-los, ou não, a quem maior lance oferecer bem como retirar, desdobrar ou reunir os bens em lotes, de acordo com o seu critério ou necessidade, por intermédio do servidor municipal designado.

4.2. As fotos divulgadas nas plataformas contratadas são meramente ilustrativas, não servindo de parâmetro para demonstrar o estado dos bens ou influenciar a decisão de oferta de lances para arrematação de bens.

4.3. Ao participar do certame, o interessado declara ter pleno conhecimento do presente edital, sendo de sua responsabilidade a vistoria prévia dos lotes, isentando o Planalto-PR e a Eckert Tecnologia E Assessoria Ltda. e a Superbid Exchange por eventuais vícios existentes no bem adquirido.

4.4. Quando se tratar de lotes de sucata, estrutura de madeira/pré-moldado e ferro velho, os bens constantes em cada lote serão apregoados em quantidades aproximadas, sendo possível margem de até 20% (vinte por cento) para mais ou para menos na quantidade dos referidos bens, sem que seja devido qualquer pagamento adicional e/ou reembolso do valor pago.

4.5. Os bens, objeto do presente leilão, poderão ser vistoriados e examinados entre os dias **19/10/2026 à 25/11/2026**, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08h00 às 11h00 e das 14h00 às 16h00.

4.6. Tendo em vista que os itens objetos do presente leilão encontram-se depositados em locais distintos, os interessados na vistoria e exame dos referidos itens, devem entrar em contato com o responsável Sr. Jean Rafael Paulus Novello, para agendamento e posterior acompanhamento do servidor municipal do Município de Planalto-PR, responsável para a vistoria, pelo telefone (46) 99922-4099, ou através do e-mail jeannovello3@gmail.com, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

4.7. É de responsabilidade dos interessados o deslocamento até o local onde estão depositados os bens para vistoria.

4.8. Para maiores informações, entrar em contato com o Setor de Licitação através do Telefone (46) 3555-8100 ou através do e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br.

5. DA RETIRADA DOS BENS:

5.1. Para efetuar a retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR, cujo contato será oportunamente

Bon. 006028

informado.

5.2. No ato da retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá conferir o(s) referido(s) lote(s) (natureza, quantidade, estado ou condições em que o(s) mesmo(s) estiver (em)). Sendo constatada qualquer divergência e/ou irregularidade, o fato deverá ser imediatamente informado, por escrito, ao Município de Planalto-PR, ficando a retirada suspensa até que estejam solucionadas as eventuais dúvidas existentes.

5.3. Não poderá o arrematante alegar qualquer irregularidade e/ou divergência após a remoção do(s) bem(ns).

5.4. O arrematante deverá descaracterizar toda e qualquer identificação do Município de Planalto-PR, constante do bem arrematado.

5.5. Na retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá respeitar e cumprir todas as normas internas de segurança estabelecidas pelo Município de Planalto-PR no que se refere à utilização de veículo apropriado, pessoal devidamente identificado e portando todos os equipamentos obrigatórios de segurança estabelecidos pela legislação em vigor, não cabendo ao Município de Planalto-PR, qualquer responsabilidade por acidentes que venham a ocorrer durante e em função das operações de carregamento e retirada.

5.6. Se o(s) bem(ns) arrematado(s) não for(em) retirado(s) no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de liberação de retirada, será cobrada pela guarda do(s) mesmo(s) uma taxa de 1% (um por cento) /dia, calculada sobre o valor da arrematação. Findo o prazo de trinta dias úteis contados da data agendada para a retirada dos bens, os valores pagos pela arrematação serão revertidos para o município de Planalto-PR não cabendo ao arrematante qualquer indenização ou devolução da quantia paga em leilão inclusive encargos administrativos.

5.7. O arrematante assumirá o risco no carregamento e transporte dos bens arrematados, bem como as despesas decorrentes de sua retirada, assim como a verificação da necessidade de óleo lubrificante e de combustível dos veículos e máquinas arrematados.

5.8. Uma vez retirado o bem do pátio/depósito não serão aceitas devoluções, reembolsos, trocas e/ou compensações de qualquer natureza, muito menos qualquer tipo de reclamação com relação a qualidade do bem arrematado.

5.9. Ao arrematante caberá, as suas próprias expensas, inclusive em caso de judicialização, o direito de petição perante o órgão ou instancia administrativa ou judicial notificada, em virtude da informação da arrematação.

5.10. Para efetuar a retirada do(s) veículo(s) arrematado(s) e demais objetos, o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR com o responsável Sr. Jean Rafael Paulus Novello, para agendamento e posterior acompanhamento do servidor municipal do Município de Planalto-PR, responsável para a retirada dos bens, pelo telefone (46)99922-4099, ou através do e-mail jeannovello3@gmail.com.

6. DOS LANCES:

6.1. Os lances poderão ser ofertados através dos portais eletrônicos

www.eckertleilões.com.br e www.superbid.net.

6.2. Os lances ofertados são irrevogáveis e irretratáveis.

6.3. O usuário é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, pelo que os lances não podem ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese.

6.4. O usuário poderá ofertar mais de um lance para um mesmo bem, prevalecendo sempre o maior lance ofertado.

6.5. Caso algum lance seja recebido nos 03 (três) últimos minutos do fechamento do lote, o cronômetro retroagirá a 03 (três) minutos do encerramento do lote e assim sucessivamente a cada lance efetuado nos últimos 03 (três) minutos, para que todos os usuários interessados tenham a oportunidade de efetuar novos lances.

6.6. O servidor municipal encarregado do Leilão poderá, conforme Portaria nº 304 de 2025, no interesse do Município de Planalto-PR, conciliar (sincronizar) o horário previsto para o encerramento de lotes com características iguais ou semelhantes, com observância da regra prevista no item anterior.

6.7. O preço mínimo de venda do bem ou preço de reserva é o valor mínimo estipulado pelo Município de Planalto-PR para a venda do bem.

6.7.1. O valor atribuído para o lance inicial exibido na plataforma contratada ("valor inicial do leilão" ou "valor de abertura") é o preço mínimo de venda do bem ("valor reservado" ou "preço de reserva").

6.8. O usuário poderá programar lances automáticos, de forma que, se outro usuário cobrir seu lance, o sistema automaticamente gerará um novo lance para aquele usuário, acrescido de um incremento fixo e pré-determinado, até um limite máximo definido pelo usuário, com o objetivo de que o mesmo tenha certeza de que até o valor estipulado o seu lance será o vencedor.

6.8.1. Os lances automáticos ficarão registrados no sistema com a data em que forem programados.

6.9. A Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda e a Superbid Exchange, a seu exclusivo critério, poderá cancelar qualquer lance, sempre que não for possível autenticar a identidade do interessado, ou caso este venha a descumprir as regras estabelecidas neste Edital.

6.10. A Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda e a Superbid Exchange não serão responsáveis por qualquer prejuízo eventualmente acarretado aos interessados por dificuldades técnicas ou falhas no sistema da Internet.

6.11. A Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda e a Superbid Exchange não garantem o acesso contínuo de seus serviços, uma vez que a operação poderá sofrer interferências acarretadas por diversos fatores fora do seu controle.

6.12. A Eckert Tecnologia E Assessoria Ltda e a Superbid Exchange poderão, a qualquer momento e a seu livre arbítrio, acrescentar, extinguir ou alterar alguns ou todos os serviços disponíveis nelas.

7. DO ENCERRAMENTO DA LEILÃO:

7.1. O leilão não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor,

Bom 006100

na forma definida no edital.

7.2. Exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

7.3. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

7.4. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

7.5. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

7.6. O Município de Planalto-PR, através de seu representante, se reserva no direito de revogar, adiar ou anular o presente leilão, total ou parcialmente, desde que haja a devolução dos recursos comprovadamente empregados na arrematação do lote.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE:

8.1. Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e impostos incidentes sobre os bens arrematados, sendo que as plataformas contratadas não tem qualquer responsabilidade pela entrega do(s) bem(s) arrematado(s) ao(s) arrematante(s).

8.2. Após 10 (dez) dias úteis a contar da data da efetivação do pagamento (crédito/compensação de remessa em conta corrente) do valor do lance ofertado, o(s) bem(ns), será(ão) disponibilizado(s) pelo Município de Planalto-PR, para ser (em) retirado(s) pelo(s) arrematante(s)/ procurador(es), mediante a entrega de Procuração com firma reconhecida, se for o caso.

8.3. Para efetuar a retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR, cujo contato será oportunamente informado.

8.4. No ato da retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá conferir o(s) referido(s) lote(s) (natureza, quantidade, estado ou condições em que o(s) mesmo(s) estiver (em). Sendo constatada qualquer divergência e/ou irregularidade, o fato deverá ser imediatamente informado, por escrito, ao Município de Planalto-PR, ficando a retirada suspensa até que estejam solucionadas as eventuais dúvidas existentes.

8.5. Não poderá o arrematante alegar qualquer irregularidade e/ou divergência após a remoção do(s) bem(ns).

8.6. O arrematante deverá descaracterizar toda e qualquer identificação do Município de Planalto-PR, constante do bem arrematado.

8.7. Na retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá respeitar e cumprir

todas as normas internas de segurança estabelecidas pelo Município de Planalto-PR no que se refere à utilização de veículo apropriado, pessoal devidamente identificado e portando todos os equipamentos obrigatórios de segurança estabelecidos pela legislação em vigor, não cabendo ao Município de Planalto-PR, qualquer responsabilidade por acidentes que venham a ocorrer durante e em função das operações de carregamento e retirada.

8.8. Se o(s) bem(ns) arrematado(s) não for(em) retirado(s) no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de liberação de retirada, será cobrada pela guarda do(s) mesmo(s) uma taxa de 1% (um por cento)/dia, calculada sobre o valor da arrematação. Findo o prazo de trinta dias úteis contados da data agendada para a retirada dos bens, os valores pagos pela arrematação serão revertidos para o município de Planalto-PR não cabendo ao arrematante qualquer indenização ou devolução da quantia paga em leilão inclusive encargos administrativos.

8.9. Após 10 (dez) dias a contar da data da efetivação do pagamento (crédito/compensação de remessa em conta corrente) do valor do lance ofertado, os veículos/objetos arrematados e a respectiva documentação de transferência (DUT) serão disponibilizados pelo Município de Planalto-PR para serem retirados pelo(s) arrematante(s)/ procurador(es) mediante o fornecimento de cópia da Cédula de Identidade, CPF e Carteira Nacional de Habilitação, no caso de Pessoa Física, e Contrato Social ou Estatuto Social acompanhado de Ata de Eleição da Diretoria, no caso de Pessoa Jurídica, bem como de Procuração com firma reconhecida, se o caso.

8.10. A disponibilização dos veículos e respectiva documentação, no prazo acima estabelecido, fica condicionada à comprovação, pelos arrematantes, da quitação da integralidade dos débitos que eventualmente recaiam sobre os veículos arrematados.

8.11. Para efetuar a retirada do(s) veículo(s) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR cujo contato será oportunamente informado.

8.12. Correrão por conta dos arrematantes todas as despesas de transferência do(s) veículo(s) para o seu nome, inclusive despesas com serviços de terceiros, despachantes, taxas, vistorias e quaisquer outras necessárias, como emissão de segunda via de documentos, mesmo que decorrentes da indisponibilidade, perda ou extravio do DUT na Prefeitura

8.13. Demais obrigações devem ser observadas junto ao **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

9.1. Fornecer à licitante todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital.

9.2. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela arrematante.

9.3. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à ARREMATANTE quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da

Boni 006102

minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

9.4. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATANTE com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.

9.5. A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares, pessoas naturais vinculadas à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas no inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

9.6. Será de responsabilidade do município o pagamento dos débitos de eventuais multas de trânsito e débitos de IPVA relativos até a data do leilão.

10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1. Não sendo realizado o pagamento pelo arrematante, facultar-se-á ao Leiloeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

10.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 10, o Leiloeiro, observado o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado o bem ou desde que maior que o mínimo estipulado pelo Município para arrematação, poderá:

10.2.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que abaixo do preço do arrematante vencedor;

10.2.2. Aceitar as condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10.3. O arrematante deverá efetuar o pagamento dos valores devidos pela arrematação dos bens através de sua Conta Digital Superbid Pay em até 03 (três) dias úteis a contar do encerramento do leilão.

10.3.1. O arrematante deverá acessar a seção "Minhas Compras" da Superbid Exchange, clicar no botão "Continuar para Pagamento" e selecionar, na tela seguinte, a Forma de Pagamento de sua preferência (Utilizar Saldo Superbid Pay, Boleto Bancário, Transferência Bancária ou via PIX, conforme disponível).

10.3.2. O arrematante poderá utilizar saldo previamente disponível em sua Conta Digital Superbid Pay para pagar os valores devidos pela arrematação, sendo que caso o saldo na Conta Digital Superbid Pay seja insuficiente para pagamento dos valores devidos pela arrematação, o arrematante deverá complementá-lo pagando um boleto bancário no valor da diferença.

10.3.3. A Superbid Exchange disponibiliza acesso a uma conta de pagamento na modalidade pré-paga, de titularidade única e exclusiva do usuário, a qual é utilizada para realizar os pagamentos devidos ("Conta Digital Superbid Pay").

10.3.4. A Conta Digital Superbid Pay é emitida e gerenciada pela Superbid Pay, Instituição de Pagamento Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.084.163/0001-84 ("Superbid Pay").

006103

10.3.5. O usuário poderá aportar recursos em reais na sua Conta Digital Superbid Pay, independentemente da realização de compras na Superbid Exchange. Para tanto, deverá acessar a seção "Minha Conta" da Superbid Exchange, clicar no botão "Adicionar Dinheiro" dentro da seção "Conta Digital" e selecionar uma das formas disponíveis: (i) Boleto Bancário ou (ii) Transferência Bancária.

10.4. Não será aceito pagamento via depósito bancário em espécie ou cheque.

10.5. Não é necessário o envio dos boletos bancários para comprovação dos pagamentos efetuados.

10.6. O ICMS, quando devido, deverá ser pago diretamente pelo(s) arrematante(s), o(s) qual(is) deverá(ão) apresentar ao Município de Planalto-PR a guia comprobatória do recolhimento, para liberação do bem arrematado.

10.7. O pagamento dos valores devidos à empresa contratada "Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda" será por parte deste Município, e se darão na forma prevista conforme Contrato nº 296/2025 da Concorrência Eletrônica nº 004/2025.

10.8. Caso o arrematante não pague o preço do bem arrematado no prazo de 03 (três) dias úteis, a arrematação ficará cancelada. Fica facultado à administração Municipal conceder novo prazo para efetivação do pagamento, mediante interesse público.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do objeto contratado/arrematado;

b) dar causa à inexecução parcial objeto contratado/arrematado que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do objeto contratado;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a arrematação;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na arrematação;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 12.1, deste edital as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto licitado/arrematado.

Boni 006104

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 13.1. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

11.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 11.2 do presente Edital.

11.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado/arrematado, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da ARREMATANTE, em razão da Lei Federal nº 13709/18.

11.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado/arrematado, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da ARREMATANTE, em virtude da em razão da Lei Federal nº 13.709/18.

11.7. O licitante vencedor estará sujeito também:

11.8. Revertendo o bem a novo leilão, não será admitida a participação do licitante vencedor, conforme disposto no art. 897 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui o Código de Processo Civil.

11.9. Além das multas já disciplinas nos itens acima, o arrematante/comprador responderá também por despesas administrativas e/ou judiciais, inclusive honorários advocatícios, estes desde já estabelecidos no percentual de 20% (vinte por cento) sobre os valores que forem objeto de exigência administrativa ou judicial, além de eventuais perdas e danos que seu inadimplemento ocasionar. Ocorrendo o inadimplemento, os dados cadastrais do arrematante poderão ser incluídos nos órgãos de proteção ao crédito.

11.10. O arrematante inadimplente não será admitido a participar de qualquer outro leilão divulgado no SUPERBID EXCHANGE, pelo que seu cadastro ficará bloqueado. Caso sejam identificados cadastros vinculados a este cadastro bloqueado, os mesmos serão igualmente bloqueados.

12. DOS RECURSOS, IMPUGNAÇÕES E DOS ESCLARECIMENTOS:

12.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
b) julgamento das propostas;
c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação.

12.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto do item 6.1. do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

12.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7. O recurso, as contrarrazões de recurso, impugnação e pedidos de esclarecimentos deverão ser realizados exclusivamente por meio de protocolo geral no endereço da sede da Prefeitura do Município de Planalto-PR ou através do e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br.

12.8. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento às interessadas, através de publicação no Portal da Transparência do Município de Planalto-PR.

12.9. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais.

12.10. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, a licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12.11. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este Edital poderão ser consultados no Portal da Transparência do Município de Planalto-PR, que será atualizado a cada nova etapa do certame.

12.12. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados à Comissão de Leilão em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

12.13. O horário limite para recebimento das impugnações é às 23h59min.

12.14. Acolhida a impugnação que implique na alteração do Edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame, quando será novamente publicado pelos mesmos meios inicialmente divulgados.

12.15. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste leilão até o trânsito em julgado pertinente à decisão.

12.16. Em qualquer ocasião antecedente à data de entrega das propostas, o leiloeiro

poderá, por iniciativa própria ou em consequência de manifestação ou solicitação de esclarecimento das licitantes, realizar modificações nos termos do edital que não influenciem na elaboração das propostas de preços.

12.17. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas através do Portal da Transparência do Município e vincularão os participantes e a administração.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1. Uma vez aceitas as regras estabelecidas neste edital, o usuário autoriza o respectivo registro perante Cartório de Registro de Títulos e Documentos, para que produza todos os efeitos legais.

13.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as disposições contidas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.4. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente edital.

13.5. Correrão por conta e risco da arrematante todas as despesas, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da arrematação.

13.6. Os licitantes responderão pela veracidade dos dados e declarações por elas fornecidas, sob as penas da lei.

13.7. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão.

13.8. A apresentação da proposta implicará a aceitação das regras do presente edital por parte do licitante.

13.9. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente este edital e seus anexos, além de todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

13.10. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, além da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

13.11. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.12. Para as questões que se suscitarem entre os eventuais interessados e a Administração Municipal de Planalto-PR, na interpretação das cláusulas do presente edital e que não forem resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Capanema-PR, para a solução judicial, desistindo os interessados de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.13. O resultado desta licitação será lavrado em ata eletrônica, a qual ficará disponível no Portal da Transparência/Licitações **www.planalto.pr.gov.br/licitacoes**.

13.14. As omissões do presente edital serão preenchidas pelos termos da Lei Federal nº

Doc 006107

14.133/2021 e suas alterações posteriores.

14. DOS ANEXOS:

14.1. Fazem parte do presente Edital:

a) Anexo I – Relação dos itens;

b) Anexo II – Termo de Referência;

c) Anexo III – Minuta da Carta de Arrematação.

Planalto – Pr, 15 de outubro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

ANEXO I - RELAÇÃO DOS ITENS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 178/2026
LEILÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

LOTE	VALOR MÍNIMO PARA VENDA	DESCRIÇÃO DO LOTES	DESCRIÇÃO DETALHADA
1	R$ 12.000,00	PALIO FIRE FLEX - 2015/2016	MARCA: FIAT MODELO: PALIO FIRE PLACA FINAL: 0 (PR) ANO FAB/MODELO: 2015/2015 DÉBITOS: NADA CONSTA KM ACIMA DE: 93912 COMBUSTÍVEL: FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA) COR: BRANCA PORTAS: 04 **ACESSÓRIOS**: CÂMBIO: MANUAL DIREÇÃO: HIDRÁULICA AR CONDICIONADO: SIM VIDROS: DIANTEIROS ELÉTRICOS E TRASEIROS MANUAIS RODAS: FERRO BANCOS: TECIDO APARELHO DE SOM: SIM CHAVE DE IGNIÇÃO: SIM **CONDIÇÕES GERAIS:** MOTOR: FUNCIONANDO PINTURA: REGULAR LATARIA: REGULAR TAPEÇARIA: RUIM/SUJA PNEUS: REGULARES **OBSERVAÇÕES:** CAPÔ: PIQUES DE PEDRA PARA-CHOQUE DIANTEIRO: PIQUES DE PEDRA/RALADO FAROL ESQUERDO: FOSCO PARA-CHOQUE TRASEIRO: TRINCADO/RISCADO PARA-LAMA DIANTEIRO ESQUERDO: PIQUES DE PEDRA/PEQUENO AMASSADO/RISCADO VOLANTE: DESGASTADO APRESENTA RISCOS E PEQUENO AMASSADO PODENDO APRESENTAR FALTA DE PARTES, PEÇAS E COMPONENTES PODENDO APRESENTAR FALTA DE FERRAMENTAS OBRIGATÓRIAS E ESTEPE PODENDO CONTER AVARIAS, SINAIS DE FERRUGEM E CORROSÃO CONFORME LOTE EXPOSTO Os bens serão vendidos NO ESTADO em que se encontram, SEM GARANTIA e SEM DIREITO A TROCA. É de inteira responsabilidade do interessado

30 21 006109

			realizar a visitação e vistoria prévia, inclusive a conferência de chassi e número de motor (quando aplicável). A empresa organizadora do leilão e o comitente vendedor não garantem a regularidade mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica ou documental dos itens, nem se responsabilizam por peças, componentes, estruturas, defeitos aparentes ou vícios ocultos. Será de responsabilidade do comprador o pagamento dos débitos de eventuais multas de trânsito, licenciamento, DPVAT (seguro obrigatório) e IPVA relativos ao(s) veículo(s) vendido(s) ainda que anteriores à data do evento. Débitos em aberto: Nada consta. Sujeito a alterações de acordo com os cadastros dos órgãos públicos até a data da transferência do veículo. Não será cobrado nenhum encargo administrativo dos arrematantes sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).
2	R$ 10.000,00	UNO MILLE WAY ECON - 2013/2013	MARCA: FIAT MODELO: UNO MILLE WAY ECON PLACA FINAL: 8 (PR) ANO FAB/MODELO: 2013/2013 DÉBITOS: NADA CONSTA KM ACIMA DE: 158733 COMBUSTÍVEL: FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA) COR: BRANCA PORTAS: 04 **ACESSÓRIOS**: CÂMBIO: MANUAL DIREÇÃO: HIDRÁULICA AR CONDICIONADO: SIM VIDROS: DIANTEIROS ELÉTRICOS E TRASEIROS MANUAIS RODAS: FERRO BANCOS: TECIDO APARELHO DE SOM: NÃO CHAVE DE IGNIÇÃO: SIM **CONDIÇÕES GERAIS:** MOTOR: FUNCIONANDO PINTURA: REGULAR LATARIA: REGULAR TAPEÇARIA: REGULAR/TAPETES TRASEIROS FALTAM PNEUS: REGULARES **OBSERVAÇÕES**: CAPÔ: PIQUES DE PEDRA/RISCADO GRADE: TRINCADA PARA-CHOQUE DIANTEIRO: FOSCO/RISCADO FARÓIS: FOSCOS PARA-LAMA DIANTEIRO DIREITO: PIQUES DE PEDRA/PEQUENO AMASSADO/RISCADO PORTAS DO LADO DIREITO: PIQUES DE PEDRA

3021 006110

			LATERAL TRASEIRA DIREITA: PIQUES DE PEDRA PARA-CHOQUE TRASEIRO: FOSCO/RISCADO PORTAS DO LADO ESQUERDO: PIQUES DE PEDRA/RISCADAS PARA-LAMA DIANTEIRO ESQUERDO: PIQUES DE PEDRA/RISCADO BANCO DIANTEIRO ESQUERDO: RASGADO BATERIA: SIM VOLANTE: DESGASTADO TAMPÃO TRASEIRO: FALTA APRESENTA RISCOS E PEQUENOS AMASSADOS APRESENTA FALTA DE PARTES, PEÇAS E COMPONENTES PODENDO APRESENTAR FALTA DE FERRAMENTAS OBRIGATÓRIAS E ESTEPE PODENDO CONTER AVARIAS, SINAIS DE FERRUGEM E CORROSÃO CONFORME LOTE EXPOSTO Os bens serão vendidos NO ESTADO em que se encontram, SEM GARANTIA e SEM DIREITO A TROCA. É de inteira responsabilidade do interessado realizar a visitação e vistoria prévia, inclusive a conferência de chassi e número de motor (quando aplicável). A empresa organizadora do leilão e o comitente vendedor não garantem a regularidade mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica ou documental dos itens, nem se responsabilizam por peças, componentes, estruturas, defeitos aparentes ou vícios ocultos. Será de responsabilidade do comprador o pagamento dos débitos de eventuais multas de trânsito, licenciamento, DPVAT (seguro obrigatório) e IPVA relativos ao(s) veículo(s) vendido(s) ainda que anteriores à data do evento. Débitos em aberto: Nada consta. Sujeito a alterações de acordo com os cadastros dos órgãos públicos até a data da transferência do veículo. Não será cobrado nenhum encargo administrativo dos arrematantes sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).
3	R$ 9.000,00	UNO MILLE WAY ECON - 2013/2013	MARCA: FIAT MODELO: UNO MILLE WAY ECON PLACA FINAL: 5 (PR) ANO FAB/MODELO: 2013/2013 DÉBITOS: NADA CONSTA KM ACIMA DE: 152768 COMBUSTÍVEL: FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA) COR: BRANCA PORTAS: 04 **ACESSÓRIOS**: CÂMBIO: MANUAL DIREÇÃO: MECÂNICA AR CONDICIONADO: SIM

30 21 006111

			VIDROS: MANUAIS RODAS: FERRO BANCOS: TECIDO APARELHO DE SOM: NÃO CHAVE DE IGNIÇÃO: SIM **CONDIÇÕES GERAIS:** MOTOR: FUNCIONANDO PINTURA: REGULAR LATARIA: REGULAR TAPEÇARIA: TRASEIRA REGULAR E DIANTEIRA RUIM PNEUS: REGULARES **OBSERVAÇÕES**: PARA-BRISA: TRINCADO/RISCADO CAPÔ: PIQUES DE PEDRA/RISCADO GRADE: FOSCA PARA-CHOQUE DIANTEIRO: FOSCO/RISCADO FAROL ESQUERDO: FOSCO FAROL DIREITO: FOSCO/TRINCADO PARA-LAMA DIANTEIRO DIREITO: PIQUES DE PEDRA PORTA TRASEIRA DIREITA: RISCADA CAPÔ TRASEIRO: PEQUENO AMASSADO/PINTURA DESCASCANDO PARA-CHOQUE TRASEIRO: FOSCO/RISCADO LATERAL TRASEIRA ESQUERDA: PIQUES DE PEDRA PORTA TRASEIRA ESQUERDA: PIQUES DE PEDRA PORTA DIANTEIRA ESQUERDA: PIQUES DE PEDRA/RISCADA PARA-LAMA DIANTEIRO ESQUERDO: PIQUES DE PEDRA/PEQUENO AMASSADO BANCO DIANTEIRO ESQUERDO: RASGADO VOLANTE: DESGASTADO TAMPÃO TRASEIRO: FALTA APRESENTA RISCOS E PEQUENOS AMASSADOS APRESENTA FALTA DE PARTES, PEÇAS E COMPONENTES PODENDO APRESENTAR FALTA DE FERRAMENTAS OBRIGATÓRIAS E ESTEPE PODENDO CONTER AVARIAS, SINAIS DE FERRUGEM E CORROSÃO CONFORME LOTE EXPOSTO Os bens serão vendidos NO ESTADO em que se encontram, SEM GARANTIA e SEM DIREITO A TROCA. É de inteira responsabilidade do interessado realizar a visitação e vistoria prévia, inclusive a conferência de chassi e número de motor (quando aplicável). A empresa organizadora do leilão e o comitente vendedor não garantem a regularidade mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica ou documental dos itens, nem se responsabilizam por

Doc 006112

			peças, componentes, estruturas, defeitos aparentes ou vícios ocultos. Será de responsabilidade do comprador o pagamento dos débitos de eventuais multas de trânsito, licenciamento, DPVAT (seguro obrigatório) e IPVA relativos ao(s) veículo(s) vendido(s) ainda que anteriores à data do evento. Débitos em aberto: Nada consta. Sujeito a alterações de acordo com os cadastros dos órgãos públicos até a data da transferência do veículo. Não será cobrado nenhum encargo administrativo dos arrematantes sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).
4	R$ 9.000,00	UNO MILLE WAY ECON - 2013/2013	MARCA: FIAT MODELO: UNO MILLE WAY ECON PLACA FINAL: 9 (PR) ANO FAB/MODELO: 2013/2013 DÉBITOS: NADA CONSTA KM ACIMA DE: 151662 COMBUSTÍVEL: FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA) COR: BRANCA PORTAS: 04 **ACESSÓRIOS:** CÂMBIO: MANUAL DIREÇÃO: MECÂNICA AR CONDICIONADO: SIM VIDROS: MANUAIS RODAS: FERRO BANCOS: TECIDO APARELHO DE SOM: NÃO CHAVE DE IGNIÇÃO: SIM **CONDIÇÕES GERAIS:** MOTOR: FUNCIONANDO PINTURA: REGULAR LATARIA: REGULAR TAPEÇARIA: RUIM PNEUS: RUINS **OBSERVAÇÕES:** PARA-BRISA: RISCADO CAPÔ: PEQUENO AMASSADO/PIQUES DE PEDRA/RISCADO PARA-CHOQUE DIANTEIRO: FOSCO/RISCADO FARÓIS: FOSCOS PORTA DIANTEIRA DIREITA: RISCADA PORTA TRASEIRA DIREITA: PEQUENO AMASSADO/RISCADA LATERAL TRASEIRA DIREITA: PIQUES DE PEDRA CAPÔ TRASEIRO: PIQUES DE PEDRA/RISCADO PARA-CHOQUE TRASEIRO: FOSCO/RISCADO PARA-LAMA DIANTEIRO ESQUERDO: PEQUENO AMASSADO/RALADO BANCO TRASEIRO: RASGADO BATERIA: SIM

Doni 006113

			MAÇANETA INTERNA DA PORTA DIANTEIRA DIREITA: AVARIADA VOLANTE: DESGASTADO TAMPÃO TRASEIRO: FALTA APRESENTA RISCOS, AVARIAS E PEQUENOS AMASSADOS APRESENTA FALTA DE PARTES, PEÇAS E COMPONENTES PODENDO APRESENTAR FALTA DE FERRAMENTAS OBRIGATÓRIAS E ESTEPE PODENDO CONTER SINAIS DE FERRUGEM E CORROSÃO CONFORME LOTE EXPOSTO Os bens serão vendidos NO ESTADO em que se encontram, SEM GARANTIA e SEM DIREITO A TROCA. É de inteira responsabilidade do interessado realizar a visitação e vistoria prévia, inclusive a conferência de chassi e número de motor (quando aplicável). A empresa organizadora do leilão e o comitente vendedor não garantem a regularidade mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica ou documental dos itens, nem se responsabilizam por peças, componentes, estruturas, defeitos aparentes ou vícios ocultos. Será de responsabilidade do comprador o pagamento dos débitos de eventuais multas de trânsito, licenciamento, DPVAT (seguro obrigatório) e IPVA relativos ao(s) veículo(s) vendido(s) ainda que anteriores à data do evento. Débitos em aberto: Nada consta. Sujeito a alterações de acordo com os cadastros dos órgãos públicos até a data da transferência do veículo. Não será cobrado nenhum encargo administrativo dos arrematantes sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).
5	R$ 35.000,00	HB20S10TA PLATIN - 2021/2022	MARCA: HYUNDAI MODELO: HB20 S10TA PLATIN PLACA FINAL: 9 (PR) ANO FAB/MODELO: 2021/2022 DÉBITOS: NADA CONSTA KM ACIMA DE: 306749 COMBUSTÍVEL: FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA) COR: BRANCA PORTAS: 04 **ACESSÓRIOS:** CÂMBIO: AUTOMÁTICO DIREÇÃO: ELÉTRICA AR CONDICIONADO: SIM VIDROS: ELÉTRICOS RODAS: LIGA LEVE/RISCADAS BANCOS: TECIDO APARELHO DE SOM: SIM, ORIGINAL CHAVE DE IGNIÇÃO: SIM

Joni 006114

			CONDIÇÕES GERAIS: MOTOR: FUNCIONANDO PINTURA: REGULAR LATARIA: REGULAR TAPEÇARIA: REGULAR PNEUS: REGULARES **OBSERVAÇÕES**: CAPÔ: PIQUES DE PEDRA PARA-CHOQUE DIANTEIRO: PIQUES DE PEDRA PORTA TRASEIRA DIREITA: PIQUES DE PEDRA/PEQUENO AMASSADO PORTAS DO LADO ESQUERDO: PIQUES DE PEDRA PARA-LAMA DIANTEIRO ESQUERDO: PIQUES DE PEDRA PODENDO APRESENTAR FALTA DE PARTES, PEÇAS E COMPONENTES PODENDO APRESENTAR FALTA DE FERRAMENTAS OBRIGATÓRIAS E ESTEPE PODENDO CONTER AVARIAS, SINAIS DE FERRUGEM E CORROSÃO CONTÉM RISCOS E PEQUENO AMASSADO CONFORME LOTE EXPOSTO Os bens serão vendidos NO ESTADO em que se encontram, SEM GARANTIA e SEM DIREITO A TROCA. É de inteira responsabilidade do interessado realizar a visitação e vistoria prévia, inclusive a conferência de chassi e número de motor (quando aplicável). A empresa organizadora do leilão e o comitente vendedor não garantem a regularidade mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica ou documental dos itens, nem se responsabilizam por peças, componentes, estruturas, defeitos aparentes ou vícios ocultos. Será de responsabilidade do comprador o pagamento dos débitos de eventuais multas de trânsito, licenciamento, DPVAT (seguro obrigatório) e IPVA relativos ao(s) veículo(s) vendido(s) ainda que anteriores à data do evento. Débitos em aberto: Nada consta. Sujeito a alterações de acordo com os cadastros dos órgãos públicos até a data da transferência do veículo. Não será cobrado nenhum encargo administrativo dos arrematantes sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).
6	R$ 35.000,00	SPIN 1.8L AT PREMIER - 2022/2022	MARCA: CHEVROLET MODELO: SPIN 18L AT PREMIER PLACA FINAL: 1 (PR) ANO FAB/MODELO: 2022/2022 DÉBITOS: NADA CONSTA KM ACIMA DE: 343932 COMBUSTÍVEL: FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA) COR: BRANCA

			PORTAS: 04 **ACESSÓRIOS:** CÂMBIO: AUTOMÁTICO DIREÇÃO: ELÉTRICA AR CONDICIONADO: SIM VIDROS: ELÉTRICOS RODAS: LIGA LEVE/RISCADAS BANCOS: COURO APARELHO DE SOM: SIM, ORIGINAL CHAVE DE IGNIÇÃO: SIM **CONDIÇÕES GERAIS:** MOTOR: FUNCIONANDO PINTURA: REGULAR LATARIA: REGULAR TAPEÇARIA: REGULAR PNEUS: REGULARES **OBSERVAÇÕES:** CAPÔ: PIQUES DE PEDRA/RISCADO PARA-CHOQUE DIANTEIRO: PIQUES DE PEDRA LATERAL TRASEIRA ESQUERDA: PIQUES DE PEDRA/PEQUENO AMASSADO PORTAS DO LADO ESQUERDO: PIQUES DE PEDRA/RISCADAS PARA-LAMA DIANTEIRO ESQUERDO: PIQUES DE PEDRA/RISCADO PODENDO APRESENTAR FALTA DE PARTES, PEÇAS E COMPONENTES PODENDO APRESENTAR FALTA DE FERRAMENTAS OBRIGATÓRIAS E ESTEPE PODENDO CONTER AVARIAS, SINAIS DE FERRUGEM E CORROSÃO CONTÉM RISCOS E PEQUENO AMASSADO CONFORME LOTE EXPOSTO Os bens serão vendidos NO ESTADO em que se encontram, SEM GARANTIA e SEM DIREITO A TROCA. É de inteira responsabilidade do interessado realizar a visitação e vistoria prévia, inclusive a conferência de chassi e número de motor (quando aplicável). A empresa organizadora do leilão e o comitente vendedor não garantem a regularidade mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica ou documental dos itens, nem se responsabilizam por peças, componentes, estruturas, defeitos aparentes ou vícios ocultos. Será de responsabilidade do comprador o pagamento dos débitos de eventuais multas de trânsito, licenciamento, DPVAT (seguro obrigatório) e IPVA relativos ao(s) veículo(s) vendido(s) ainda que anteriores à data do evento. Débitos em aberto: Nada consta. Sujeito a alterações de acordo com os cadastros dos órgãos públicos até a data da transferência do veículo. Não será cobrado nenhum encargo administrativo

Boni 006116

			dos arrematantes sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).
7	R$ 22.000,00	ONIX 1.0MT JOYE - 2017/2018	MARCA: CHEVROLET MODELO: ONIX 10MT JOYE PLACA FINAL: 2 (PR) ANO FAB/MODELO: 2017/2018 DÉBITOS: NADA CONSTA KM ACIMA DE: 86415 COMBUSTÍVEL: FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA) COR: BRANCA PORTAS: 04 **ACESSÓRIOS:** CÂMBIO: MANUAL DIREÇÃO: HIDRÁULICA AR CONDICIONADO: SIM VIDROS: DIANTEIROS ELÉTRICOS E TRASEIROS MANUAIS RODAS: FERRO BANCOS: TECIDO APARELHO DE SOM: NÃO CHAVE DE IGNIÇÃO: SIM **CONDIÇÕES GERAIS:** MOTOR: FUNCIONANDO PINTURA: REGULAR LATARIA: REGULAR TAPEÇARIA: REGULAR PNEUS: REGULARES **OBSERVAÇÕES:** CAPÔ: PIQUES DE PEDRA/RISCADO PARA-CHOQUE DIANTEIRO: PIQUES DE PEDRA/RISCADO PARA-CHOQUE TRASEIRO: PEQUENO AMASSADO/RISCADO LATERAL TRASEIRA ESQUERDA: PIQUES DE PEDRA PORTAS DO LADO ESQUERDO: PIQUES DE PEDRA/RISCADAS PARA-LAMA DIANTEIRO ESQUERDO: PIQUES DE PEDRA/RISCADO TETO: PEQUENO AMASSADO/PINTURA DESCASCANDO VOLANTE: DESGASTADO APRESENTA MARCAS DE CHUVA DE GRANIZO, RISCOS E PEQUENO AMASSADO PODENDO APRESENTAR FALTA DE PARTES, PEÇAS E COMPONENTES PODENDO APRESENTAR FALTA DE FERRAMENTAS OBRIGATÓRIAS E ESTEPE PODENDO CONTER AVARIAS, SINAIS DE FERRUGEM E CORROSÃO CONFORME LOTE EXPOSTO Os bens serão vendidos NO ESTADO em que se encontram, SEM GARANTIA e SEM DIREITO A

30 nº 006117

			TROCA. É de inteira responsabilidade do interessado realizar a visitação e vistoria prévia, inclusive a conferência de chassi e número de motor (quando aplicável). A empresa organizadora do leilão e o comitente vendedor não garantem a regularidade mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica ou documental dos itens, nem se responsabilizam por peças, componentes, estruturas, defeitos aparentes ou vícios ocultos. Será de responsabilidade do comprador o pagamento dos débitos de eventuais multas de trânsito, licenciamento, DPVAT (seguro obrigatório) e IPVA relativos ao(s) veículo(s) vendido(s) ainda que anteriores à data do evento. Débitos em aberto: Nada consta. Sujeito a alterações de acordo com os cadastros dos órgãos públicos até a data da transferência do veículo. Não será cobrado nenhum encargo administrativo dos arrematantes sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).
8	R$ 90.000,00	VAN FORD TRANSIT TCA MIC - 2022/2022	MARCA: FORD MODELO: TRANSIT TCA MIC PLACA FINAL: 4 (PR) ANO FAB/MODELO: 2022/2022 DÉBITOS: NADA CONSTA KM ACIMA DE: 249217 COMBUSTÍVEL: DIESEL COR: BRANCA PORTAS: 04 **ACESSÓRIOS:** CÂMBIO: MANUAL DIREÇÃO: ELÉTRICA AR CONDICIONADO: SIM VIDROS: DIANTEIROS ELÉTRICOS RODAS: FERRO BANCOS: TECIDO APARELHO DE SOM: SIM, ORIGINAL CHAVE DE IGNIÇÃO: SIM **CONDIÇÕES GERAIS:** MOTOR: FUNCIONANDO PINTURA: REGULAR LATARIA: REGULAR TAPEÇARIA: REGULAR PNEUS: REGULARES **OBSERVAÇÕES:** CAPÔ: PEQUENO AMASSADO/PIQUES DE PEDRA/RISCADO PARA-LAMA DIANTEIRO DIREITO: PIQUES DE PEDRA/PEQUENO AMASSADO PORTA DIANTEIRA DIREITA: PIQUES DE PEDRA LATERAL TRASEIRA DIREITA: RISCADA LATERAL TRASEIRA ESQUERDA: PIQUES DE PEDRA/RISCADA

			BANCO DIANTEIRO ESQUERDO: RASGADO VEÍCULO PLOTADO NAS LATERAIS TRASEIRAS E PARTE TRASEIRA APRESENTA RISCOS E PEQUENOS AMASSADOS APRESENTA FALTA DE PARTES, PEÇAS E COMPONENTES PODENDO APRESENTAR FALTA DE FERRAMENTAS OBRIGATÓRIAS E ESTEPE PODENDO CONTER AVARIAS, SINAIS DE FERRUGEM E CORROSÃO CONFORME LOTE EXPOSTO Os bens serão vendidos NO ESTADO em que se encontram, SEM GARANTIA e SEM DIREITO A TROCA. É de inteira responsabilidade do interessado realizar a visitação e vistoria prévia, inclusive a conferência de chassi e número de motor (quando aplicável). A empresa organizadora do leilão e o comitente vendedor não garantem a regularidade mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica ou documental dos itens, nem se responsabilizam por peças, componentes, estruturas, defeitos aparentes ou vícios ocultos. Será de responsabilidade do comprador o pagamento dos débitos de eventuais multas de trânsito, licenciamento, DPVAT (seguro obrigatório) e IPVA relativos ao(s) veículo(s) vendido(s) ainda que anteriores à data do evento. Débitos em aberto: Nada consta. Sujeito a alterações de acordo com os cadastros dos órgãos públicos até a data da transferência do veículo. Não será cobrado nenhum encargo administrativo dos arrematantes sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).
9	R$ 60.000,00	VW CONSTELLATION 15.180 CNM - 2010/2011	MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: 15.180 CNM ANO FAB/MODELO: 2010/2011 PLACA FINAL: 8 (PR) KM ACIMA DE: 31176 COMBUSTÍVEL: DIESEL COR: BRANCA DÉBITOS: NADA CONSTA **ACESSÓRIOS:** CÂMBIO: MANUAL EIXOS: 02 TRAÇÃO: 4X2 CARROCERIA: NÃO POSSUI 1º CARDAN: SIM 2º CARDAN: SIM 1º DIFERENCIAL: SIM TACÓGRAFO: SIM CHAVE DE IGNIÇÃO: SIM **CONDIÇÕES GERAIS:** MOTOR: FUNCIONANDO

Doc: 006119

			BANCOS: RASGADOS TAPEÇARIA: REGULAR PINTURA: REGULAR LATARIA: REGULAR PNEUS: 06 ESTADO DOS PNEUS: RUINS **OBSERVAÇÕES:** CAPÔ: PIQUES DE PEDRA PARA-CHOQUE DIANTEIRO: FOSCO/QUEBRADO FARÓIS: FOSCOS COLUNA LATERAL DIREITA: RISCADA PARA-LAMA DIREITO: FOSCO/RISCADO/PINTURA DESCASCANDO PARA-LAMA ESQUERDO: FOSCO/RISCADO PORTA DIREITA: RISCADA LANTERNAS TRASEIRAS: FALTAM PARTE TRASEIRA DA CABINE: RISCADA PARA-CHOQUE TRASEIRO: FALTA COLUNA LATERAL ESQUERDA: AMASSADA PORTA ESQUERDA: PIQUES DE PEDRA/RISCADA VOLANTE: DESGASTADO BATERIA: SEM CARGA APRESENTA RISCOS E AMASSADOS PODENDO FALTAR FERRAMENTAS OBRIGATÓRIAS E ESTEPE APRESENTA FALTA DE PARTES, PEÇAS E COMPONENTES PODENDO CONTER AVARIAS, PONTOS DE FERRUGEM E CORROSÃO CONFORME LOTE EXPOSTO Os bens serão vendidos NO ESTADO em que se encontram, SEM GARANTIA e SEM DIREITO A TROCA. É de inteira responsabilidade do interessado realizar a visitação e vistoria prévia, inclusive a conferência de chassi e número de motor (quando aplicável). A empresa organizadora do leilão e o comitente vendedor não garantem a regularidade mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica ou documental dos itens, nem se responsabilizam por peças, componentes, estruturas, defeitos aparentes ou vícios ocultos. Será de responsabilidade do comprador o pagamento dos débitos de eventuais multas de trânsito, licenciamento, DPVAT (seguro obrigatório) e IPVA relativos ao(s) veículo(s) vendido(s) ainda que anteriores à data do evento. Débitos em aberto: Nada consta. Sujeito a alterações de acordo com os cadastros dos órgãos públicos até a data da transferência do veículo. Não será cobrado nenhum encargo administrativo dos arrematantes sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).

006120

10	R$ 110.000,00	M.BENZ ATRON 2729 K 6X4 - 2014/2014	MARCA: MERCEDES-BENZ MODELO: ATRON 2729 K 6X4 ANO FAB/MODELO: 2014/2014 PLACA FINAL: 4 (PR) KM: NÃO VISUALIZADA COMBUSTÍVEL: DIESEL COR: BRANCA DÉBITOS: NADA CONSTA **ACESSÓRIOS:** CÂMBIO: MANUAL EIXOS: 03 TRAÇÃO: 6X4 CARROCERIA: METÁLICA BASCULANTE/SOLTA MEDIDAS APROXIMADAS DA CARROCERIA: 5,00 X 2,50 X 0,86 1º CARDAN: SIM 2º CARDAN: SIM 1º DIFERENCIAL: SIM 2º DIFERENCIAL: SIM TACÓGRAFO: SIM **CONDIÇÕES GERAIS:** MOTOR: NÃO TESTADO BANCOS: RASGADOS TAPEÇARIA: REGULAR PINTURA: REGULAR LATARIA: REGULAR PNEUS: 10 ESTADO DOS PNEUS: RUINS/04 TRASEIROS FURADOS **OBSERVAÇÕES:** GRADE: FOSCA CAPÔ: PIQUES DE PEDRA PARA-CHOQUE DIANTEIRO: PIQUES DE PEDRA/PINTURA DESCASCANDO/RISCADO FAROL DIREITO: QUEBRADO PARA-LAMAS: RISCADOS LANTERNAS TRASEIRAS: FALTAM ESTRIBO ESQUERDO: FIBRA QUEBRADA/SOLTO VOLANTE: DESGASTADO BATERIA: FALTA VEÍCULO DESATIVADO EM FUNCIONAMENTO PODENDO FALTAR FERRAMENTAS OBRIGATÓRIAS E ESTEPE APRESENTA FALTA DE PARTES, PEÇAS E COMPONENTES PODENDO CONTER AVARIAS, AMASSADOS, PONTOS DE FERRUGEM E CORROSÃO CONFORME LOTE EXPOSTO Os bens serão vendidos NO ESTADO em que se encontram, SEM GARANTIA e SEM DIREITO A TROCA. É de inteira responsabilidade do interessado realizar a visitação e vistoria prévia, inclusive a conferência de chassi e número de motor (quando

000121

			aplicável). A empresa organizadora do leilão e o comitente vendedor não garantem a regularidade mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica ou documental dos itens, nem se responsabilizam por peças, componentes, estruturas, defeitos aparentes ou vícios ocultos. Será de responsabilidade do comprador o pagamento dos débitos de eventuais multas de trânsito, licenciamento, DPVAT (seguro obrigatório) e IPVA relativos ao(s) veículo(s) vendido(s) ainda que anteriores à data do evento. Débitos em aberto: Nada consta. Sujeito a alterações de acordo com os cadastros dos órgãos públicos até a data da transferência do veículo. Não será cobrado nenhum encargo administrativo dos arrematantes sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).
11	R$ 100,00	TRATOR CORTADOR DE GRAMA - 2008	MARCA: TRAPP MODELO: MURRAY SELECT SÉRIE: 42L15G60X8A ANO: 2008 **OBSERVAÇÕES:** PNEUS TRASEIROS: REGULARES PNEUS DIANTEIROS: RUINS CAPÔ: SOLTO CARRENAGEM DA LÂMINA: QUEBRADA PINTURA: RUIM APRESENTA FERRUGEM, CORROSÃO E AMASSADOS PODENDO FALTAR PARTES, PEÇAS E COMPONENTES PODENDO CONTER AVARIAS CONFORME LOTE EXPOSTO Os bens serão vendidos NO ESTADO em que se encontram, SEM GARANTIA e SEM DIREITO A TROCA. É de inteira responsabilidade do interessado realizar a visitação e vistoria prévia, inclusive a conferência de chassi e número de motor (quando aplicável). A empresa organizadora do leilão e o comitente vendedor não garantem a regularidade mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica ou documental dos itens, nem se responsabilizam por peças, componentes, estruturas, defeitos aparentes ou vícios ocultos. Não será cobrado nenhum encargo administrativo dos arrematantes sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).
12	R$ 5.000,00	POLIQUINDASTE SIMPLES (ENTULHO)	MARCA: LIBRELATO MEDIDAS APROXIMADAS: 4 X 2.5 X 0.20 **OBSERVAÇÕES:** COM BRAÇOS ARTICULADOS COM 02 PISTÕES HIDRÁULICOS EM CIMA DA CARROCERIA E 02 PISTÕES NA PARTE TRASEIRA

Doc. 00122

			CHASSI: ACOMPANHA ALGUNS COMANDO MANUAIS HIDRÁULICOS MANGUEIRAS: ACOMPANHAM LANTERNAS TRASEIRAS: QUEBRADAS PODENDO FALTAR PARTES, PEÇAS E COMPONENTES PODENDO CONTER AVARIAS, AMASSADOS E PONTOS DE FERRUGEM CONFORME LOTE EXPOSTO Os bens serão vendidos NO ESTADO em que se encontram, SEM GARANTIA e SEM DIREITO A TROCA. É de inteira responsabilidade do interessado realizar a visitação e vistoria prévia, inclusive a conferência de chassi e número de motor (quando aplicável). A empresa organizadora do leilão e o comitente vendedor não garantem a regularidade mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica ou documental dos itens, nem se responsabilizam por peças, componentes, estruturas, defeitos aparentes ou vícios ocultos. Não será cobrado nenhum encargo administrativo dos arrematantes sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).
13	R$ 1.200,00	SUCATAS FERROS DIVERSOS	**CONTENDO:** PARTES DE PARQUINHO INFANTIL ESTRUTURA DE FERRO DISTRIBUIDOR DE RESÍDUOS CAPA PÉ DE CARNEIRO PARA ROLO COMPACTADOR 01 CARRETINHA DE FERRO COM EIXO SIMPLES E 02 PNEUS REGULARES ENTRE OUTROS **OBSERVAÇÕES:** ITENS EM ESTADO DE SUCATA PODENDO FALTAR PARTES, PEÇAS E COMPONENTES PODENDO CONTER AVARIAS, AMASSADOS E PONTOS DE FERRUGEM CONFORME LOTE EXPOSTO Os bens serão vendidos NO ESTADO em que se encontram, SEM GARANTIA e SEM DIREITO A TROCA. É de inteira responsabilidade do interessado realizar a visitação e vistoria prévia, inclusive a conferência de chassi e número de motor (quando aplicável). A empresa organizadora do leilão e o comitente vendedor não garantem a regularidade mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica ou documental dos itens, nem se responsabilizam por peças, componentes, estruturas, defeitos aparentes ou vícios ocultos. Não será cobrado nenhum encargo administrativo dos arrematantes sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).

14	R$ 1.000,00	MAQUINAS DE COSTURA	CONTENDO 10 MÁQUINAS DE COSTURA DE MARCAS VARIADAS, ENTRE: LANMAX, SINGER, SUNSTAR, SANSEI, YAMATA, LUKI, SILVERSTAR E SIRUBA **OBSERVAÇÕES:** MÁQUINAS EM REGULAR ESTADO DE CONSERVAÇÃO PODENDO FALTAR PARTES, PEÇAS E COMPONENTES PODENDO CONTER AVARIAS, AMASSADOS E PONTOS DE FERRUGEM CONFORME LOTE EXPOSTO Os bens serão vendidos NO ESTADO em que se encontram, SEM GARANTIA e SEM DIREITO A TROCA. É de inteira responsabilidade do interessado realizar a visitação e vistoria prévia, inclusive a conferência de chassi e número de motor (quando aplicável). A empresa organizadora do leilão e o comitente vendedor não garantem a regularidade mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica ou documental dos itens, nem se responsabilizam por peças, componentes, estruturas, defeitos aparentes ou vícios ocultos. Não será cobrado nenhum encargo administrativo dos arrematantes sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).
15	R$ 1.000,00	EQUIPAMENTOS PANIFICAÇÃO	**SENDO:** 01 BATEDEIRA PLANETÁRIA DA MARCA MB BRAESI BP12 01 BATEDEIRA PLANETÁRIA DA MARCA VENANCIO VBP05 01 BATEDEIRA PLANETÁRIA DA MARCA MANÁ **OBSERVAÇÕES:** PODENDO FALTAR PARTES, PEÇAS E COMPONENTES PODENDO CONTER AVARIAS, AMASSADOS E PONTOS DE FERRUGEM CONFORME LOTE EXPOSTO Os bens serão vendidos NO ESTADO em que se encontram, SEM GARANTIA e SEM DIREITO A TROCA. É de inteira responsabilidade do interessado realizar a visitação e vistoria prévia, inclusive a conferência de chassi e número de motor (quando aplicável). A empresa organizadora do leilão e o comitente vendedor não garantem a regularidade mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica ou documental dos itens, nem se responsabilizam por peças, componentes, estruturas, defeitos aparentes ou vícios ocultos. Não será cobrado nenhum encargo administrativo dos arrematantes sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).

Boni 006124

16	R$ 1.000,00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES	**CONTENDO:** AUTOCLAVES ENTRE OUTROS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES **OBSERVAÇÕES:** ITENS EM ESTADO DE SUCATA PODENDO FALTAR PARTES, PEÇAS E COMPONENTES PODENDO CONTER AVARIAS, AMASSADOS E PONTOS DE FERRUGEM CONFORME LOTE EXPOSTO Os bens serão vendidos NO ESTADO em que se encontram, SEM GARANTIA e SEM DIREITO A TROCA. É de inteira responsabilidade do interessado realizar a visitação e vistoria prévia, inclusive a conferência de chassi e número de motor (quando aplicável). A empresa organizadora do leilão e o comitente vendedor não garantem a regularidade mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica ou documental dos itens, nem se responsabilizam por peças, componentes, estruturas, defeitos aparentes ou vícios ocultos. Não será cobrado nenhum encargo administrativo dos arrematantes sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).
17	R$ 5.000,00	ESTRUTURA DE MADEIRA DO TIPO (GALPÃO)	**CONTENDO:** 01 GALPÃO EM PÉ DE APROXIMADAMENTE 11 x 11 01 GALPÃO JÁ DESMONTADO, CONTENDO APROXIMADAMENTE 25M³ DE MADEIRA MADEIRAS DIVERSAS **OBSERVAÇÕES:** O LOTE É COMPOSTO APENAS PELA MADEIRA, DEMAIS ITENS (COMO RODAS, PNEUS E OUTROS EQUIPAMENTOS) QUE APARECEM NAS FOTOGRAFIAS NÃO ACOMPANHAM CABE AO ARREMATANTE A DESMONTAGEM E A RETIRADA DO LOTE NO LOCAL CONFORME O LOTE EXPOSTO PODENDO FALTAR PARTES E PEÇAS PODENDO CONTER AVARIAS CONFORME LOTE EXPOSTO Os bens serão vendidos NO ESTADO em que se encontram, SEM GARANTIA e SEM DIREITO A TROCA. É de inteira responsabilidade do interessado realizar a visitação e vistoria prévia, inclusive a conferência de chassi e número de motor (quando aplicável). A empresa organizadora do leilão e o comitente vendedor não garantem a regularidade mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica ou documental dos itens, nem se responsabilizam por peças, componentes, estruturas, defeitos aparentes ou vícios ocultos.

			Não será cobrado nenhum encargo administrativo dos arrematantes sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).
18	R$ 10.000,00	ESTRUTURA PRÉ MOLDADO	**SENDO:** BARRACÃO DE ESTRUTURA PRÉ MOLDADO MEDINDO APROXIMADAMENTE 40 x 20 COM PILARES E VIGAS DE CONCRETO ARMADO TERÇAS METÁLICAS SENDO UM TOTAL DE: 18 PILARES E 18 VIGAS TELHADO DE FIBROCIMENTO DANIFICADO **OBSERVAÇÃO:** VENDIDO NO ESTADO DE CONSTRUÇÃO EM PÉ CABE AO ARREMATANTE A DESMONTAGEM E A RETIRADA DO LOTE NO LOCAL PODENDO FALTAR PARTES, PEÇAS E COMPONENTES PODENDO CONTER AVARIAS CONFORME LOTE EXPOSTO Os bens serão vendidos NO ESTADO em que se encontram, SEM GARANTIA e SEM DIREITO A TROCA. É de inteira responsabilidade do interessado realizar a visitação e vistoria prévia, inclusive a conferência de chassi e número de motor (quando aplicável). A empresa organizadora do leilão e o comitente vendedor não garantem a regularidade mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica ou documental dos itens, nem se responsabilizam por peças, componentes, estruturas, defeitos aparentes ou vícios ocultos. Não será cobrado nenhum encargo administrativo dos arrematantes sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).

000126

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 178/2026
LEILÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

1. ORGÃO INTERESSADO:

1.1. Secretaria Municipal de Administração, Secretária Municipal de Indústria Comércio e Turismo, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Serviços Rodoviários, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria da Mulher e da Família.

2. OBJETO:

2.1. Alienação de bens móveis inservíveis do município de Planalto-PR, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a Portaria nº 304 de 2025, conforme Termo de Referência e Edital;

3. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA:

3.1. Marcelo Felipe Schmitt, Marlise Diefembach, Marli Salete Dieckel de Lima, Leonir Bianchi, Michel Junior Diesel, Angela Regina Garcia Caneppa, Lizandra Cristina Boni, Dione Junior Helfer, Gilmar da Silva, Monica Andreia Back e Simone Raquel Baldissera Dresch.

4. DA MODALIDADE:

4.1. O presente leilão deverá realizar-se nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, e demais legislações correlatas.

4.2. A Licitação será na modalidade LEILÃO e forma ELETRÔNICA, através da plataforma de transação via web, oriunda do Contrato nº 296/2025 da Concorrência Eletrônica nº 004/2025.

4.3. Conforme Portaria 304/2025, designa como Leiloeiro do Município de Planalto-PR, o Sr. AMAURI MACHADO DE MELLO.

4.4. A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente no âmbito das contratações públicas.

4.5. Todavia, no caso específico dos procedimentos de leilão previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, não se mostra possível a aplicação das disposições da referida Lei Complementar.

4.6. Contudo, em seu artigo 49, inciso III, a referida Lei Complementar dispõe expressamente que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não se aplica quando não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

4.7. Isso porque o leilão tem natureza distinta das licitações comuns, destinando-se à

alienação de bens móveis, imóveis ou produtos legalmente apreendidos ou penhorados, observando o critério de maior lance ou oferta, conforme art. 6º, inciso XL, e art. 28, inciso IV, da Lei 14.133/2021.

4.8. Portanto, a adoção do tratamento diferenciado previsto na LC nº 123/2006 – como preferência de contratação, empate ficto ou reserva de cota – não se aplica aos leilões, uma vez que não há disputa por menor preço ou condições contratuais, mas sim pela maior proposta apresentada, o que inviabiliza tecnicamente a aplicação das prerrogativas concedidas a microempresas e empresas de pequeno porte.

4.9. Dessa forma, fundamenta-se a presente justificativa pela inaplicabilidade da Lei Complementar nº 123/2006 aos leilões, em estrita observância ao princípio da legalidade administrativa e à natureza própria deste procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

4.10. A realização de novo Leilão Eletrônico de Bens Móveis Inservíveis tem por objetivo dar continuidade à alienação de bens públicos considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis, conforme previsto no art. 76, inciso II, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a venda de bens móveis por meio de leilão.

5. DA JUSTIFICATIVA:

5.1. A administração pública adquire bens móveis permanentes, que são utilizados no desenvolvimento de suas atividades, bem como na prestação de serviços públicos à população. Com o decurso do tempo, referidos bens deixam de ser úteis ao órgão possuidor, tornando-se inservíveis, denominação genérica atribuída aos bens caracterizados como ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis. Por não mais servirem a finalidade para qual foram adquiridos, não há motivo para que tais bens permaneçam integrados ao patrimônio público, razão pela qual ocorre o desfazimento destes bens, que tem por objetivo principal angariar recursos para a aquisição de novos bens permanentes; bem como se justifica pela redução de custos administrativos para manutenção dos mesmos no acervo patrimonial.

5.2. Cabe ainda elucidar que, bens inservíveis para a administração, são aqueles de que a Administração Pública não mais necessita, ou seja, não tem mais utilidade para o Município, mas que tem ou poderão ter utilidade para particulares, razão por que serão alienados, o que significa que bens inservíveis, no contexto da Lei nº 14.133/21, não são bens imprestáveis, mas sim desnecessários para um ente determinado, qual seja, a Administração Pública.

5.3. Assim, os bens arrolados a baixo, foram considerados/declarados inservíveis ou em desuso pelas respectivas Secretarias Municipais, logo, é plenamente cabível a realização de leilão público para a sua alienação.

5.4. O Município não possui espaços adequados para recebimento e armazenamento de bens permanentes, sendo que, alguns encontram-se no Pátio da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, ocupando espaços e se tornando criadouros de insetos vindo a prejudicar os moradores próximos.

6. DA ESPECIFICAÇÃO DOS BENS:

LOTE	DESCRIÇÃO DO BEM	LANCE INICIAL
1	**FIAT/PALIO FIRE FLEX - Placas:AZP-2540** - Branca - ALCOOL/GASOLINA - Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL - Ano/Modelo:2015/2016 - Chassi: 9BD17122ZF7536964 - Renavam: 01048662206 - Categoria: Oficial - Vigente (Em Circulação) - Ar condicionado - Direção hidráulica - Veículo em regular estado de conservação - Funcionando - Podendo conter avarias	R$ 12.000,00
2	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXK-3198** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2013/2013 – Chassi: 9BD15844AD6873158 – Renavam: 00569246377 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Ar condicionado – Direção Hidráulica – Veiculo em regular estado de Conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 10.000,00
3	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXH-7245** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2013/2013 - Chassi: 9BD15844AD6867047 – Renavam: 00565331280 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Ar Condicionado – Veiculo em regular estado de Conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 9.000,00
4	**FIAT/UNO MILLE WAY ECON – PLACA:AXO-2239** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2013/2013 – Chassi: 9BD15844AD6883532 – Renavam: 00586768289 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Ar Condicionado – Veiculo em regular estado de Conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 9.000,00
5	**HYUNDAI/HB20S10TA PLATIN – PLACA:RHK7C19** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO / AUTOMOVEL – Ano/Modelo:2021/2022 – Chassi: 9BHCP41BBNP243369 – Renavam: 01276410015 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Veiculo em bom estado de conservação – Funcionando- transmissão automática – Podendo conter avarias	R$ 35.000,00
6	**CHEVROLET/SPIN 1.8L AT PREMIER – PLACA:RHV5H11** – Branca- ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO/AUTOMOVEL/7lugares – Ano/modelo:2022/2022 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) - Veiculo em regular estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 35.000,00

7	**CREVROLET/ONIX 1.0MT JOYE – PLACA:BBT6362** – Branca – ALCOOL/GASOLINA – Espécie: PASSAGEIRO/AUTOMOVEL – Ano/modelo: 2017/2018 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) - Veiculo em regular estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 22.000,00
8	**/FORD TRANSIT TCA MIC – PLACA:SDV8A54** – Branca – Diesel – Potencia: 170CV - Espécie: PASSAGEIRO / MICROONIBUS – Ano/Modelo:2022/2022 – Chassi: WF0GTTBE0NU001937 – Renavam: 01321292624 – Categoria: Oficial – Vigente (Em Circulação) – Lotação: 16P – Veiculo em bom estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias	R$ 90.000,00
9	**VW/CONSTELLATION 15.180 CNM – PLACA: MGV-4828** – Branca – Diesel – 4X2 – Espécie: CARGA/ 3 LUGARES/CARROC ABERTA – Ano/Modelo: 2010/2011 – Chassi: 953468235BR107626 - Renavam: 249976749 – Categoria: Particular – Vigente (Em Circulação) – Veiculo em regular estado de conservação – Funcionando – Podendo conter avarias externas e mecânicas	R$ 60.000,00
10	**M.BENZ/ATRON 2729 K 6X4 – PLACA: AYG-6964** – Branca – Diesel – Capacidade: 23T/286CV – Espécie: CARGA/CAMINHAO/BASCULANTE – Ano/Modelo: 2014/2014 – Chassi: 9BM693388EB954917 – Renavam: 01004619445 – Categoria: Oficial- Vigente (Em Circulação) – Veiculo em regular estado de conservação – Ar Condicionado - Funcionando – Podendo conter avarias externas e mecânicas	R$ 110.000,00
11	**TRATOR CORTADOR DE GRAMA** – Marca: TRAPP – Modelo: MURRAY SELECT – 42L15G60X8A – Ano: 2008 – Em mau estado de conservação – Podendo conter avarias	R$ 100,00
12	**POLIQUINDASTE SIMPLES (ENTULHO)** – Equipamento usado – Em funcionamento – Podendo conter avarias – Marca: LIBRELATO	R$ 5.000,00
13	**LOTE SUCATAS – TIPO: DIVERSOS** – Sucatas ferros diversos do tipo: parquinhos infantis, portões, distribuidor de resíduos, capa pé de carneiro de rolo compactador	R$ 1.200,00
14	**LOTE MAQUINAS DE COSTURA** – 11 Unidades – Marcas diversas – Lanmax, Singer, Sunstar, Sansei, Yamata, Luki, Silverstar, Siruba – Em regular estado de conservação – Podendo conter avarias	R$ 1.000,00
15	**EQUIPAMENTOS PANIFICAÇÃO** – Batedeira planetária MB BRAESI BP12 – Batedeira planetária Venancio VBP05 – Batedeira planetária MANÁ	R$ 1.000,00

16	**EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES** – Lote com itens variados – Podendo apresentar falta de partes, peças e componentes – Podendo apresentar avarias	R$ 1.000,00
17	**ESTRUTURA DE MADEIRA DO TIPO (GALPÃO)** – Vendida no estado que se encontra – Sendo 1 galpão em pé de aproximadamente 11x11 e 1 galpão já desmontado – Sendo um total aproximado de 25m³ de madeira -madeiras diversas – cabe ao arrematante a desmontagem e retirada do lote	R$ 5.000,00
18	**ESTRUTURA PRÉ MOLDADO** – Barracão de Estrutura pré moldado – Medindo aproximadamente 40x20 – Com pilares e Vigas de concreto armado – Terças Metálicas – Sendo um total de: 18 PILARES – 18 VIGAS – Telhado de fibrocimento danificado – Vendido no estado de construção em pé – Podendo conter avarias – Cabe ao arrematante a desmontagem e retirado do lote	R$ 10.000,00
	TOTAL:	**R$ 416.300,00**

7. DOS BENS E DA VISITAÇÃO:

7.1. Os bens apregoados estão relacionados no **ANEXO I - RELAÇÃO DOS ITENS** e serão vendidos no estado de conservação em que se encontram e sem garantia, reservando-se ao Município de Planalto-PR, o direito de liberá-los, ou não, a quem maior lance oferecer bem como retirar, desdobrar ou reunir os bens em lotes, de acordo com o seu critério ou necessidade, por intermédio do servidor municipal designado.

7.2. As fotos divulgadas nas plataformas contratadas são meramente ilustrativas, não servindo de parâmetro para demonstrar o estado dos bens ou influenciar a decisão de oferta de lances para arrematação de bens.

7.3. Ao participar do certame, o interessado declara ter pleno conhecimento do presente edital, sendo de sua responsabilidade a vistoria prévia dos lotes, isentando o Planalto-PR e a Eckert Tecnologia E Assessoria Ltda. e a Superbid Exchange por eventuais vícios existentes no bem adquirido.

7.4. Quando se tratar de lotes de sucata, estrutura de madeira/pré-moldado e ferro velho, os bens constantes em cada lote serão apregoados em quantidades aproximadas, sendo possível margem de até 20% (vinte por cento) para mais ou para menos na quantidade dos referidos bens, sem que seja devido qualquer pagamento adicional e/ou reembolso do valor pago.

7.5. Os bens, objeto do presente leilão, poderão ser vistoriados e examinados entre os dias **19/10/2026 à 25/11/2026,** de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08h00 às 11h00 e das 14h00 às 16h00.

7.6. Tendo em vista que os itens objetos do presente leilão encontram-se depositados em locais distintos, os interessados na vistoria e exame dos referidos itens, devem entrar em contato com o responsável Sr. Jean Rafael Paulus Novello, para agendamento e posterior acompanhamento do servidor municipal do Município de Planalto-PR, responsável para a

006131

vistoria, pelo telefone (46)99922-4099, ou através do e-mail jeannovello3@gmail.com, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

7.7. É de responsabilidade dos interessados o deslocamento até o local onde estão depositados os bens para vistoria.

7.8. Para maiores informações, entrar em contato com o Setor de Licitação através do Telefone (46) 3555-8100 ou através do e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br.

8. DO VALOR:

8.1. Os bens serão vendidos em lotes, tendo como valor de avaliação, conforme TERMO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, realizado pela Comissão de Avaliação de Bens Móveis nomeada pela Portaria nº 486/2026, instituída pelo Município de Planalto-Pr.

8.2. Valor mínimo estimado, valor de lance inicial será conforme definido no Termo de Avaliação.

8.3. De acordo com a Avaliação dos bens, chegou-se ao valor de lance inicial dos bens móveis inservíveis, totalizando **R$ 416.300,00 (quatrocentos e dezesseis mil e trezentos reais).**

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE:

9.1. Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e impostos incidentes sobre os bens arrematados, sendo que as plataformas contratadas não tem qualquer responsabilidade pela entrega do(s) bem(s) arrematado(s) ao(s) arrematante(s).

9.2. Após 10 (dez) dias úteis a contar da data da efetivação do pagamento (crédito/compensação de remessa em conta corrente) do valor do lance ofertado, o(s) bem(ns), será(ão) disponibilizado(s) pelo Município de Planalto-PR, para ser (em) retirado(s) pelo(s) arrematante(s)/ procurador(es), mediante a entrega de Procuração com firma reconhecida, se for o caso.

9.3. Para efetuar a retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR, cujo contato será oportunamente informado.

9.4. No ato da retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá conferir o(s) referido(s) lote(s) (natureza, quantidade, estado ou condições em que o(s) mesmo(s) estiver (em). Sendo constatada qualquer divergência e/ou irregularidade, o fato deverá ser imediatamente informado, por escrito, ao Município de Planalto-PR, ficando a retirada suspensa até que estejam solucionadas as eventuais dúvidas existentes.

9.5. Não poderá o arrematante alegar qualquer irregularidade e/ou divergência após a remoção do(s) bem(ns).

9.6. O arrematante deverá descaracterizar toda e qualquer identificação do Município de Planalto-PR, constante do bem arrematado.

9.7. Na retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá respeitar e cumprir todas as normas internas de segurança estabelecidas pelo Município de Planalto-PR no

Doc 006132

que se refere à utilização de veículo apropriado, pessoal devidamente identificado e portando todos os equipamentos obrigatórios de segurança estabelecidos pela legislação em vigor, não cabendo ao Município de Planalto-PR, qualquer responsabilidade por acidentes que venham a ocorrer durante e em função das operações de carregamento e retirada.

9.8. Se o(s) bem(ns) arrematado(s) não for(em) retirado(s) no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de liberação de retirada, será cobrada pela guarda do(s) mesmo(s) uma taxa de 1% (um por cento)/dia, calculada sobre o valor da arrematação. Findo o prazo de trinta dias úteis contados da data agendada para a retirada dos bens, os valores pagos pela arrematação serão revertidos para o município de Planalto-PR não cabendo ao arrematante qualquer indenização ou devolução da quantia paga em leilão inclusive encargos administrativos.

9.9. Após 10 (dez) dias a contar da data da efetivação do pagamento (crédito/compensação de remessa em conta corrente) do valor do lance ofertado, os veículos arrematados e a respectiva documentação de transferência (DUT) serão disponibilizados pelo Município de Planalto-PR para serem retirados pelo(s) arrematante(s)/ procurador(es) mediante o fornecimento de cópia da Cédula de Identidade, CPF e Carteira Nacional de Habilitação, no caso de Pessoa Física, e Contrato Social ou Estatuto Social acompanhado de Ata de Eleição da Diretoria, no caso de Pessoa Jurídica, bem como de Procuração com firma reconhecida, se o caso.

9.10. A disponibilização dos veículos e respectiva documentação, no prazo acima estabelecido, fica condicionada à comprovação, pelos arrematantes, da quitação da integralidade dos débitos que eventualmente recaiam sobre os veículos arrematados.

9.11. Para efetuar a retirada do(s) veículo(s) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR cujo contato será oportunamente informado.

9.12. Correrão por conta dos arrematantes todas as despesas de transferência do(s) veículo(s) para o seu nome, inclusive despesas com serviços de terceiros, despachantes, taxas, vistorias e quaisquer outras necessárias, como emissão de segunda via de documentos, mesmo que decorrentes da indisponibilidade, perda ou extravio do DUT na Prefeitura.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

10.1. Fornecer à licitante todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital.

10.2. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela arrematante.

10.3. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à ARREMATANTE quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

10.4. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATANTE

Doc 006133

com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.

10.5. A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares, pessoas naturais vinculadas à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas no inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

10.6. Será de responsabilidade do município o pagamento dos débitos de eventuais multas de trânsito e débitos de IPVA relativos do período ainda que anterior a data do leilão. Débitos em aberto: Sujeito a alterações de acordo com os cadastros dos órgãos públicos até a data da transferência do veículo.

11. DA RETIRADA DOS BENS:

11.1. Para efetuar a retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR, cujo contato será oportunamente informado.

11.2. No ato da retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá conferir o(s) referido(s) lote(s) (natureza, quantidade, estado ou condições em que o(s) mesmo(s) estiver (em)). Sendo constatada qualquer divergência e/ou irregularidade, o fato deverá ser imediatamente informado, por escrito, ao Município de Planalto-PR, ficando a retirada suspensa até que estejam solucionadas as eventuais dúvidas existentes.

11.3. Não poderá o arrematante alegar qualquer irregularidade e/ou divergência após a remoção do(s) bem(ns).

11.4. O arrematante deverá descaracterizar toda e qualquer identificação do Município de Planalto-PR, constante do bem arrematado.

11.5. Na retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá respeitar e cumprir todas as normas internas de segurança estabelecidas pelo Município de Planalto-PR no que se refere à utilização de veículo apropriado, pessoal devidamente identificado e portando todos os equipamentos obrigatórios de segurança estabelecidos pela legislação em vigor, não cabendo ao Município de Planalto-PR, qualquer responsabilidade por acidentes que venham a ocorrer durante e em função das operações de carregamento e retirada.

11.6. Se o(s) bem(ns) arrematado(s) não for(em) retirado(s) no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de liberação de retirada, será cobrada pela guarda do(s) mesmo(s) uma taxa de 1% (um por cento)/dia, calculada sobre o valor da arrematação. Findo o prazo de trinta dias úteis contados da data agendada para a retirada dos bens, os valores pagos pela arrematação serão revertidos para o município de Planalto-PR não cabendo ao arrematante qualquer indenização ou devolução da quantia paga em leilão inclusive encargos administrativos.

11.7. O arrematante assumirá o risco no carregamento e transporte dos bens arrematados, bem como as despesas decorrentes de sua retirada, assim como a verificação da necessidade de óleo lubrificante e de combustível dos veículos e máquinas arrematados.

11.8. Uma vez retirado o bem do pátio/depósito não serão aceitas devoluções, reembolsos, trocas e/ou compensações de qualquer natureza, muito menos qualquer tipo de reclamação com relação a qualidade do bem arrematado.

11.9. Ao arrematante caberá, as suas próprias expensas, inclusive em caso de judicialização, o direito de petição perante o órgão ou instancia administrativa ou judicial notificada, em virtude da informação da arrematação.

11.10. Para efetuar a retirada do(s) veículo(s) arrematado(s) e demais objetos, o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Planalto-PR com o responsável Sr. Jean Rafael Paulus Novello, para agendamento e posterior acompanhamento do servidor municipal do Município de Planalto-PR, responsável para a retirada dos bens, pelo telefone (46)99922-4099, ou através do e-mail jeannovello3@gmail.com.

12. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

12.1. O Período de recebimento dos lances será das 10 horas do dia **19 de outubro de 2026** até às 10 horas do dia **25 de novembro de 2026**, por meio das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net). Art. 55 - Lei Federal n. 14.133/2021.

12.2. A Sessão de Disputa de Preços (lances) será a partir das 10 horas do dia **25 de novembro de 2026**, através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).Os interessados em participar do leilão, deverão realizar o credenciamento através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

12.3. Os interessados em participar do leilão, deverão realizar o credenciamento através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

12.4. Poderão participar do leilão pessoas físicas devidamente cadastradas em situação regular no cadastro de pessoa física – CPF, devendo apresentar documento de identificação pessoal com foto e comprovante de endereço.

12.5. Poderão participar do leilão pessoas jurídicas devidamente constituídas e inscritas no CNPJ, devendo ser representada por sócio administrador, o qual deverá apresentar cópia autenticada do contrato social e alterações se houver, ou por meio de procurador, desde que apresente instrumento de procuração com finalidade específica de participação no leilão, com firma reconhecida e apresente, igualmente, cópia autenticada do contrato social e alterações se houver.

12.6. A participação no Leilão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação do login e senha privativa do interessado, cabendo a ele a responsabilidade por qualquer transação efetuada, inclusive as realizadas por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

12.7. Após a efetivação do lance, não é permitida a alteração de dados cadastrais para o

respectivo leilão objeto do presente edital.

12.8. Será admitida a oferta de lances por meio do sítio eletrônico plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

12.9. Para tanto os interessados deverão se cadastrar previamente, observando as regras estabelecidas e aceitando as condições de venda previstas para o certame.

12.10. A oferta de lances, implica de forma automática e irrevogável a aceitação de todas as condições previstas no presente edital, não podendo alegar desconhecimento.

12.11. Os lances recebidos poderão ser cobertos por lance imediatamente superior, conforme incremento e temporização mínima definido pelo leiloeiro durante o leilão, podendo ambos sofrerem alterações durante o ato, para eventual cobertura. Não havendo lance superior, o sistema/leiloeiro encerrará a contagem e será definido o arrematante.

12.12. Encerrada a regressiva, sem que haja novos lances, constará no sistema a informação de lote "arrematado", sendo considerado como vendido, com registro na plataforma sem possibilidade de reabertura.

12.13. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do interessado ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Leilão Eletrônico.

12.14. Durante a realização do leilão fica proibida a cessão, a qualquer título, dos direitos adquiridos pelo arrematante. Uma vez ofertado e aceito o lance, será irretratável e irrevogável, não se admitindo a sua desistência, sob pena de aplicação de multa e proibição de participação em outros leilões do mesmo leiloeiro.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO:

13.1. Não sendo realizado o pagamento pelo arrematante, facultar-se-á ao Leiloeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 9, o Leiloeiro, observado o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado o bem ou desde que maior que o mínimo estipulado pelo Município para arrematação, poderá:

13.2.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que abaixo do preço do arrematante vencedor;

13.2.2. Aceitar as condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.3. O arrematante deverá efetuar o pagamento dos valores devidos pela arrematação dos bens através de sua Conta Digital Superbid Pay em até 03 (três) dias úteis a contar do encerramento do leilão.

13.3.1. O arrematante deverá acessar a seção "Minhas Compras" da Superbid Exchange, clicar no botão "Continuar para Pagamento" e selecionar, na tela seguinte, a Forma de Pagamento de sua preferência (Utilizar Saldo Superbid Pay, Boleto Bancário, Transferência Bancária ou via PIX, conforme disponível).

13.3.2. O arrematante poderá utilizar saldo previamente disponível em sua Conta Digital Superbid Pay para pagar os valores devidos pela arrematação, sendo que caso o saldo na Conta Digital Superbid Pay seja insuficiente para pagamento dos valores devidos pela arrematação, o arrematante deverá complementá-lo pagando um boleto bancário no valor da diferença.

13.3.3. A Superbid Exchange disponibiliza acesso a uma conta de pagamento na modalidade pré-paga, de titularidade única e exclusiva do usuário, a qual é utilizada para realizar os pagamentos devidos ("Conta Digital Superbid Pay").

13.3.4. A Conta Digital Superbid Pay é emitida e gerenciada pela Superbid Pay, Instituição de Pagamento Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.084.163/0001-84 ("Superbid Pay").

13.3.5. O usuário poderá aportar recursos em reais na sua Conta Digital Superbid Pay, independentemente da realização de compras na Superbid Exchange. Para tanto, deverá acessar a seção "Minha Conta" da Superbid Exchange, clicar no botão "Adicionar Dinheiro" dentro da seção "Conta Digital" e selecionar uma das formas disponíveis: (i) Boleto Bancário ou (ii) Transferência Bancária.

13.4. Não será aceito pagamento via depósito bancário em espécie ou cheque.

13.5. Não é necessário o envio dos boletos bancários para comprovação dos pagamentos efetuados.

13.6. O ICMS, quando devido, deverá ser pago diretamente pelo(s) arrematante(s), o(s) qual(is) deverá(ão) apresentar ao Município de Planalto-PR a guia comprobatória do recolhimento, para liberação do bem arrematado.

13.7. O pagamento dos valores devidos à empresa contratada "Eckert Tecnologia e Assessoria LTDA" será por parte deste Município, e se darão na forma prevista conforme Contrato nº 296/2025 da Concorrência Eletrônica nº 004/2025.

13.8. Caso o arrematante não pague o preço do bem arrematado no prazo de 03 (três) dias úteis, a arrematação ficará cancelada. Fica facultado à administração Municipal conceder novo prazo para efetivação do pagamento, mediante interesse público.

14. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

14.1. O objeto será parcelado em lotes, considerando as características, natureza, estado de conservação e valor de avaliação dos bens móveis inservíveis. O parcelamento permite que os interessados participem individualmente dos lotes de seu interesse, ampliando a competitividade e a possibilidade de obtenção de melhores resultados para o Município. A medida também evita o agrupamento indevido de bens de naturezas distintas, estando em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Uma vez aceitas as regras estabelecidas neste edital, o usuário autoriza o respectivo registro perante Cartório de Registro de Títulos e Documentos, para que produza todos os efeitos legais.

15.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-

se o do vencimento, observadas as disposições contidas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.3. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.4. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente edital.

15.5. Correrão por conta e risco da arrematante todas as despesas, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da arrematação.

15.6. Os licitantes responderão pela veracidade dos dados e declarações por elas fornecidas, sob as penas da lei.

15.7. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão.

15.8. A apresentação da proposta implicará a aceitação das regras do presente edital por parte do licitante.

15.9. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente este edital e seus anexos, além de todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

15.10. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, além da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

15.11. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

15.12. Para as questões que se suscitarem entre os eventuais interessados e a Administração Municipal de Planalto-PR, na interpretação das cláusulas do presente edital e que não forem resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Capanema-PR, para a solução judicial, desistindo os interessados de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.13. O resultado desta licitação será lavrado em ata eletrônica, a qual ficará disponível no Portal da Transparência/Licitações **www.planalto.pr.gov.br/licitacoes**.

15.14. As omissões do presente edital serão preenchidas pelos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Planalto - PR, 09 de setembro de 2026.

Angela Regina Garcia Caneppa
Secretária Municipal de Saúde

Dione Junior Helfer
Secretário Municipal de Cultura

Doc 006138

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Esportes

Leonir Bianchi
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Lizandra Cristina Boni
Secretária Municipal de Assistência Social

Marli Salete Dieckel de Lima
Secretária Municipal de Educação

Marlise Diefembach
Secretária Municipal de Industria, Comercio e Turismo

Marcelo Felipe Schmitt
Secretário Municipal de Administração

Michel Junior Diesel
Secretário Municipal de Serviços Rodoviários

Monica Andreia Back
Secretária Municipal de Agricultura

Simone Raquel Baldissera Dresch
Secretária Municipal da Mulher e Familia

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

ANEXO III - MINUTA DA CARTA DE ARREMATAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 178/2026
LEILÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

No dia ____ do mês de _____ do ano de **2026,** compareceram, de um lado o Município de XXX, Estado de XX, pessoa jurídica de direito público, situado na XXXX, nº XX, XXX, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, neste ato, representado pelo **Sr. (a). [autoridade competente], [cargo],** doravante denominada **CONTRATANTE** e _____, com endereço na Rua _____ nº ____, Cidade de _____, Estado de _____, inscrita no **[CNPJ ou CPF]** sob o nº _____, neste ato representado por seu representante legal, o Sr. _____, a seguir denominada **ARREMATANTE**, tem entre si justo e acordado celebrar a presente carta de arrematação que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores vigentes, e preceitos do Edital de Licitação na Modalidade de **LEILÃO ELETRÔNICO nº .../2026 de dia, mês e ano**, e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Esta carta de arrematação tem como origem o **Leilão Eletrônico nº 001/2026**, instaurado pela CONTRATANTE, objetivando **Alienação de bens móveis inservíveis do município de Planalto-PR, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a Portaria nº 304 de 2025, conforme Termo de Referência e Edital.**

1.2. O bem móvel [descrição] [ano fabricação/ ano modelo], [placas], [chassi], Planalto/PR, em conformidade com edital do leilão inscrito como **lote [nº],** fora arrematado pelo **Sr. (a) [arrematante],** inscrito no **CPF [nº], RG [nº],** residente **no [endereço, nº, bairro, cidade, estado e CEP nº]** pelo valor de **R$ [numeral e extenso],** em leilão público realizado na data supracitada, promovidos pelo Leiloeiro, nomeado pela **Portaria nº 304 de 2025,** intermediado pela empresa **Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda.**

1.3. Integram e completam o presente Carta de arrematação para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital de **LEILÃO ELETRÔNICO nº 001/ 2026**, bem como a proposta do arrematante.

1.4. Mediante retirada do lote o arrematante concorda com o estado do bem e não terá mais direito a reclamações e devoluções posteriores.

Planalto-PR, ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE:

_____
Nome:

ARREMATANTE:

_____
Nome:

LEILOEIRO (A):

_____
Nome:

TESTEMUNHAS:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

3021 006140

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

LICITAÇÃO

LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE LEILÃO LEILÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

MUNICÍPIO DE PLANALTO

AVISO DE EDITAL DE LEILÃO

"LEILÃO ELETRÔNICO" Nº 001/2026

O Município de Planalto, através da Comissão Permanente de Licitação, em conformidade com Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna pública a realização de **LEILÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**, em tempo real para alienação de veículos e bens inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Planalto-PR, do tipo maior lance de cada lote, por meio do Leiloeiro Oficial do Município de Planalto-PR, Amauri Machado De Mello, designado pela Portaria nº 304 de 2025, através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net), devidamente contratado pelo Contrato nº 296/2025 da Concorrência Eletrônica nº 004/2025, objetivando a venda de bens inservíveis para a Administração, conforme descrito abaixo:

OBJETO: O presente edital tem por objeto a alienação de bens móveis inservíveis do município de Planalto-PR, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a Portaria nº 304 de 2025, conforme Termo de Referência e Edital.

VALOR TOTAL: R$ 416.300,00 (quatrocentos e dezesseis mil e trezentos reais).

DATA DE INICIO DOS LANCES: 19 de outubro de 2026 até 25 de novembro de 2026 – às 10h00min. O presente edital encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações, conforme endereço no preâmbulo, e será retirado no site do Município de Planalto, ou ainda solicitado pelo e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br, assim como se encontra disponível nos sítios eletrônicos plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

LUIZ CARLOS BONI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:6E26D333

Publicada em	16/10/2026
Diário	Diário Oficial dos Municípios do Paraná
Edição	3638
Código identificador	6E26D333

000141

A autenticidade desta matéria pode ser conferida informando o código identificador em
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

Prefeitura de Bom Sucesso do Sul

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – PARANÁ
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 16/2026
PROTOCOLO 2026/10/293871

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – PR
CNPJ 80.674.100/0001-85
CONTRATADA: RENTAL SAAS SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 31.766.438/0001-09
OBJETO:
O presente contrato tem por objeto a contratação direta da empresa RENTAL SAAS SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, visando a a aquisição de telas interativas, com sistema integrado e módulo OPS. Adesão ao Pregão Eletrônico nº 002/2024 do Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná - CIEDEPAR, conforme descrito no Anexo I, parte inseparável deste Edital, sendo este, portanto, o Objeto desta Inexigibilidade de Licitação. Adesão considerando a necessidade administrativa, quanto a esta efetivação de negócio, sem representar prejuízo ao erário, conforme relação em anexo.

ITEM 1: RENTAL SAAS SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	Valor TOTAL
01	Aquisição de Tela Interativa de 75 Polegadas com Sistema Integrado e Módulo OPS (Open Pluggable Specification) ou. **Especificações Técnicas Mínimas da Tela Interativa 75 Polegadas** **1. Características de Hardware da Tela Interativa.** Tamanho da Tela Visível (diagonal): Mínimo de 75 polegadas. Tipo de Tela: Plana Touch Screen. Resolução da Imagem: 4K (3840x2160 pixels) Retroiluminação: DLED Frequência de Atualização: 60Hz Contraste: 1200:1 Brilho: Mínimo de 350 cd/m². Armazenamento Integrado: Mínimo de 128 GB Memória RAM Integrada: Mínimo de 8 GB. Processador Integrado: 8 núcleos de processamento ou superior. Sistema Operacional Integrado: Android versão 10.0 ou superior. 2. Áudio Lâmina integrado, potência mínima de 20W (vinte watts) total do equipamento. Slot OPS; Webcam integrada Microfone integrado com funcionalidade de cancelamento de eco, supressão ruído de teclado Conectividade mínimas: 2 x HDMI 2 x USB 3.0 1 x USB Type-C 1 x RJ45 1 x Wi-Fi IEEE 802.11 b/g/n ou Bluetooth 1 x Entrada de Áudio Alimentação: Bi-Volt automático (100-240v) Vidro Temperado Anti-reflexo. Tecnologia de Toque: 10 (dez) ou mais capacidade, de 20 pontos de toques simultâneos. Alto-falantes: 2 integrados Suporte Padrão móvel com regulagem de altura e inclinação com capacidade suficiente e robusta, de fixação da Tela, reforçada garantindo estabilidade e segurança ao conjunto, deve ser fabricado em aço carbono, com pintura eletrostática a pó na cor preta. Deve ter compatibilidade padrão VESA de até 400x400. Carga admissível para no mínimo 90kg Condição: Equipamento deve ser novo **Especificações do OPS (Open Pluggable Specification):**	01	R$ 14.171,79	R$ 14.171,79

Processador: Equivalente ao Intel i5 ou superior.
Memória RAM: Mínimo de 8 GB
Armazenamento: Mínimo de 128 GB.
Sistema Operacional: Windows 10 ou superior, devidamente licenciado
Conectivo Compatível com a tela para integração e fácil acoplamento

2. Aplicação e Funcionamento do Software

Tela Interativa com software de desenho para manuseio com imagem através de toque de dedo (touch) e caneta ou lápis.

- Possuir solução para armazenar e colaboração em todas as aplicações, sendo Sistema Operacional Google Android ou Sistema Operacional Microsoft Windows com recurso de nuvem com o objetivo de simplificar as discussões em sala de aula, compartilhamento de ideias, testes e questões, permitindo o salvamento em nuvem independentemente de onde estejam.
- Possuir funcionalidade nativa de acesso a ambientes armazenadores em nuvem compatíveis para escrita diretamente no display. No mínimo os 2 plataformas: Google Drive e OneDrive.
- Possuir funcionalidade para captura de tela em ambos sistemas operacionais. Sistema Operacional Google Android ou Sistema Operacional Microsoft Windows, ambos ajustáveis e que permitam a segmentação e a captura total de qualquer aplicação, incluindo aplicativos, sites e vídeos de qualquer fonte, podendo importar esse conteúdo para o software de colaboração para discussões e anotações, adicionais em uma nova página.
- Deve ser possível dividir a tela com outros dispositivos ao mesma tela.
- Deve possuir funcionalidade para compartilhar conteúdo em uma interface através de QR Code.
- Deve possibilitar o espelhamento de tela através do cabo colocado no seu fio, e que a conectividade esteja habilitada.
- Deverá permitir conexão de computador externo com sistema operacional Windows, na versão 10 ou superior.
- Deve possuir sensibilidade no toque da tela deve permitir escrita a partir do uso dos dedos da mão e também de canetas eletrônicas com no mínimo 20 (vinte) pontos de toque e precisão de 2 mm;
- Deve possuir tempo de resposta da tela inferior a 10 ms (dez milissegundos)
- Deve ser bivolt, pelo menos, 2 (duas) canetas inteligentes.
- Deve ser licenciado permanente ou tempo necessário para utilização total das funcionalidades da tela. O treinamento poderá ser realizado de forma híbrida presencial/virtual, de acordo com a escolha da contratante e será realizado no município conforme contratado, sendo que a carga horária ficará a cargo do fornecedor.

4. Energia

Consumo de energia em operação padrão: no máximo 450W.

Para atendimento do item anterior, considera-se o funcionamento de equipamentos em modo de operação padrão, desconsiderando
o uso de acessórios periféricos, como porta-USB

- Alimentação: o equipamento deverá operar entre 100-240 VAC
- Temperatura: O equipamento deverá operar em temperaturas entre 0ºC a 40ºC.
- Deverá ser fornecido cabo de força, em forte externa, adequado à potência da Tela para ligação a uma tomada de energia elétrica no padrão brasileiro (NBR 14136), ao mesmo adequado à perfeita utilização da mesma pelo usuário.
- Se houver necessidade de fonte externa, deve ser original, especifica e do mesmo fabricante do equipamento.

5. Certificações:

Certificado de compatibilidade com a norma IEC 60950 (adotada pelo INMETRO), ou UL 60950, ou Conformidade Européene (CE) ou FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION (FCC). Tal existência é necessária para assegurar a segurança do equipamento ao usuário.

Certificados de Conformidade Técnica válidos e dos elementos homologados pela Anatel:
Sentença dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd) bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). A compensação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial, avaliação ecológica, documento do fabricante ou outra através da certificação EPEAT, desde que claramente especificado. Tal evidência é necessária para comprovar que o equipamento atende as necessidades de exercício de impacto ambiental em seu processo de fabricação.
6 - Garantia
Garantia de um mínimo, 36 (trinta e seis) meses, compreendendo manutenção corretiva e serviços de assistência técnica.
Modelo: TDK 7511 ACES

Valor total R$ 14.171,79

VALOR: R$ 14.171,79(quatorze mil cento e setenta e um reais e setenta e nove centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09.00 – Departamento de Educação, cultura e esporte; 09.02 – Divisão de Ensino FUNDEB; 1226500102.034 – Manutenção do Ensino Pré Escolar Infantil - FUNDEB; 44.90.52; Equipamento e Material Permanente; Despesa 1821 outros equipamentos e material permanente; Fonte de Recurso 102 – FUNDEB – ETI.

JUSTIFICATIVA: Art. 74 inc. I, caput, da Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto 7892/2013.

Bom Sucesso do Sul, 15 de outubro de 2025.

Maico Diogo Faversani
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026

REGISTRO DE PREÇOS Nº39/2026

Número da Contratação no comprasnet 22/2026

UASG: 989979

O Município de Bom Sucesso do Sul/PR, comunica que realizará o Pregão Eletrônico nº 52/2026, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** destinado ao **registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para locação temporária de estruturas luminosas e elementos decorativos destinados ao Natal de Luz 2026 do Município de Bom Sucesso do Sul/PR, conforme especificações técnicas quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência. O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações contantes deste edital, e no Instrumento Convocatório e em seus anexos.** A sessão do pregão eletrônico será realizada através do site www.gov.br/compras/pt-br, **no dia 03/11/2026, às 09h00min**. O edital encontra-se disponível nos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras/pt-br e www.bomsucessodosul.pr.gov.br, podendo também ser solicitado pelos e-mails pregoeiro_bss@hotmail.com e/ou licitacoes@bssul.pr.gov.br. Informações pelo fone (46) 3199-2333.

Bom Sucesso do Sul, 15 de outubro de 2026.

JOSIANE FOLLE:02295695981 Assinado de forma digital por JOSIANE FOLLE:02295695981 Dados: 2026.10.15 11:15:47 -03'00'

Josiane Folle
Pregoeira

Prefeitura de Itapejara D'Oeste

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato Nº 4392/2026

Contratante: Municipio de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Lubrimult Ltda – Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.930.717/0001 – 64.
Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de óleo lubrificante, aditivos e graxa destinados a manutenção dos veículos, ônibus, micro-ônibus, vans, caminhões e máquinas pesadas integrantes da frota pertencente a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90034/2026.
Valor do Contrato: R$ 353.147,60 (Trezentos e cinquenta e três mil, cento e quarenta e sete reais e sessenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Data do Contrato: 14 (quatorze) de Outubro de 2026.

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 3812/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE E A EMPRESA WEBER USINAGEM LTDA – ME, CNPJ/MF sob o nº 30.406.146/0001 – 00. Objeto: serviços de torno e solda, conforme Pregão Eletrônico Nº. 126/2023. Fica prorrogado o prazo de vigência, passando de 07 (sete) de agosto de 2026, para 07 (sete) de dezembro de 2026, e fica alterado o valor contratual, passando de R$ 165.483,13 (cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e três reais e treze centavos), para R$ 198.579,76 (cento e noventa e oito mil, quinhentos e setenta e nove reais e setenta e seis centavos). Itapejara D'Oeste, 06 (seis) de agosto de 2026.
Municipio de Itapejara D'Oeste
A integra se encontra no site: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar
PORTARIA Nº 2511/2026
DATA: 15.10.2026
SÚMULA: Exoneração.
PORTARIA Nº 2512/2026
DATA: 15.10.2026
SÚMULA: Redução de carga horaria.

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – PR
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90059/2026
CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA Nº 038/2026

O Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por Item, no dia 03 (três) de Novembro de 2026, às 10h:00min (dez) horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar municipal para o transporte de alunos, residentes na Zona Rural, pertencentes as Redes Municipal e Estadual de Educação do Município de Itapejara D'Oeste – PR.
A abertura das propostas e recebimento dos lances será a partir das 10h00min (dez) horas do dia 03 (três) de Novembro de 2026, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.
Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Pregão Eletrônico Nº 90059/2026, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:30min às 17h:30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste – PR, no endereço eletrônico http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/licitacoes e https://www.gov.br/compras/pt-br. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3199 – 2598.

Itapejara D'Oeste-PR, 07 (sete) de Outubro de 2026.
Daiani Hoffman,
Agente de Contratação - Decreto Nº 046/2024

Prefeitura Municipal de Planalto

AVISO DE CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 011/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 011/2026, conforme descrito abaixo:
OBJETO: Contratação de empresa legalmente constituída e especializada para a execução de obra de implantação de espaço de recreação – campo de futebol para crianças locais e visitantes – e de espaço coberto para incentivo à agricultura familiar local, de forma a fortalecer a rota turística municipal, na Praça Francisco Hoffmann, Município de Planalto/PR, incluindo todos os serviços, fornecimentos, equipamentos, mão de obra, encargos, transportes, testes, limpeza e providências necessários à entrega completa e funcional do empreendimento.
VALOR TOTAL: R$ 859.556,84 (oitocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).
DATA DA ABERTURA: Dia 03 de novembro de 2026, a partir das 09h00min.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br.

Planalto – PR, 16 de outubro de 2026.
LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE EDITAL DE LEILÃO
"LEILÃO ELETRÔNICO" Nº 001/2026

O Município de Planalto, através da Comissão Permanente de Licitação, em conformidade com Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna pública a realização de LEILÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026, em tempo real para alienação de veículos e bens inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Planalto-PR, do tipo maior lance de cada lote, por meio do Leiloeiro Oficial do Município de Planalto-PR, Amauri Machado De Mello, designado pela Portaria nº 304 de 2025, através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net), devidamente contratado pelo Contrato nº 296/2025 da Concorrência Eletrônica nº 004/2025, objetivando a venda de bens inservíveis para a Administração, conforme descrito abaixo:
OBJETO: O presente edital tem por objeto a alienação de bens móveis inservíveis do município de Planalto-PR, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a Portaria nº 304 de 2025, conforme Termo de Referência e Edital.
VALOR TOTAL: R$ 416.300,00 (quatrocentos e dezesseis mil e trezentos reais).
DATA DE INICIO DOS LANCES: 19 de outubro de 2026 até 25 de novembro de 2026 – às 10h00min. O presente edital encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações, conforme endereço no preâmbulo, e será retirado no site do Município de Planalto, ou ainda solicitado pelo e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br, assim como se encontra disponível nos sítios eletrônicos plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

IMPRESSO OU DIGITAL, O JORNAL DE BELTRÃO TRAZ CONTEUDO sem igual